

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - PEPI

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO HÍDRICA E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DA PARAÍBA - PSHPB-2

João Pessoa, outubro, 2025







DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DE STAKEHOLDERS	FORMULAÇÃO PARTICIPATIVA E VALIDAÇÃO DO PEPI
	Unidade Gestora do Projeto – UGP/SEIRH
	Virgiane da Silva Melo Coordenadora da UGP/SEIRH
Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH	Bárbara Meira de Oliveira Engenheira e Gestora Ambiental
	Unidade Implementadora do Projeto - UIP/CAGEPA
	Laudízio da Silva Diniz Coordenador UIP/CAGEPA
	Maria Madalena Lima Assistente Social
	Gerência de Meio Ambiente e Ação social- GEMA/CAGEPA
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Carolina Baracuhy Amorim Arruda Sacuma Gerente de Meio Ambiente
	Lígia Maria Costa de Andrade
	Subgerente de Ação Social
	Marcia Sales Cavalcanti Dias
² O',	Estagiária de Serviço Social
	Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos - AESA
Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	Ana Emília Duarte B. Paiva Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos - AESA
	Bianca Maria Limeira de Azevedo Subgerente de Planejamento
	Larissa Freitas Farias Subgerente de Planos
	Reginaldo Moura Brasil Neto Subgerente de Estudos







APRESENTAÇÃO

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoria da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento da Paraíba (PSHPB-2) estabelece uma abordagem estruturada, transparente e inclusiva para dialogar com todos os públicos afetados ou interessados ao longo do ciclo do projeto. Seu propósito é garantir a divulgação de informações de forma clara e oportuna, promover consultas significativas com as partes interessadas e garantir o tratamento ágil e justo de manifestações. Busca, assim, fortalecer o apoio ao Projeto, reduzir possíveis resistências e minimizar impactos ao longo de sua implementação.

Para isso, o PEPI define, dentre outros pontos: (i) públicos e responsabilidades, (ii) canais e fluxos de comunicação, (iii) mecanismos de consulta e participação, (iv) procedimento de gestão de reclamações e conflitos, e (v) indicadores de monitoramento. A participação ativa das partes interessadas orienta decisões e ações, assegurando que o andamento, os impactos e os benefícios esperados sejam comunicados regularmente, com espaço para comunicação qualificada.

Em síntese, o PEPI é a ferramenta de governança social do PSHPB-2: promove diálogo contínuo, consolida confiança e parceria com as comunidades e instituições envolvidas, e apoia a tomada de decisão, a gestão de riscos e impactos socioambientais e a maximização de benefícios nas áreas de implantação.







SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo geral:	
3 DESCRIÇÃO DO PROJETO	8
4 ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO	9
4.1 Aprendizados e Acúmulos do PSH-PB	
5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	
5.1 Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis	24
6 ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO	27
6.1 Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas	32
7 RECURSOS E RESPONSABILIDADES	35
8 MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES	39
9 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS	42
9.4.1 Relatórios Internos	
ANEXOS	/10







QUADROS

Quadro 1 - Ações desenvolvidas contempladas no PEPI	12
Quadro 2 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao esgotamento sanitário	22
Quadro 3 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao abastecimento de água	22
Quadro 4 - Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis	24
Quadro 5 - Meios de comunicação, canais de ouvidoria e estratégias de divulgação e envolviment partes interessadas do Projeto	
Quadro 6 - Ações de engajamento	31
Quadro 7 - Cronograma do PEPI vinculado às etapas do Projeto	33
Quadro 8 - Responsabilidades institucionais pela implementação e custos previstos por atividade a execução do PEPI	
Quadro 9 - Estimativa de Custos para as Atividades de Engajamento do PEPI- PSH2/PB	37
Quadro 10 - Responsabilidade das instituições diretamente envolvidas com o Projeto	38
Quadro 11 Indicadores do Meniteramento o Avalicação do DEDI	10







SIGLAS

Para uma uniformização de entendimento estão a seguir apresentados os significados das siglas utilizadas neste Plano de Engajamento de Partes Interessadas - PEPI:

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ARPB	Agência de Regulação do Estado da Paraíba
BIRD	International Bank for Reconstruction and Development — World Bank
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
СВН	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
DBM	"Design, built and maintanence"
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MGSA	Marco de Gestão Socioambiental
МОР	Manual Operacional do Projeto
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGSA	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
POA	Plano Operativo Anual do Programa
PRI	Plano de Reassentamento Involuntário
PSH-PB	Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba
RMJP	Região Metropolitana de João Pessoa
SDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano
SEIRH	Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba
UGP	Unidade Gestora do Projeto
UIP	Unidade Implementadora do Projeto







1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba – PSHPB-2 dá continuidade às ações estruturantes desenvolvidas na primeira fase do programa, com o objetivo de consolidar uma gestão eficiente, integrada e sustentável dos recursos hídricos no estado da Paraíba. O Projeto concentra-se em fortalecer a resiliência hídrica frente aos desafios climáticos, ampliando a infraestrutura e a capacidade institucional do Estado para gerir, conservar e utilizar de forma racional os recursos hídricos disponíveis. Além disso, o programa incorpora uma forte dimensão social e ambiental, promovendo a inclusão de comunidades vulneráveis e a preservação dos ecossistemas associados às bacias hidrográficas.

A iniciativa está alinhada às políticas públicas municipais, estaduais e nacionais voltadas para recursos hídricos, saneamento e meio ambiente, contemplando investimentos em infraestrutura, ações de fortalecimento institucional e medidas de proteção ambiental. Além disso, o projeto está em desenvolvimento de acordo com o Quadro Ambiental e Social (QAS) do BIRD.

Conforme estabelecido na Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) sobre Engajamento e Divulgação de Partes Interessadas, as agências de implementação de projetos devem fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

O PEPI visa promover o engajamento efetivo das partes interessadas, incentivando a gestão participativa por meio de mecanismo capazes de viabilizar a participação da população, inclusive via consultas, aproveitando o conhecimento, a experiência e as capacidades dos indivíduos e grupos afetados e interessados, e alcançar a sustentabilidade da intervenção com transparência, constância e compromisso durante todo o ciclo de implementação do Projeto.







2.2 Objetivos específicos:

- Informar as partes interessadas sobre o Projeto, buscando sua participação e envolvimento durante todo o processo de execução.
- Promover a divulgação do Plano de Engajamento junto aos interessados, mobilizando as famílias que ocupam a área de interesse para integrar as instâncias participativas, conferindo validação e legitimidade à iniciativa.
- Promover a gestão das ações necessárias para a execução do Projeto bem como,
 preparar e acompanhar a comunidade para compreensão da proposta do Projeto.
- Sensibilizar e conscientizar as famílias afetadas, bem como a população do entorno quanto a sustentabilidade do Projeto e do meio ambiente.
- Minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários através de ações de divulgação e informações de caráter socioeducativas.
- Articular parcerias com instituições, liderança e grupos comunitários, visando a implementação das diversas etapas do Projeto, fomentando a conscientização sanitária e ambiental, por meio dos programas de engajamento comunitário.
- Promover a divulgação, assegurando a transparência e o acesso às informações geradas pelo Projeto, garantindo o engajamento dos diferentes públicos.
- Articular os setores envolvidos e as instituições a fim de contribuir com o desenvolvimento das aquisições do Projeto.

3 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O PSHPB-2 está estruturado em três componentes integrados, que se articulam diretamente com o tema da segurança hídrica e com aspectos essenciais de inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Cada componente reúne ações estratégicas que, de forma complementar, visam fortalecer a gestão estadual dos recursos hídricos, ampliar a oferta dos serviços de saneamento e aprimorar a capacidade de gestão e execução do Projeto.







Componente 1 – Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos - (AESA)

Este componente tem por objetivo aperfeiçoar a gestão proativa dos recursos hídricos em todo o estado da Paraíba, com foco na consolidação dos instrumentos de gestão, no aprimoramento do controle da quantidade e qualidade das águas e na preservação e mitigação dos impactos de eventos extremos, como secas e inundações.

Componente 2 – Saneamento - (CAGEPA)

Este componente compreende as ações voltadas para melhorar e expandir os sistemas de abastecimento de água em áreas urbanas e rurais do estado. Entre as principais intervenções, destacam—se:

- i) a melhoria e ampliação das redes de distribuição dos sistemas de abastecimento de água em 20 sedes municipais localizadas nas regiões do Agreste e da Borborema;
- ii) o combate das perdas de água no sistema de distribuição da RMJP;
- iii) a implantação da 2ª Adutora de água Tratada do Sistema Gramame, ampliando a oferta de água na RMJP; e
- iv) melhorias e ampliações no sistema de tratamento dos esgotos sanitários da RMJP.

Componente 3 – Gestão do Projeto - (SEIRH)

Este componente apoiará a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) no fortalecimento de sua capacidade técnica e administrativa, visando assegurar a gestão e a implementação eficaz do Projeto, com foco na execução, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação das ações.

4 ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO

4.1 Aprendizados e Acúmulos do PSH-PB

Desde 2018, o PSH-PB vem conduzindo ações estruturantes para elevar a segurança hídrica e a qualidade dos serviços de água no Estado, com foco em quatro frentes integradas: (i) ampliação e modernização da infraestrutura hídrica (adutoras, reservatórios, barragens e







sistemas de abastecimento); (ii) eficiência operacional e redução de perdas; (iii) fortalecimento da gestão de recursos hídricos e do monitoramento hidrometeorológico, e (iv) salvaguardas socioambientais e participação social. Para tanto, foram realizados investimentos em obras e equipamentos, estudos técnicos, sistemas de telemetria e automação, além de capacitações voltadas aos órgãos setoriais e operadores locais.

A implementação do projeto tem ocorrido por articulação interinstitucional entre SEIRH, AESA, CAGEPA e parceiros municipais, com participação ativa de comunidades e de instâncias de controle social. Ao longo do ciclo, o Estado promoveu consultas públicas, audiências e escutas qualificadas, amparadas por instrumentos como o Marco de Gestão Socioambiental (MGSA) e o Marco de Reassentamento (MRI), assegurando transparência, registro de contribuições e tratamento tempestivo de manifestações. Esse acúmulo de experiências orienta o planejamento das intervenções, o desenho de medidas de mitigação e a inclusão social nos territórios impactados.

Durante a execução do PSH-PB, destacaram-se a mobilização social e o fortalecimento das instâncias de participação, por meio de seminários, processos de consultas, reuniões territoriais e apoio a fóruns e conselhos municipais e de bacia. Também foram promovidos espaços específicos para grupos prioritários e vulneráveis, de modo a respeitar especificidades culturais e garantir participação efetiva nos processos decisórios.

Desde o início do Projeto em 2018, o PSH-PB, estruturou um processo contínuo de envolvimento das partes interessadas, iniciado com a 1ª Audiência Pública em 15 de fevereiro de 2018 (João Pessoa), quando foram apresentados e debatidos o Termo de Referência da Avaliação Socioambiental e os instrumentos de salvaguardas do Projeto. Participaram dessa reunião cerca de 57 pessoas, entre conselhos, órgãos de controle, comitês de bacia e entidades estaduais, cujas contribuições orientaram o desenho do processo consultivo subsequente. O relatório desta consulta encontra-se no Anexo 2 deste documento.

Na sequência, atendendo à recomendação de ampliar a participação no interior do estado, realizaram-se duas audiências regionais sobre o Marco de Gestão Socioambiental, documento balizador das ações socioambientais do PSH-PB, em 20 e 21 de novembro de 2018, nas cidades







de Sumé e João Pessoa, para apresentar os principais impactos socioambientais (positivos e negativos) e as respectivas medidas de mitigação; as sugestões dos participantes foram analisadas e incorporadas à versão final do documento.

Nessas reuniões, registrou-se a presença de representantes da população, prefeituras, órgãos reguladores e associações comunitárias, com 37 participantes no primeiro dia e 47 no segundo. A dinâmica incluiu apresentações, espaço para dúvidas e encaminhamentos formais.

Ao longo da preparação e implementação do Projeto, o Estado manteve mecanismos de diálogo e resposta a demandas — incluindo divulgação prévia em jornais e canais oficiais, audiências presenciais e tratamento de manifestações via Ouvidoria Geral do Estado (Decreto nº 34.147/2013) assegurando transparência, participação significativa e retorno às contribuições e indagações recebidas.

A concepção do PSHPB-2 ancora-se no percurso do PSH-PB e aprofunda as ações do ciclo anterior, com ênfase no fortalecimento da agenda ambiental, no aumento da resiliência climática frente à variabilidade de chuvas e secas, e na promoção da inclusão socioambiental. O novo ciclo ampliará mecanismos participativos e consultivos, estimulando o empoderamento social por meio de soluções integradas e pactuadas em diálogo com os envolvidos (comitês de bacia, conselhos setoriais, lideranças comunitárias, usuários, prestadores locais, dentre outros).

O Quadro 1 sintetiza as ações previamente desenvolvidas e incorporadas neste PEPI. Detalhamentos adicionais de algumas dessas atividades constam nos Anexos 3, 4 e 5.







Quadro 1 - Ações de engajamento desenvolvidas para a preparação do projeto

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Mobilização em Defesa da Água - Areia, Boqueirão, Santa Rita e João Pessoa	SEIRH, AESA, CAGEPA, CBHs e sociedade civil	19 até 22 de março de 2024	Promoção de engajamento dos entes do sistema	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componentes: 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: engajamento social e educação ambiental
Visitas técnicas diversas	AESA, CBHs e sociedade civil	18, 20 e 21 de março de 2024	Promoção do reconhecimento da área pelos CBHs	Qualificação da participação pública nos CBHs	Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica.
Consulta Pública para apresentação do Plano de Reassentamento Involuntário referente à obra da Estação de Tratamento - ETE Baixo Paraíba	SEIRH, CAGEPA, Comunidade diretamente e indiretamente afetada, sociedade civil e diversas instituições públicas municipais e estaduais	02 de abril de 2024	Ajustes no texto para melhor esclarecimento sobre a Indenização da Terra Nua: Metodologia para Cálculo do Valor; Inserção da medida compensatória; Apoio ao acesso aos programas de saúde do trabalhador e de saúde mental em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde; Ajustes na metodologia da medida compensatória relacionada a Compensação Monetária com Base em Salário; Inclusão de avaliação de benfeitorias — Tanque de Criação de Peixes e Estrutura de Lavagem de Veículos	Redação da versão final do Plano de Reassentamento Involuntário com a inclusão das pertinentes sugestões dos participantes	Componente 2 - Saneamento/ O PRI já foi desenvolvido e possui Não Objeção do Banco Mundial, contudo, sua implementação se dará durante o PSHPB - 2





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reunião da Câmara Técnica de Gestão Integrada - CTGI	CERH, SEIRH, AESA, CAGEPA e técnicos setoriais	17 de abril de 2024	Análise, aprovação e emissão do parecer sobre o Relatório do PROGESTÃO 2023 - 3º Ciclo	Aprovação do relatório PROGESTÃO - 3º Ciclo	Componente 1 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica
Consultas Públicas para apresentação dos resultados da última fase do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e Litoral Sul "Metas, Programas e Medidas Emergenciais" e "Diretrizes para Implementação do PRHBHL" - Areia e João Pessoa	AESA, SEIRH, CAGEPA, sociedade civil e prefeituras locais	25 e 26 de abril de 2024	Acompanhamento da elaboração do Plano da bacia hidrográfica	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componentes: 1 e 3 Recursos Hídricos Benefício: aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos
Oficina participativa do Estudo de Aprimoramento Normativo e Operacional da Outorga de Direito de Usos e Pactos de Gestão	AESA, SEIRH, servidores técnicos e gestores municipais.	22 de maio de 2024	Foram apresentadas as principais queixas dos servidores da AESA para que fossem apontadas as estratégias de melhorias operacionais pelo estudo; as demandas apresentadas pelas demais participantes dessa oficina foram consideradas para determinações técnicas no estudo	Foram obtidas contribuições para consolidar ações e normativos dirigidos ao aprimoramento do instrumento de outorga e de licença de obras hídricas no estado da Paraíba, bem como para subsídios aos pactos de gestão	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: aperfeiçoamento da regulação e eficiência operacional





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
I Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil - Nordeste e II Simpósio Paraibano de Recursos Hídricos	FNCBH, AESA, SEIRH, CAGEPA, CBHs e estados do Nordeste	27 até 30 de maio de 2024	O FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL – FNCBH, diante da necessidade de melhor conhecer as diferentes realidades na gestão dos recursos hídricos no Brasil, cuja dimensão é continental, entendeu por realizar bianualmente, encontros regionais intercalados com o ENCOB – ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS. Assim surgiu, de forma inédita, eventos a serem realizados nas diversas regiões do Brasil, tendo a Paraíba, de forma pioneira, em decorrência do seu desenvolvimento na qualidade de gestão dos recursos hídricos, sido escolhida para sediar o I ENCONTRO REGIONAL DE COMITÊS DE BACIA -ERCOB Nordeste.	Promoveu a troca de conhecimento e cooperação na Gestão dos Recursos Hídricos entre os Estado de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe	Componente 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: cooperação técnica e regional
II - Simpósio Paraibano de Segurança de Barragens	AESA, SEIRH, CAGEPA e órgãos parceiros	13 e 14 de agosto de 2024	Partilha de conhecimentos sobre segurança de barragens	Ampliação do conhecimento sobre segurança de barragens	Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: aprimoramento técnico e gestão de riscos





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reuniões da Câmara Técnica de Temas Especiais - CTTE	CERH, SEIRH, AESA e técnicos setoriais	16/04/2024, 23/09/2024	Analisar, aprovar e emitir Parecer sobre a Prestação de Contas do FERH, referente ao ano de 2023; analisar e aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2025 e emitir Parecer para apresentação ao CERH	Aprovação do parecer de prestação de contas do ano anterior e aprovação do plano de aplicação do ano vindouro	Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica.
1 ª rodada de consultas públicas - Atualização do Plano da bacia hidrográfica do Rio Paraíba (PRH-RPB) - Itabaiana, Campina Grande e Monteiro	AESA, SEIRH, CAGEPA, sociedade civil, CBHs, instituições locais	04, 05 e 06 de novembro de 2024	Sugestões para bolsas educacionais voltadas a estudos de recursos hídricos e maior mobilização comunitária; Banco do Nordeste foi mencionado como um agente com programas de incentivo, particularmente na carcinicultura; Questões como a recuperação de áreas degradadas, dessalinização e reuso de água foram apontadas como prioridades, com menção a iniciativas do INSA voltadas ao saneamento rural; Foi abordado o impacto da irrigação, destacando o potencial de desenvolvimento com base em mais de 60 hectares irrigados na Vila Lafayette. Falta de abastecimento regular de água em Monteiro e outras comunidades, com destaque para Mulungu e Riacho Verde, onde o acesso se dá principalmente via carros-pipa, muitas vezes insuficientes; os eventos presenciais discutiram principalmente a grave falta de água nos três municípios, com a população dependendo de carros-pipa para o abastecimento. Em Itabaiana e Campina Grande, a escassez de água foi atribuída aos impactos das barragens, enquanto em Monteiro, a situação foi relacionada à	Os apontamentos dos participantes são considerados parte da elaboração do referido plano, tornando o processo interativo, no qual as pessoas que residem nas localidades afetadas passam a ser ouvidas	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: aprimoramento da governança participativa





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
			construção do PISF; necessidade de preservar as nascentes e mananciais. Houve discussões sobre a criação de conexões entre rios ou o estabelecimento de novas adutoras para melhorar o fornecimento de água		
10 Reuniões dos CBHs estaduais (PB, Litoral Norte, Litoral Sul)	CBHs, AESA, SEIRH, sociedade civil e usuários de água	Ao longo do ano de 2024	Deliberações ordinárias e extraordinárias ocorridas no âmbito dos CBHs	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componente 1, 2 e 3 – Comunicação e Participação / Benefício: fortalecimento da gestão descentralizada
Reuniões do CERH	CERH, SEIRH, AESA, SEMAS, CAGEPA e representantes da sociedade civil	24/04/2024, 31/07/2024, 25/09/2024, 04/12/24	Posse de Conselheiros; Apresentação do Relatório do PROGESTÃO 3º Ciclo, Ano I; Apresentação do Relatório de Despesas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH relativo ao período janeiro a dezembro de 2024; e apresentação da Proposta para revisão do mandato dos membros das Câmaras Técnicas; Posse de Conselheiros; Apresentação do Projeto Corredor das Águas — Jancerlan Gomes Rocha, da SEMAS; e apresentação do Projeto Energia Renovável e Hidrogênio; Posse de Conselheiros; Apresentação do Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2025; e apresentação do Projeto Energia Renovável; Apresentação do Relatório Anual da AESA e Apresentação do SINDALCOOL.	Processos formais de participação pública; Resolução CERH Nº 043/2024 - Aprova o Plano de Capacitação 2024-2027; Resolução CERH Nº 044/2024 - Aprova o Relatório do PROGESTÃO 2023; Resolução CERH Nº 045/2024 - Instituindo o calendário das reuniões ordinárias do CERH para o ano de 2025	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: consolidação da governança hídrica





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
2ª rodada de consultas públicas - Atualização do Plano da bacia hidrográfica do Rio Paraíba (PRH-RPB) - Mogeiro, Boqueirão, Campina Grande e Monteiro	AESA, SEIRH, CAGEPA produtores rurais, CBHs e comunidades locais	02 até 05 de junho de 2025	Falta de manutenção da barragem de Acauã, relatando infiltrações, rachaduras, falta de energia e risco de colapso; A distribuição da água também foi criticada, mencionando que diversas comunidades ainda dependem de carro-pipa, mesmo com a presença do canal da transposição; Dificuldades técnicas enfrentadas por produtores rurais na captação da água de forma segura, sem comprometer a estrutura do canal; Criticaram a priorização do projeto Acauã-Araçagi, por entender que favorece grandes produtores em detrimento dos pequenos agricultores da região de Boqueirão; Defenderam que o Açude Epitácio Pessoa seja tratado como prioridade e apontaram perdas significativas por evaporação em reservatórios como Camalaú e Poções; Foi sugerida a criação de uma política de cobrança justa pelo uso da água, para combater o desperdício e promover o uso responsável; Compartilharam a experiência de sua visão como moradores locais, com relato de abandono histórico da população rural; Propuseram a criação de políticas que incentivem tecnologias de irrigação eficientes, até mesmo para pequenos produtores e houve críticas à burocracia para instalação de cisternas, defendendo a simplificação de processos	Houve participante que foi ouvido na primeira rodada e na segunda trouxe novamente a consideração, e, para surpresa dele, já havia sido incorporada ao ponto de ser considerada na cenarização que a empresa estava apresentando naquele momento. Além disso, diversos participantes congratularam a ação e alguns afirmaram ser a primeira vez que entravam em contato com esse tipo de discussão técnica	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: inclusão social e uso sustentável dos recursos hídricos





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
2º Fórum Brasil das Águas	SEIRH, AESA, CBHs, instituições públicas e privadas	05 até 08 de maio de 2025	Criação de espaços para debates com instituições, CBHs, governos e demais entes dos sistemas de recursos hídricos de vários estados do Brasil. Esse foi um grande evento, com duração de quatro dias, nos quais foram promovidos debates sobre todos os instrumentos de gestão de recursos hídricos: estudos sobre atualização de cobrança, sustentabilidade financeira do sistema integrado de recursos hídricos, outorga, apresentação dos cenários do plano do Rio Paraíba ao grupo de acompanhamento técnico, havendo contribuições desse grupo no sentido do balanço hídrico apresentado considerar o aporte hídrico do PISF.	Interlocução sobre recursos hídricos	Componentes: 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: integração e visibilidade institucional
Reunião técnica com Secretaria Municipal de Educação (SEDEC)	CAGEPA, SEDEC	06 de outubro de 2025	Foram identificadas demandas relacionadas à baixa conscientização dos estudantes com relação ao saneamento básico e a falta de integração efetiva de conteúdos relacionados à educação sanitária e ambiental nos currículos escolares; Assim, foram indicadas como soluções a articulação intersetorial e a realização de atividades educativas nas escolas com estudantes e profissionais da educação	Incluir ações de educação sanitária e ambiental realizadas pela CAGEPA no cronograma das escolas inseridas nas localidades afetadas/beneficiadas; Articulação/Capacitação dos profissionais da educação para que se tornem multiplicadores socioambientais	Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reunião técnica com Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	CAGEPA, SMS	07 de outubro de 2025	Apontou-se o déficit de saneamento básico em territórios mais vulneráveis que impactam diretamente na qualidade de vida e saúde da população; Baixa conscientização populacional sobre a relação entre saneamento básico e saúde pública; Iniquidades em saúde/desigualdades de acesso a serviços e informações. Como soluções, identificou-se a necessidade de melhor articulação intersetorial, apoio da secretaria para realização de atividades junto aos usuários da saúde e os profissionais, além da necessidade no desenvolvimento de ações que contemplem a diversidade para promoção de equidade	Oficinas e palestras nos serviços da atenção especializada (Centros de atenção psicossocial, Policlínicas, Centro de Reabilitação e Cuidados da Pessoa com Deficiência, Policlínica Municipal da Pessoa Idosa, entre outros), de modo a promover diversidade na participação e equidade no acesso às ações e serviços a serem ofertados; realizar reuniões nos distritos sanitários com os Agentes Comunitários de Saúde e Agente de combate a endemias para formar multiplicadores; Oferta do espaço físico dos serviços de saúde para a realização das atividades e para a afixação e distribuição de panfletos e cartazes de caráter informativo	Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental





Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reunião técnica com Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC)	CAGEPA, SEDHUC	09 de outubro de 2025	Existem demandas relacionadas à cobertura insuficiente de serviços de saneamento básico em áreas periféricas/mais vulneráveis; Dificuldades na inclusão e acesso à tarifa social. Como sugestão para melhorias, aparece a busca ativa para orientação e inclusão na tarifa social e inclusão de atividades de educação sanitária e ambiental nas áreas mais vulneráveis	Ações em conjunto com a secretaria nas comunidades para orientações e inclusão na tarifa social, garantindo mais alcance das informações e dos atendimentos relacionados ao benefício; Reuniões com as equipes dos equipamentos sociais do território afetado/beneficiado; Ações socioeducativas nos equipamentos sociais para educação sanitária/ambiental; A CAGEPA pode integrar a 'Caravana do Cuidar' promovida pela Secretaria nas comunidades	Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental





4.2 Orçamento Democrático (ODE)

Uma importante ferramenta de consulta pública utilizada na definição das ações do PSHPB-2 tem sido o Orçamento Democrático Estadual (ODE). Implantado na Paraíba em 2011 — inspirado na experiência iniciada em João Pessoa, em 2005 — o ODE promove o diálogo direto entre sociedade e governo, democratizando decisões e alinhando prioridades da população à aplicação dos recursos públicos. Ao longo dos anos, consolidou-se como instrumento de educação para a cidadania, permitindo que os cidadãos compreendam as funções e limites do Estado e participem ativamente das decisões sobre o uso do orçamento.

O processo do ODE envolve assembleias regionais, nas quais a população elege conselheiros estaduais e regionais para o Conselho do ODE. Esses conselheiros contribuem nas discussões sobre as realidades locais e o planejamento governamental nas diferentes regiões geoadministrativas, influenciando diretamente a definição de prioridades de investimento. As deliberações das plenárias são consideradas na elaboração do orçamento estadual, reforçando o compromisso com transparência, participação e equidade territorial.

Em 2025, o Governo do Estado deu continuidade às plenárias do ODE, com calendário entre abril e agosto, cobrindo todas as regiões geoadministrativas do estado. O PSHPB-2 reconhece a relevância estratégica do ODE como mecanismo legítimo de escuta e planejamento participativo.

Com o encerramento do ciclo de Audiências Regionais do ODE-2025, as demandas relativas à segurança hídrica, à ampliação do acesso à água, à eficiência e confiabilidade do abastecimento e ao esgotamento sanitário foram sistematizadas e estão apresentadas nos Quadros 2 e 3, que sintetizam as manifestações da população nos temas esgotamento sanitário e abastecimento de água. Os percentuais refletem a votação da população em cada tema, desagregada nas categorias construção, reforma/ampliação, implantação e aquisição de novos sistemas. Essas prioridades foram incorporadas ao marcador orçamentário do ODE no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2026.







Quadro 2 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao esgotamento sanitário

ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
PERCENTUAL	TIPO DE AÇÃO			
69,20%	CONSTRUÇÃO			
16,10%	REFORMA/AMPLIAÇÃO			
9,70%	IMPLANTAÇÃO			
5,00%	AQUISIÇÃO			

Fonte: ODE - PB (2025)

Quadro 3 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao abastecimento de água

ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
PERCENTUAL	TIPO DE AÇÃO				
46,00%	CONSTRUÇÃO				
25,10%	IMPLANTAÇÃO				
19,30%	REFORMA/AMPLIAÇÃO				
9,60%	AQUISIÇÃO				

Fonte: ODE - PB (2025)

Observa-se que, tanto em esgotamento sanitário quanto em abastecimento de água, a preferência da população concentra-se em ações de construção (69,2% e 46,0%, respectivamente). Esse padrão evidencia a demanda por novas obras que promovam melhorias nas condições de saneamento no estado da Paraíba.

À luz desses resultados, o PSHPB-2 reforça a agenda de segurança hídrica, com ênfase na expansão da cobertura por meio de investimentos em novas infraestruturas. Essas iniciativas serão acompanhadas de mecanismos de acompanhamento social, assegurando transparência, participação e aderência às expectativas públicas.







5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua ao longo do projeto.

Entendem-se por partes interessadas as pessoas, grupos, organizações da sociedade civil, instituições públicas ou privadas, e demais atores que (i) são ou podem ser afetadas — direta ou indiretamente, de forma positiva ou negativa — pelas atividades, produtos ou resultados do Projeto; e/ou (ii) têm interesse legítimo no Projeto e capacidade de influenciar seus desfechos.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Participam na implementação e coordenação do Projeto (P);
- Influenciam diretamente a implementação do Projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do Projeto (II);
- Afetados diretamente pelos resultados do Projeto (AD);
- Afetados indiretamente pelos resultados do Projeto (AI).

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados.

Além disso, as partes interessadas abrangem atores para além das comunidades diretamente afetadas, como organizações não governamentais e grupos da sociedade civil (em níveis local e nacional), empresas e prestadores de serviços na área do projeto, bem como órgãos e agentes governamentais.







O Anexo 1 contém a relação das partes interessadas, indicando sua atuação no Projeto, os efeitos potenciais (positivos e negativos), o nível de interesse e de influência dentro do Projeto.

5.1 Grupos e Indivíduos em Situação de Vulnerabilidade

Torna-se fundamental identificar os grupos sociais que estão em situação de vulnerabilidade, por gênero, condição socioeconômica, cultural ou com necessidades especiais, a fim de assegurar que suas demandas específicas sejam consideradas nas etapas de planejamento, implementação e monitoramento do Projeto. A adequada inclusão desses públicos contribui para a promoção da equidade social e da igualdade de gênero, e para o fortalecimento do acesso a direitos fundamentais, em consonância com os princípios de participação social e não discriminação.

Apresenta-se, no Quadro 4, uma síntese dos principais indivíduos e grupos identificados, suas características e necessidades, bem como os mecanismos mais adequados para garantir sua efetiva participação ao longo do processo.

As demandas dos grupos vulneráveis configuram prioridade transversal, a ser incorporada à implementação deste PEPI e às contratações do PSHPB-2, de acordo com as necessidades identificadas.







Quadro 4 - Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis

Grupo ou indivíduos vulneráveis	Características e Necessidades	Meios de notificação e consulta preferidos	Alternativas para possibilitar a participação	Efeito do Projeto na Parte Interessada
Comunidades indígenas, quilombolas e ciganas	Localização remota; dificuldades logísticas e custos de infraestrutura; dependência de fontes naturais de água; vulnerabilidade à seca e à contaminação; respeito a costumes e organização social; valorização cultural e territorial; acesso a direitos sociais e produtivos; segurança alimentar e territorial	Articulações por meio de lideranças; consultas em língua materna, quando necessário; canais comunitários (rádio local); participação de lideranças femininas e jovens	Projetos participativos; inclusão dos conhecimentos tradicionais; uso de tecnologias adaptadas; descentralização da gestão	Melhoria das condições sociais e produtivas; fortalecimento da segurança alimentar e territorial
População em pobreza e extrema pobreza	Baixa capacidade de pagamento; moradia em áreas sem redes formais; maior incidência de doenças; dependência de caminhões-pipa ou poços precários; necessidade de acesso a direitos e infraestrutura básica	Visitas domiciliares; mobilização via rádios locais e associações de bairro; informação sobre programas e tarifas sociais	Tarifas sociais; inclusão em programas de proteção social; priorização no atendimento	Melhoria nas condições sociais e da qualidade de vida
Pessoas com deficiência e idosos	Necessidade de infraestrutura acessível (rampas, torneiras adaptadas, sistemas de acionamento); adaptações domiciliares; barreiras de comunicação e mobilidade	Consultas acessíveis em locais adaptados; materiais em braile, Libras e áudio; visitas domiciliares	Reuniões acessíveis; canais de participação remota; suporte individualizado; materiais inclusivos	Melhoria das condições sociais e da qualidade de vida; aumento da autonomia
Mulheres chefes de família e produtoras rurais	Responsabilidade central pelo domicílio e manejo da água; sobrecarga de trabalho; vulnerabilidade à violência doméstica; interesse em inclusão produtiva e autonomia econômica	Oficinas participativas com enfoque de gênero; reuniões em horários acessíveis; mobilização via associações de mulheres; informação sobre benefícios sociais	Programas de capacitação e liderança feminina; estratégias de prevenção da violência doméstica	Melhoria das condições sociais e produtivas; fortalecimento da autonomia e participação





Grupo ou indivíduos vulneráveis	Características e Necessidades	Meios de notificação e consulta preferidos	Alternativas para possibilitar a participação	Efeito do Projeto na Parte Interessada
Crianças e adolescentes	Maior vulnerabilidade a doenças de veiculação hídrica; impactos no crescimento, saúde e desempenho escolar; necessidade de educação em saúde e saneamento.	Participação equilibrada por sexo em atividades educativas; Atividades educativas em escolas; campanhas lúdicas; participação em grupos de jovens.	Programas de educação ambiental e em saúde; atividades culturais e esportivas integradas; envolvimento como multiplicadores comunitários.	Melhoria das condições sociais e da qualidade de vida; redução de vulnerabilidades
Jovens rurais	Dispersão geográfica; custos de deslocamento; dificuldade de acesso a redes convencionais; necessidade de soluções tecnológicas simples; interesse em capacitação técnica, geração de renda e permanência no campo; estímulo ao protagonismo juvenil e à permanência na zona rural.	Reuniões comunitárias itinerantes; rádio comunitária; agentes locais de mobilização.	Tecnologias apropriadas (cisternas, poços comunitários, sistemas individuais); fortalecimento da gestão comunitária.	Melhoria nas condições sociais e produtivas
Atingidos por Barragem	Necessidade de reconhecimento territorial; geração de renda; acesso à infraestrutura básica e produtiva; fortalecimento da organização social e cultural	Reuniões comunitárias e assembleias de reassentamento; comitês de bacia; atendimento itinerante e extensão rural; rádio comunitária	Apoio a deslocamento e horários compatíveis com o calendário agrícola; creche/acolhimento para crianças durante as reuniões; mediação de conflitos e assessoria técnica independente; oficinas de gestão da água e irrigação eficiente; capacitação para participação em conselhos/comitês; mapeamento participativo de usos do território	Melhorias nas condições sociais e da qualidade de vida





Os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são: pobreza e insegurança financeira; vulnerabilidade territorial e climática; desigualdade de gênero, raça e etnia; falta de acessibilidade e inclusão; isolamento geográfico; dependência de fontes hídricas inadequadas; exposição a riscos ambientais e climáticos; e limitações técnicas e educacionais.

As ações de envolvimento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas e grupos, garantindo consultas diferenciadas, adaptadas às especificidades culturais e linguísticas de cada grupo, canais de comunicação acessíveis e apropriados para diferentes perfis de vulnerabilidade, medidas de mitigação específicas para reduzir impactos negativos sobre grupos vulneráveis, programas de apoio social para facilitar o acesso aos benefícios do projeto e monitoramento diferenciado dos impactos sobre populações vulneráveis.

6 ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO

O PEPI adotará uma metodologia participativa, na qual as ações e atividades serão desenvolvidas de forma a valorizar as experiências e vivências das partes interessadas. O processo será reflexivo e construtivo, promovendo a assimilação de novos conceitos e práticas que incentivem mudanças de hábitos e comportamentos, com o objetivo de melhorar continuamente as condições socioambientais e implementar transformações positivas de maneira gradual e sustentável.

A partir da identificação de lacunas existentes, é possível avançar no processo reflexivo, tendo como base a teoria para ampliar a compreensão do problema e elaborar soluções respeitando as especificidades locais, exercitando, assim, a autonomia de pensamento e a tomada de decisões nos diversos contextos em que se atua, possibilitando avançar no exercício da convivência solidária e da justiça comprometida com a construção da cidadania.

A metodologia de engajamento das partes interessadas, destaca também as ações que têm por objetivo alcançar grupos vulneráveis e menos favorecidos, promovendo a inserção e o respeito aos modos de vida da comunidade.

Assim, as intervenções necessárias para desenvolvimento do PEPI, vão considerar:







- Respeito ao nível de conhecimento da comunidade sobre a realidade, ao regionalismo e a cultura local;
- Maximização e otimização de recursos, considerando o porte do investimento do Projeto e do impacto que ocasionará na sua região de abrangência;
- Respeito às normas do BIRD acerca da Gestão Ambiental, Social e Governança.

O Plano contemplará:

- Incentivo à participação comunitária e a mobilização social;
- Formalização de parcerias (articulação com instituições públicas e privadas e a sociedade civil);
- Monitoramento e acompanhamento dos mecanismos de atendimento a reclamações.

Diante da diversidade e complexidade de situações a serem enfrentadas na implementação do PEPI, cabe ressaltar a necessidade de formação de uma equipe multidisciplinar, composta por especialista social, ambiental e de comunicação, para fortalecimento da UGP, auxiliando na condução das atividades e alcance dos objetivos propostos pelo Plano.

O PEPI será dividido em etapas:

- 1º Etapa: realização de planejamento das atividades do projeto, caracterização das partes envolvidas com o Projeto, bem como a formalização de parcerias;
- 2ª Etapa: realização de ações de engajamento, a exemplo de reuniões, consultas, palestras, oficinas, minicursos, campanhas socioeducativas e realização de pesquisa de satisfação, para mensuração dos impactos, além de outras que se fizerem necessárias.

Na vigência da execução das atividades, a equipe multidisciplinar da UGP elaborará relatórios semestrais, produzidos e registrados (fotos e relatos), em todo o decorrer do trabalho, o que será uma ferramenta comprobatória da realização das ações de engajamento.







6.1 Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas

Os meios de comunicação, divulgação e envolvimento das partes interessadas desempenham um papel fundamental na construção de relacionamentos sólidos e no estabelecimento de uma comunicação eficaz. Eles permitem que as partes interessadas tenham acesso a informações relevantes, expressem suas opiniões e preocupações, e participem ativamente do processo de tomada de decisões durante toda a fase de vida do Projeto.

Dito isso, os materiais de divulgação devem apresentar, além das informações essenciais sobre o Projeto, o Mecanismo de Atendimento a Reclamação e seus respectivos canais de acesso, para que as partes interessadas possam obter esclarecimentos, enviar perguntas e registrar manifestações.

É fundamental reconhecer os meios de comunicação, divulgação e engajamento como ferramentas centrais para o êxito do Projeto, pois esses viabilizam comunicação clara, diálogo qualificado, troca de informações e participação ativa das partes interessadas.

Diante do exposto, apresenta-se o Quadro 5, que reúne os meios de comunicação, os canais de ouvidoria e as estratégias de divulgação e engajamento das partes interessadas. O Quadro 6, por sua vez, sistematiza as ações previstas de engajamento das partes interessadas.







Quadro 5 - Meios de comunicação, canais de ouvidoria e estratégias de divulgação e envolvimento das partes interessadas do Projeto

Meio de comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Site	Página do Projeto nos sites da SEIRH, CAGEPA e AESA	<u>Divulgação:</u> Informações gerais e oficiais sobre o Projeto, seus subcomponentes e parcerias; notícias e informações sobre as atividades; relatórios, dados de monitoramento do andamento do Projeto e avaliação de resultados
Reuniões de coordenação	Ambiente presencial ou virtual a depender da disponibilidade dos participantes	Comunicação direta: inicialmente reuniões mensais sobre o Plano (PEPI) por parte da equipe gestora (UGP) do Projeto
Consulta pública	No site do Projeto e em reuniões públicas	<u>Divulgação</u> : informações gerais sobre o projeto e seus instrumentos de gestão, seus subcomponentes e parcerias; notícias e informações sobre as atividades; dados de monitoramento do andamento do projeto e avaliação de resultados. <u>Comunicação direta:</u> consulta sobre documentos e planos específicos do projeto, tais como Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Engajamento das Partes Interessadas, etc; interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; devolutivas após análise; monitoramento da opinião pública sobre o projeto
Diálogo Direto Comunicação face - a- face pela equipe conhecedora do problema		Mobilização e Comunicação direta: mobilização e diálogo direto com as partes interessadas, por meio das equipes de implementação, nas diversas fases; parceria com as instituições e equipamentos públicos a fim de propiciar engajamento direcionado às partes interessadas
Palestras e oficinas	Presencial ou em ambiente <i>on-line</i> , previamente divulgados.	Comunicação direta: palestras e oficinas sobre características do projeto e temas ligados, com o objetivo de mobilizar todas as camadas sociais, ministradas por profissionais devidamente qualificados
Comunicação dirigida	Cartilhas, cartazes, panfletos, dentre outros.	Comunicação direta: produção de materiais informativos e ações de comunicação específicas aos beneficiários e população diretamente afetada





Quadro 6 - Ações de engajamento

Parte Interessada	Ações de Engajamento
Grupos Vulneráveis	Reuniões com representantes e líderes comunitários, divulgando o PSHPB-2; trabalhar com esses grupos suas potencialidades respeitando as suas individualidades
Trabalhadores das obras do projeto	Comunicação através de diálogos de segurança periódicos; garantir um mecanismo de atendimento a reclamações acessível e seguro
Órgãos governamentais e instituições	Estabelecer parcerias e realizar reuniões técnicas com os órgãos governamentais e instituições dos municípios abarcados pelo Projeto; compartilhar informações sobre o Projeto, seus objetivos e benefícios, buscando o apoio e a colaboração dessas entidades; estabelecer um diálogo constante para garantir a coordenação e a integração das ações relacionadas ao Projeto
Comunidades locais afetadas pelo projeto	Realização de reuniões comunitárias para informar sobre o Projeto, seus benefícios e impactos; promover um espaço de diálogo para ouvir as preocupações, dúvidas e sugestões das comunidades; estabelecer canais de comunicação contínuos para manter a população atualizada sobre o andamento do Projeto e responder às suas demandas
Lideranças comunitárias e organizações não governamentais	Promover encontros e reuniões específicas com lideranças comunitárias e organizações não governamentais para apresentar o Projeto e discutir as possibilidades de colaboração e apoio mútuo; buscar parcerias para a realização de ações complementares, como programas de educação ambiental, projetos de desenvolvimento comunitário e monitoramento dos impactos do projeto.
Fortalecimento de Gênero	Realização de evento para tratar temas relacionados à saúde física e emocional; economia familiar; autoconhecimento e autocuidado, entre outros temas que poderão surgir do contato com as mulheres da comunidade.
Fortalecimento das juventudes	Rodas de conversa e escuta ativa juvenil; Inclusão em programas jovem aprendiz; Oficinas de educação ambiental e clima
Educação sanitária e ambiental	Apresentação expositiva sobre o ciclo da água, sistema de saneamento e uso racional da água.





6.2 Reporte às partes interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas ao longo do avanço do PSHPB-2, por meio de relatórios sobre o desempenho do PEPI, do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) e do progresso geral do Projeto. Informações sobre o andamento das atividades também serão divulgadas nos sites institucionais, portais oficiais e redes sociais, para acompanhamento público.

6.3 Cronograma de Engajamento

O cronograma de engajamento (Quadro 9) será dinâmico e vinculado às etapas do PSHPB-2, assegurando que a comunicação seja oportuna e relevante.







Quadro 7 - Cronograma do PEPI vinculado às etapas do Projeto

Etapas do Projeto	Atividades de Engajamento	Métodos de Comunicação e Engajamento	Partes Interessadas	Observações
Planejamento e preparação	Divulgação inicial do projeto (objetivos, escopo e benefícios/impactos esperados); critério de seleção das áreas e comunidades prioritárias; diretrizes de gestão socioambiental, gênero e inclusão social; abertura do Mecanismo de Atendimento a Reclamações; consulta pública para apresentação do PEPI e demais instrumentos de gestão, dos impactos e medidas mitigadoras	Divulgação em plataformas digitais, rádios, mídias sociais, reuniões públicas, oficinas, distribuição de material informativo, consulta pública, dentre outras	População em geral, mídia local, instituições públicas e privadas; comunidades afetadas, povos tradicionais, lideranças; ONGs; conselhos municipais e estaduais; instituições de ensino e pesquisa; dentre outras	Materiais em linguagem simples e acessível; realização das atividades dentro de comunidades, com tradução se necessário; consulta pública com registro em ata
Implementação	Informações sobre o andamento físico e financeiro do projeto; Impactos e medidas mitigadoras; procedimentos de segurança, saúde e meio ambiente; diretrizes do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR); direitos e deveres dos trabalhadores e comunidades; divulgação de TRs.	Reuniões de acompanhamento e visitas de campo; painéis informativos; atendimentos presenciais e plantões sociais; divulgação de relatórios periódicos; capacitações sobre segurança e boas práticas	Trabalhadores do projeto; comunidades afetadas direta e indiretamente; Instituições públicas e privadas; empreiteiras, sindicatos; associações locais; dentre outras	MAR ativo; Promoção da participação de jovens, mulheres e grupos vulneráveis; relatórios de progresso e ajustes; relatório de avaliação participativa





Etapas do Projeto	Atividades de Engajamento	Métodos de Comunicação e Engajamento	Partes Interessadas	Observações
Operação e Gestão dos Sistemas Implantados	Procedimentos de operação e manutenção; condições de uso e critérios de acesso aos serviços; orientações sobre gestão participativa e controle social; indicadores de desempenho e eficiência operacional	Campanhas educativas e oficinas; encontros comunitários; reuniões dos comitês e conselhos de bacia; publicação de informações educativas; atualização periódica das informações em portais públicos	Usuários dos sistemas implantados; entidades de controle social; escolas, associações e lideranças locais; instituições públicas e privadas, dentre outras	As ações devem assegurar a sustentabilidade técnica e social dos sistemas, fortalecendo a corresponsabilidade dos usuários e entidades locais na gestão, manutenção e acompanhamento dos indicadores de desempenho e transparência
Monitoramento/Avaliação	Resultados alcançados por meio de indicadores de impacto social, econômico e ambiental; lições aprendidas e boas práticas; relatórios de desempenho e cumprimento de metas; ações de correção e aprimoramento contínuo; encaminhamento de demandas não resolvidas; divulgação de informações relevantes	Oficinas de avaliação participativa; divulgação de relatórios públicos e painéis de indicadores; mecanismos permanentes de ouvidoria; publicações anuais de resultados.	População beneficiada, órgãos de controle e financiamento; prefeituras e parceiros regionais; sociedade civil organizada e academia; dentre outras	Relatório de desempenho e cumprimento de metas, e canais abertos de MAR





7 RECURSOS E RESPONSABILIDADES

Para a gestão e execução das atividades relacionadas ao PEPI serão necessários recursos financeiros, materiais e uma equipe em sintonia, atendendo aos critérios de elegibilidade do programa e cumprindo as normas ambientais e sociais do BIRD. Os recursos financeiros estão assegurados dentro do âmbito do Projeto, além da contrapartida do próprio Estado, garantindo as condições necessárias para a efetiva implementação das atividades planejadas.

Os custos necessários à execução das atividades previstas neste PEPI serão estruturados por etapas, de acordo com as contratações de empresas e a execução progressiva dos contratos correspondentes. Inicialmente, durante a elaboração do PEPI, foi priorizada a utilização dos recursos materiais e humanos já disponíveis na Unidade Gestora do Projeto (UGP) e unidades executoras — SEIRH, CAGEPA e AESA. Contudo, há previsão orçamentária no PSHPB-2 para viabilizar a implementação e o monitoramento do PEPI ao longo da execução do Projeto.

É importante ressaltar que dentro do Componente 2 – Saneamento, o Subcomponente 2.3 – Expansão e Modernização do Tratamento na RMJP, originalmente previsto no PSH-PB, foi incorporado ao PSHPB-2. Entre seus produtos, prevê-se a elaboração e implementação do Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) da ETE do Baixo Paraíba, em João Pessoa. Assim, os recursos materiais e humanos da consultoria já contratada para esse trabalho serão aproveitados no Projeto atual, garantindo continuidade e eficiência.

7.1 Recursos

Nesse contexto, os recursos para implementar as atividades de engajamento das partes interessadas ao longo de todo o ciclo do Projeto estão detalhados nos Quadros 8 e 9, que consolidam as responsabilidades institucionais e a estimativa necessária para sua execução.







Quadro 8 - Responsabilidades institucionais pela implementação e custos previstos por atividade para a execução do PEPI

Categoria	Atividades de Engajamento	Recursos Humanos	Recursos Materiais/serviços	Custo Estimado (R\$)	Responsável
Consultoria	Contratação de equipe de apoio ao PEPI (01 especialista social, 01 ambiental e 01 em comunicação)	Consultores individuais	Equipamentos de informática, softwares de gestão, despesas operacionais	270.000 anual	SEIRH
Consultas Públicas	Realização de consultas comunitárias (urbanas e rurais)	Equipe social, intérprete (se necessário)	Locação de espaço, transporte, som, material didático, coffee- break	5.000 por evento	SEIRH
Oficinas Socioambientais	Oficinas socioambientais com comunidades	Educadores sociais, técnicos ambientais	Kits pedagógicos, cartilhas, material gráfico	10.000 por oficina	CAGEPA
Comunicação e Divulgação	Produção de material de divulgação (cartilhas, panfletos, banners)	Designer gráfico, revisor	Impressão, diagramação, gráfica	25.000 anual	SEIRH/CAGEPA/ Empresas contratadas
Comunicação e Divulgação	Campanhas em rádio comunitária e mídias sociais	Jornalista, comunicador local	Spots de rádio, posts patrocinados	25.000 anual	SEIRH/CAGEPA
Grupos Vulneráveis	Consultas específicas com comunidades quilombolas/indígenas	Assistente social, tradutor	Logística diferenciada, material adaptado	5.000 por rodada	SEIRH/CAGEPA/ Empresas contratadas
Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR)	Implantação e manutenção do sistema	Analista social, técnico de TI	Linha telefônica gratuita, sistema automatizado no WhatsApp, formulários	10.000 inicial + 5.000 manutenções mensal	SEIRH
Monitoramento e Avaliação	Coleta de dados e relatórios (listas de presença, indicadores de gênero e participação)	Pesquisadores sociais, digitadores	Tablets, software de banco de dados, relatórios impressos	75.000 anual	SEIRH/CAGEPA/AE SA
Capacitação	Treinamento da equipe social e técnica	Consultor especializado	Material de capacitação, coffee- break, sala de treinamento	10.000 por treinamento	CAGEPA
Reserva Técnica	Contingências para demandas emergenciais	-	Fundo para demandas imprevistas	10% do orçamento total	SEIRH





Quadro 9 - Estimativa de Custos para as Atividades de Engajamento do PEPI- PSH2/PB

Categorias de Orçamento	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Estimativa de Custo (R\$)
Consultoria (mensal)	12	22.500	270.000
Consultas Públicas	05	5.000	25.000
Oficinas Socioambientais	05	10.000	50.000
Comunicação e Divulgação (materiais)	05	5.000	25.000
Comunicação e Divulgação (rádio/mídias)	05	5.000	25.000
Grupos Vulneráveis	05	5.000	25.000
MAR (inicial)	01	10.000	10.000
MAR (manutenção)	12	5.000	60.000
Monitoramento e Avaliação	05	15.000	75.000
Capacitação	05	10.000	50.000
Subtotal	(-	-	615.000
Reserva Técnica (10%)	01		61.500
Total Estimado (Subtotal + Reserva)			676.500

De acordo com o Quadro 9, estima-se um montante de R\$ 676.500,00 (seiscentos e setenta e seis mil e quinhentos reais) para a implementação do PEPI até a conclusão do PSHPB-2. É importante destacar que o valor destinado ao PEPI pode chegar até o montante de 1% do valor do Projeto, dessa forma, as estimativas de custos são passíveis de ajustes, à medida que se fizerem necessárias.

7.2 Funções e Responsabilidades

Caberá ao Governo do Estado da Paraíba e a seus órgãos competentes, sob a orientação e supervisão da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos, SEIRH, por meio da UGP, realizar os encaminhamentos necessários aos processos de Engajamento das Partes Interessadas, no âmbito da implementação do PSHPB-2.

A elaboração do PEPI se deu através da colaboração entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA e, para a sua implementação, será necessária a integração entre esses órgãos, garantindo







transparência, participação social, gestão socioambiental eficiente e cumprimento das normas do Banco Mundial e da legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Considerando as experiências mencionados anteriormente, antevê-se cenário organizacional, no qual as funções e responsabilidades encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10 - Responsabilidade das instituições diretamente envolvidas com o Projeto

Instituição	Tipo	Responsabilidade principal	Pontos de engajamento
SEIRH (Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos)	Coordenador do Projeto	 Coordenação geral como UGP do Projeto. Articulação institucional com CAGEPA, AESA, SUDEMA, prefeituras e Banco Mundial. Supervisão das ações socioambientais e de engajamento. Contratação de consultorias especializadas (socioambiental, barragens, comunicação). 	 Reuniões interinstitucionais trimestrais. Relatórios semestrais de engajamento. Divulgação estadual dos resultados.
CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba)	Executor/ Técnico	 Engajamento direto com comunidades afetadas, lideranças locais e trabalhadores. Operação do Mecanismo de Reclamações (MAR). Execução de programas de educação sanitária e ambiental. Comunicação contínua sobre obras (adutora, ETE, setorização, PPPs). Mitigação de impactos temporários (ruído, trânsito, supressão de vegetação). Gestão fiduciária e relatórios ao Banco Mundial. 	 Reuniões comunitárias periódicas. Consultas públicas. Oficinas socioambientais e campanhas educativas.
AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba)	Executor/ Técnico	 Gestão dos recursos hídricos relacionados ao Projeto. Fiscalização da segurança de barragens (Gramame e Mamuaba) Cobrar a confecção e a operação dos planos de O&M. Apoio no monitoramento hidrometeorológico e de riscos climáticos. Articulação com Comitês de Bacia, irrigantes e agricultores familiares. Fornecimento de dados técnicos e relatórios socioambientais. 	 Consultas técnicas com Comitês de Bacia e usuários de água. Divulgação pública de informações sobre barragens e monitoramento hídrico. Participação em reuniões interinstitucionais semestrais.







8 MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES

O Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) é um instrumento essencial do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) para garantir transparência, participação e resposta efetiva às demandas das partes interessadas, fortalecendo a gestão socioambiental do PSHPB-2.

O mecanismo está em conformidade com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (QAS) e com a Norma Ambiental e Social nº 10 - NAS 10, que estabelece as diretrizes para o engajamento efetivo das partes interessadas e o tratamento adequado de reclamações.

Seu objetivo é registrar, analisar e responder de forma oportuna, eficiente e confidencial às manifestações relacionadas a impactos sociais, ambientais ou institucionais decorrentes do Projeto. O sistema possibilita que qualquer pessoa ou comunidade afetada apresente queixas, denúncias ou sugestões, promovendo o diálogo e a solução consensual de conflitos.

As manifestações podem ser encaminhadas pelos seguintes canais de acesso:

- SEIRH (MAR do PSHPB-2): a ser implementado
- Ouvidoria Geral do Estado: https://ouvidoria.pb.gov.br | 0800 021 2310 | ouvidoriageral@casacivil.pb.gov.br
- CAGEPA: http://www.cagepa.pb.gov.br/ouvidoria-registro-consulta/ | ouvidoria@cagepa.pb.gov.br | 115 | WhatsApp (83) 98198-4495
- AESA: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/ | WhatsApp (83) 99333-2831

As reclamações são analisadas pela equipe socioambiental e acompanhadas até sua resolução. O prazo médio de resposta é de 15 dias úteis, podendo chegar a 30 dias em casos complexos, conforme a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Os dados do MAR são monitorados da seguinte maneira: as Unidades Executoras serão responsáveis por captar e registrar as demandas decorrentes de cada contratação e de seus respectivos canais de ouvidoria, encaminhando-as mensalmente à UGP. A UGP realizará a







consolidação dos dados e incluirá essa informação dentro do relatório semestral para envio ao Banco, ressalvadas as demandas urgentes, que deverão ser comunicadas ao Banco em até 48 horas.

As manifestações relacionadas à Exploração e Abuso Sexual (EAS) ou Assédio Sexual (AS) terão tratamento prioritário, seguindo protocolos específicos de confidencialidade, proteção e encaminhamento. Ao receber uma denúncia, a Ouvidoria ou o canal do Projeto realizará triagem qualificada, verificando a pertinência, e suficiência das informações e eventuais riscos imediatos à vítima ou à comunidade. Confirmada a relevância, o caso será encaminhado às autoridades competentes, assegurando o cumprimento da legislação nacional, a proteção das vítimas e a confidencialidade dos dados.

Os editais, contratos e instrumentos do Projeto incluirão cláusulas específicas sobre EAS/AS, prevendo penalidades, medidas corretivas e procedimentos de resposta, em conformidade com a legislação brasileira e as diretrizes internacionais de prevenção à violência baseada em gênero.

Em caso de insatisfação com a resposta obtida, o reclamante poderá recorrer à Ouvidoria Geral do Estado (OGE) https://ouvidoria.pb.gov.br, à Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) (https://arpb.pb.gov.br/ouvidoria), à Defensoria Pública (https://www.defensoria.pb.def.br) ou ao Ministério Público Estadual e Federal.

Além desses canais, comunidades e cidadãos que se sintam adversamente afetados por projetos apoiados pelo Banco Mundial podem apresentar queixas diretamente ao Mecanismo de Reparação de Queixas (*Grievance Redress Service – GRS*), que assegura a análise tempestiva das manifestações relacionadas à execução do Projeto. O GRS pode ser acessado em: http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service. Caso as respostas fornecidas não sejam satisfatórias, os reclamantes também podem recorrer ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, disponível em: http://www.inspectionpanel.org.

O MAR é um componente estruturante da governança do Projeto, promovendo transparência, confiança e correção de rumos durante a execução do PSHPB-2. O fluxograma do MAR pode

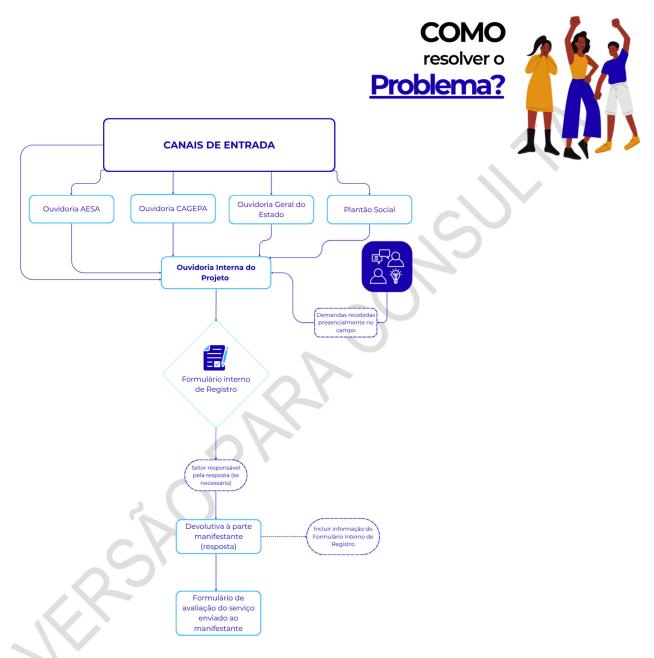






ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Fluxograma do Mecanismo de Atendimento e Reclamação



8.1 Publicização

Para assegurar a ampla divulgação, o Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) será divulgado nas páginas oficiais do Projeto mantidas dentro dos sites da SEIRH, CAGEPA e AESA, com instruções e informações para acesso pelas partes interessadas. A divulgação também será realizada de forma ampla nas redes sociais dessas instituições.







Além disso, para públicos sem acesso à internet ou que, por qualquer motivo, não consigam acessar o site, os contatos do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) serão disponibilizados em placas e todos os demais materiais de divulgação do Projeto.

9 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

O Projeto PSHPB-2 prevê, em seu Componente 3 – Gestão do Projeto, o fortalecimento da capacidade técnica e administrativa da Unidade Gestora do Projeto (UGP), assegurando um gerenciamento eficaz e a implementação integrada das ações, com foco na execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as etapas do Programa.

Com base nas informações obtidas por meio do monitoramento e da avaliação, o PEPI será anualmente revisado e atualizado, conforme necessário ao longo da implementação do projeto.

O processo de monitoramento e avaliação será contínuo e articulado entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA, garantindo que as informações sobre o desempenho socioambiental, a execução das ações de engajamento e o atendimento das demandas da população estejam devidamente sistematizadas, analisadas e reportadas ao Banco Mundial e às partes interessadas.

9.1 Monitoramento e avaliação

O monitoramento do PEPI se baseará em indicadores quantitativos e qualitativos que permitam aferir o alcance dos objetivos propostos, identificar desafios e propor medidas corretivas, convenientes e pontuais.

Para assegurar a efetividade e a integração dos resultados, serão adotadas três dimensões complementares de monitoramento, coordenadas de forma articulada entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA:

a) Monitoramento Institucional – Coordenado pela SEIRH.

Responsável pela consolidação dos dados, análise dos resultados e elaboração dos relatórios de desempenho do PEPI.







- Assegura a compatibilidade dos resultados com os marcos ambientais e sociais acordados com o Banco Mundial, bem como o cumprimento do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS).
- Realiza a supervisão técnica e financeira das ações socioambientais, integrando as informações provenientes da CAGEPA e da AESA.
- Coordena a atualização periódica dos instrumentos de gestão e supervisiona a execução das medidas de engajamento e comunicação social.
- b) Monitoramento Técnico e Operacional Conduzido pela CAGEPA.

Abrange o acompanhamento das ações de campo relacionadas ao engajamento comunitário, à realização de consultas públicas, oficinas participativas e campanhas socioeducativas.

- Inclui a operação do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR), garantindo o registro, o tratamento e a resolução das demandas e manifestações das comunidades afetadas.
- Avalia indicadores de eficiência, frequência e efetividade das ações de engajamento junto às populações beneficiárias.
- Assegura a participação contínua e informada das partes interessadas durante todas as fases de implementação do projeto.
- c) Monitoramento de Recursos Hídricos e Segurança de Barragens Responsabilidade da AESA.

Compreende o acompanhamento das condições operacionais e da fiscalização segurança das barragens Gramame e Mamuaba, além da integração dos dados hidrometeorológicos e hídricos no sistema de informações do Projeto.

Garante o cumprimento das disposições da Lei nº 12.334/2010, da Lei nº 14.066/2020 e da Norma Ambiental e Social 4 (NAS 4) do Banco Mundial, com atenção especial aos planos de operação e manutenção (O&M), instrumentação e planos de ação de emergência (PAE).







- Promove a divulgação pública dos resultados de segurança e o engajamento de instituições estratégicas, como os Comitês de Bacia Hidrográfica e a Defesa Civil Estadual.
- Integra informações técnicas ao sistema de monitoramento coordenado pela SEIRH, assegurando transparência e rastreabilidade dos dados de segurança hídrica.

9.2 Participação das partes interessadas

Dentro do processo de monitoramento e avaliação do projeto, as partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de atendimento a reclamação serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

A coordenação do Programa também coletará junto às equipes dos subcomponentes dados para avaliação constante da implementação, resultados, gestão e percepção das pessoas afetadas. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações antes e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo o apoio dos pontos focais, para que haja ampla participação nesse processo.

A participação das partes interessadas no monitoramento será assegurada por meio de mecanismos de diálogo contínuo e consultas periódicas, em especial:

- Consultas semestrais com comunidades afetadas e lideranças locais para apresentar resultados e ouvir sugestões;
- Audiências públicas ou reuniões ampliadas em marcos críticos do projeto (início e conclusão de obras principais);
- Pesquisas de percepção social e satisfação junto aos beneficiários diretos;
- Envolvimento de grupos vulneráveis e minorias sociais (mulheres chefes de família, idosos, pessoas com deficiência, povos tradicionais e agricultores familiares) com metodologias adaptadas à sua realidade;







Divulgação dos resultados em linguagem acessível, utilizando rádios comunitárias,
 redes sociais, portais institucionais e cartilhas impressas.

9.3 Indicadores

Os indicadores de monitoramento e avaliação do PSHPB-2 serão estruturados com o propósito de aferir, de forma sistemática, os resultados alcançados no atendimento das demandas das comunidades e na incorporação das percepções dos beneficiários diretos. Esse processo contemplará também a análise da efetividade do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), assegurando que a participação social seja inclusiva, transparente e representativa.

A definição detalhada desses indicadores será consolidada ao longo da execução do projeto, de forma dinâmica e ajustável às especificidades identificadas em campo. Serão utilizados parâmetros indicativos de representatividade, tais como a proporção de mulheres, jovens e membros de grupos em situação de vulnerabilidade (ex.: comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas) nos processos de consulta e participação.

A mensuração ocorrerá de forma contínua, por meio de registros de presença, relatórios de campo e sistemas de monitoramento, enquanto o reporte consolidado dos resultados será realizado anualmente nos Relatórios de Progresso. Estes documentos trarão dados detalhados por gênero, faixa etária e condição de vulnerabilidade, garantindo a transparência e a inclusão social no acompanhamento do PSHPB-2, bem como a melhoria contínua da gestão social do projeto.

Dessa maneira, o Quadro 11 apresenta os principais indicadores propostos para medir o desempenho do PEPI, a efetividade das ações de engajamento e a inclusão social.







Quadro 11 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PEPI

Eixo de Monitoramento	Indicadores	Frequência	Responsável Principal
	Nº de reuniões comunitárias realizadas		
Engajamento Comunitário	№ de participantes (homens/mulheres)	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Taxa de satisfação das partes interessadas		
	Nº de materiais informativos produzidos e distribuídos		
Comunicação e Transparência	Atualizações no site do Projeto	Semestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Alcance das campanhas nas mídias locais		
	Nº de reclamações recebidas e resolvidas		
Mecanismo de Reclamações (MAR)	nações (MAR) Tempo médio de resposta		SEIRH/CAGEPA/AESA
	Grau de satisfação das respostas		
	Relatórios de inspeção emitidos		
Segurança de Barragens	Planos de O&M e PAE atualizados		SEIRH/CAGEPA/AESA
	Nº de reuniões com Comitês de Bacia		
	Participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis nas atividades		
Equidade Social e Gênero	Percentual de beneficiários (as) da tarifa social de água e esgoto, desagregado por gênero	Semestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Nº de capacitações com enfoque de gênero e inclusão		
Educação Socioambiental	№ de oficinas e campanhas realizadas	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
Educação Socioambientai	Nº de escolas e comunidades envolvidas		SEIRH/CAGEPA/AESA
	Nº de reuniões interinstitucionais realizadas		
Governança e Cooperação institucional	Cumprimento de metas do PEPI		SEIRH/CAGEPA/AESA
	Atualização dos relatórios de progresso		





O Banco Mundial recomenda que a perspectiva de gênero seja tratada de forma transversal no PSHPB-2, a fim de assegurar que mulheres e homens se beneficiem de maneira equitativa das ações implementadas.

Nesse sentido, a incorporação de indicadores de gênero ao processo de monitoramento e avaliação do PEPI permite mensurar lacunas existentes, acompanhar a efetividade das medidas de inclusão e promover ajustes que garantam maior equidade.

9.4 Relatórios

Os resultados do monitoramento serão consolidados em relatórios periódicos, garantindo transparência e retroalimentação do processo de gestão socioambiental.

Relatórios semestrais serão elaborados pela equipe da UGP do PSHPB-2, com o objetivo de registrar e avaliar a execução das ações previstas no PEPI. Esses relatórios apresentarão informações detalhadas sobre as atividades de comunicação e engajamento realizadas, incluindo a divulgação de conteúdos institucionais, a mobilização das partes interessadas e o acompanhamento das manifestações recebidas.

Os documentos também trarão dados consolidados sobre a quantidade e a natureza das interlocuções estabelecidas por meio dos diferentes canais de comunicação previstos, assegurando a transparência do processo e permitindo o monitoramento contínuo da efetividade das estratégias de participação social no âmbito do Projeto.

9.4.1 Relatórios Internos

- Relatórios Trimestrais de Progresso: elaborados pela CAGEPA e AESA, encaminhados
 à SEIRH com informações sobre ações de engajamento, indicadores sociais e ambientais, e funcionamento do MAR.
- Relatórios de Supervisão: a SEIRH consolidará as informações em formato padronizado, encaminhando ao Banco Mundial os resultados gerais do monitoramento e da execução do PEPI.







9.4.2 Relatórios Públicos e Devolutivas

- Relatórios Semestrais de Engajamento: divulgados nos portais institucionais da SEIRH,
 CAGEPA e AESA, em linguagem acessível, apresentando o andamento das ações,
 desafios e resultados alcançados.
- Boletins de Comunicação Social: resumos simplificados dos principais marcos e resultados do PEPI, divulgados por meio de rádios comunitárias, redes sociais e eventos locais.
- Relatório Final de Avaliação Participativa: ao término do projeto, será elaborado com base nas contribuições das partes interessadas e lições aprendidas, servindo de referência para futuras intervenções.







ANEXOS

ANEXO 1 - Partes interessadas, instrumentos e momentos de engajamento

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
	INSTITUIÇÕES DO NÚCL	EO DE FINANCIAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO		
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Financiador do empréstimo para o aporte dos recursos públicos necessários à execução do Projeto	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais e internacionais. Desenvolvimento técnico- científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
Governo Federal Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda	Garantidor do empréstimo (operação de crédito externa) Analista do enquadramento fiscal para obtenção da operação de crédito externo.	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
SEIRH - Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos da Paraíba	Elaboração, implementação e monitoramento do projeto.		P; ID	alto
CAGEPA	Elaboração, implementação e monitoramento do Projeto.	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
AESA - Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba	Elaboração, implementação e monitoramento do projeto		P; ID	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Governo do Estado SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba	Responsável por assegurar os recursos financeiros da contrapartida do Estado	Fortalecimento da instituição junto ao estado.	P	alto
Governo do Estado SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado da Paraíba	Responsável por assegurar o orçamento da contrapartida do Estado	Fortalecimento da instituição junto ao estado.	P; ID	alto
	INSTITUIÇÕES DE ORGANIZA	AÇÃO/REPRESENTAÇÃO DO PÚBLICO DO PROJETO		
Comitês de Bacias Hidrográficas do estado da Paraíba	Representação social local, interesse no controle social, acompanhamento e deliberação das ações nos territórios.	Fortalecimento dos CBHs, garantias de devolutivas ao "chão da bacia" a partir das melhorias geradas pelas ações contribuintes para a evolução dos instrumentos de gestão de recursos hídricos	P	alto
Comitê Estadual de Recursos Hídricos	Representação social local, interesse no controle social, acompanhamento e deliberação das ações nos territórios.	Fortalecimento dos conselhos, garantias de devolutivas ao "chão da bacia" a partir das melhorias geradas pelas ações contribuintes para a evolução dos instrumentos de gestão de recursos hídricos	P	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Usuários de água (outorgados)	Representação social local	Usuários de água são diretamente afetados pelas melhorias na gestão, implica em eficiência na cobrança e no investimento dos recursos financeiros para as bacias hidrográficas, maior sensibilidade institucional nos processos de outorga, garantindo a maior quantidade possível de água para o usuário (a partir das aquisições do PSH II que visam contribuir com a tomada de decisão dos gestores). Segurança para qualidade e quantidade de água, a partir do enquadramento, política de reuso, projeto piloto, melhoria do monitoramento superficial e subterrâneo.	Р	alto
Associações e cooperativas de povos indígenas	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II; AI	moderado
Grupos de movimentos Sociais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	Ш	alto
Associações de Bairros	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	Ш	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Organizações não governamentais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	Ш	alto
Sindicatos	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	Ш	alto
Associações e cooperativas quilombolas	Interesse em ações que promovam o reconhecimento territorial, geração de renda, acesso à infraestrutura básica e produtiva, e fortalecimento da organização social e cultural.	Fortalecimento institucional além de melhoria nas condições sociais e produtivas.	II; AI	moderado
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	П	alto
Pessoas que cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios respectivos da execução	Receber as ações do Plano de Remoção e reassentamento, tais como as medidas de remoção, indenizatórias e de assistência.	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	AD; ID	alto
Cooperativas e Empreendimentos solidários	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II; AI	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Associações e cooperativas de marisqueiras e pescadores artesanais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	ID; AD	alto
Indivíduos afetados com desapropriação de áreas	Liberação das áreas necessárias	Perda de área e recebimento de indenização financeira	ID; AD	alto
População das proximidades das obras nos municípios	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	ID; AD	alto
	INSTITUIÇÕES E	M GERAL DE INTERESSE NO PROJETO		
	IN	STITUIÇÕES MUNICIPAIS		
Prefeituras Municipais da RMJP	Ações diversas de apoio aos empreendimentos. Apoio com infraestruturas e apoio ao licenciamento ambiental, caso necessário	fortalecimento institucional e político	ID	médio
Secretarias Municipais de Meio Ambiente da RMJP	Licenciamento ambiental dos sistemas de abastecimento de água	Fortalecimento institucional na medida em que são reconhecidos em seu papel regulador	Ш	alto
Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	Ш	baixo





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Secretarias de Desenvolvimento Urbano da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	П	baixo
Secretarias Municipais de Saúde da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	Ш	baixo
	INSTITUI	ÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL		
SUDEMA - Superintendência de Administração do meio Ambiente	Licenciamento ambiental dos sistemas de abastecimento de água	Fortalecimento institucional na medida em que são reconhecidos em seu papel regulador	II	alto
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	Responsável pela coordenação de políticas públicas, apoio administrativo e técnico ao Governador, e articulação com outros poderes e a sociedade civil para a execução das ações governamentais.	Fortalecimento institucional	П	médio
EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária	Responsável prestar assistência técnica e estender serviços e conhecimentos ao homem do campo, melhorando a produtividade, a renda e a qualidade de vida das famílias rurais.	Fortalecimento institucional	Ш	médio
SEMAS - Secretaria do Meio Ambiente	Parceira em questões ambientais	Fortalecimento institucional	Ш	baixo
SEE - Secretaria do Estado da Educação da Paraíba (Escolas Estaduais)	Responsável por planejar, executar e monitorar a política educacional estadual, abrangendo a gestão de escolas, a formação de professores, a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes na rede pública.	Fortalecimento institucional	Ш	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Estimular a complementaridade de políticas públicas de Desenvolvimento Social	Fortalecimento institucional	Ш	baixo
	INSTITU	IÇÕES DO GOVERNO FEDERAL		
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas	Orientações e apoio para implantação de Projetos em reservas indígenas	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	Ш	médio
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Orientações e apoio para implantação de Projetos em áreas protegidas ou em suas zonas de amortecimento	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	П	médio
IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional	Em casos de achados arqueológicos, se faz necessário o estudo por parte do IPHAN. Ações de divulgação da ocorrência para todas as partes interessadas	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	médio
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	termos de anuência para implantação ou passagem de estruturas em rodovias federais	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	П	baixo
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Fomento ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.	Fortalecimento dos instrumentos de gestão de gestão de recursos	П	baixo
PODER JUDICIÁRIO				
Comarcas do Tribunal de Justiça da Paraíba	desapropriação por utilidade pública	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	П	alto





PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO alto médio baixo
Cartórios de Registro de Imóveis	instrução documental para confirmação propriedade	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	Ш	alto
	II.	NSTITUIÇÕES PRIVADAS		
Instituições Religiosas	mobilização social	Fortalecimento institucional	Ш	médio
ONGs Ambientalistas	mobilização social e educação ambiental	fortalecimento institucional	Ш	médio
	INSTITUIÇÕES DE IMPRI	ENSA E INFLUENCIADORES EM REDES SOCIAIS		
Rádios da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	п	médio
Blogs e sites da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	П	médio
Jornais da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	Ш	médio

*Legenda:

P= Participam na implementação e coordenação do projeto; ID= Influenciam diretamente a implementação do projeto; II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto; DA= Diretamente afetados pelos resultados do projeto.







1ª CONSULTA PÚBLICA SOBRE O TERMO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DO PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA DA PARAÍBA (PSH-PB)

RELATÓRIO

JOÃO PESSOA – PB FEVEREIRO/2018





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. OBJETIVOS	3
2. CONVOCAÇÃO	3
3. PROGRAMAÇÃO	4
4. PARTICIPANTES	4
5. REALIZAÇÃO	6
6. METODOLOGIA	6
7. INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO ESTADO DA PARAÍBA	7
7.1 SITUAÇÃO HÍDRICA	7
7.2 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (I	PISF) NA PARAÍBA 9
7.3. AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA QUE ESTÃO SENDO REALI	IZADAS NO ESTADO
DA PARAÍBA	11
8.0 PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA DO ESTADO DA PARAÍBA – F	SH-PB20
9. APRESENTAÇÃO DOS COMPONENTES	21
10. APRESENTAÇÃO DAS SALVAGUARDAS E POLÍTICAS OPERACION	AIS DO BANCO 28
11. ESCOPO DA AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL	29
11.1 AVALIAÇÃO DO ARCABOUÇO LEGAL E REGULATÓRIO	29
11.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30
11.3 DIAGNOSTICO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS	INTERVENÇÕES 30
11.4 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCAIS — MET	TODOLOGIA 31
12.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
ANEXOS	33





APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado da Paraíba está negociando com o Banco Mundial contrato de empréstimo para financiamento do Projeto Desafios de Segurança Hídrica no Estado da Paraíba (PSH/PB). O objetivo do Projeto é o aumento da segurança hídrica no Estado, adotando uma visão integrada das diversas questões relacionadas a gestão dos recursos hídricos.

A fim de atender a uma demanda definida pelos procedimentos do Banco Mundial, visando validar os procedimentos ambientais e sociais a serem adotados durante a preparação do projeto, e ainda validar junto às partes interessadas o escopo dos Termos de Referências dos estudos ambientais previstos realizou-se no dia 15 de fevereiro de 2018, no Auditório da COMSEDER, Edifício Sede DER/SEIRHMACT, a primeira consulta pública do Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba, sob forma de reunião expositiva, apresentando o projeto aos participantes do evento.

Para a sua realização a Gerência de Planejamento e Projetos - GPP/SEIRHMACT convocou uma reunião extraordinária, que contou com participação significativa dos órgãos fiscalizadores internos e externos, reguladores, conselhos e associações, sendo este relatório o registro oficial do seu acontecimento.

1. OBJETIVOS

A 1ª Consulta Pública teve por objetivos:

- Atender a uma demanda definida pelos procedimentos do Banco Mundial, visando validar os procedimentos ambientais e sociais a serem adotados durante a preparação do projeto;
- Garantir uma oportunidade de participação social, ainda na fase de contratação dos estudos ambientais, para que sejam incorporadas sugestões e comentários relevantes para a análise;
- E, por fim, validar junto às partes interessadas o escopo dos Termos de Referências dos estudos ambientais previstos.

2. CONVOCAÇÃO

Os convites aos participantes foram realizados de forma antecipada, sendo encaminhada através de ofício e e-mail, divulgação no Portal do Governo do Estado, e outros blogs, conforme apresentado em anexo 1.





3. PROGRAMAÇÃO

A programação foi enviada antecipadamente aos convidados e ajustada no início dos trabalhos com os participantes de acordo com a necessidade, sendo cumprida integralmente o conteúdo, conforme Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 - Programação das atividades desenvolvidas na 1ª Consulta Pública

Programação		
09:00 hs	Abertura – Virgiane da Silva Melo (Coordenadora da UGP)	
09:10 hs	Apresentação da concepção do PSH – PB	
09:30 hs	Objetivos da 1ª Consulta Pública	
09:45 hs	Apresentação da Situação Hídrica do Estado	
10:00 hs	Apresentação dos objetivos e abrangência do PSH - PB	
10:18 hs	Apresentação do Projeto de Integração do São Francisco – PISF	
10:30 hs	Apresentação de obras e ações em andamento	
10:40 hs	Apresentação dos Componentes do Projeto	
10:45 hs	Apresentação do Componente I – AESA / CAGEPA	
11:03 hs	Apresentação do Componente II – SEIRHMACT	
11:25 hs	Apresentação do Componente III – CAGEPA	
11:35 hs	Apresentação das Salvaguardas e Políticas Operacionais do BIRD	
11:42 hs	Apresentação das Avaliações Social e Ambiental	
12:00 hs	Facultada a palavra aos participantes para sugerir e fazer considerações	
12:15 hs	Encerramento	

4. PARTICIPANTES

Participaram da 1ª Consulta Pública 57 (cinquenta e sete) pessoas (Figuras 1 e 2), técnicos dos diversos órgão conforme relação abaixo. A lista de presença segue em anexo 2.

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH / PB
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas / Açu CBH / PPA
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba CBH / PB
- Conselho de Proteção Ambiental COPAM / PB
- Fórum Paraibano de Combate a Corrupção FOCCO / PB
- Companhia de Água e Esgoto da Paraíba CAGEPA
- Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente SUDEMA





- Agência Executiva de Gestão das Aguas AESA
- Agência Reguladora da Paraíba ARPB
- Procuradoria Geral do Estado PGE
- Controladoria Geral do Estado CGE
- Conselho Estadual das Cidades CONCIDADES
- Departamento Nacional de Obras Contra Seca DNOCS
- Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba CEHAP
- Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT
- Tribunal de Contas do Estado TCE
- Associações Comunitárias



Figura 1 – Apresentação do Projeto de Segurança Hídrica – PB







Figura 2 – Participantes da 1ª Consulta Pública do Projeto de Segurança Hídrica - PB

5. REALIZAÇÃO

O evento foi realizado pelo Governo do Estado da Paraíba por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT, executora do projeto, auxiliada pelas agências implementadoras CAGEPA e AESA.

A Coordenadora da UGP, a Engenheira Virgiane Melo, fez a apresentação no tocante a infraestrutura hídrica atual do Estado, os objetivos da consulta pública, o componente 2, as salvaguardas do Banco e o contexto sobre as avaliações sociais e ambientais.

A apresentação também teve as seguintes contribuições, cada um em suas competências:

- João Fernandes Diretor Presidente da AESA;
- Luciano Nobrega Gerente de Planejamento da CAGEPA;
- Ricardo Benevides Assessoria de Regulação da Presidência CAGEPA

6. METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a consulta foi através de exposições orais com uso de multimídia, banner, debates e registro das propostas utilizando-se de fichas escritas, seguida de verbalização e discussão (Anexo 3).

A Figura 03 abaixo, apresenta a sequência da apresentação oral que foi realizada, após essa fase foi aberta para diálogo onde foi facultada a palavras aos presentes para considerações, sugestões e/ou dúvidas.





INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO ESTADO TRAMITAÇÕES DO PROJETO JUNTO AO BANCO MUNDIAL COMPONENTES DO PROJETO SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Figura 03 – Sequência da apresentação oral

Também, para registro e ilustração deste relatório, foi realizada uma cobertura Figura gráfica de todo o evento (Anexo 4).

7. INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO ESTADO DA PARAÍBA

7.1 SITUAÇÃO HÍDRICA

A garantia da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para o abastecimento humano e o desenvolvimento socioeconômico em situações de seca, estiagem ou desequilíbrio entre a oferta e a demanda é a grande preocupação dos dias atuais entre os entes relacionados a gestão dos recursos hídricos.

O desafio da segurança hídrica é uma preocupação urgente e imediata na Paraíba e a situação atual é caracterizada pela oferta insuficiente de serviços de provisão de água, nos seus diferentes usos, que afetam sem sombra de dúvidas a qualidade de vida da população. Esta situação pode ainda ser agravada, em termos de recursos naturais, pelo aumento de intermitências, secas e mudanças climáticas crescentes.

A região do semiárido no Nordeste do Brasil, incluindo a Paraíba, tem as menores disponibilidades de água per capita do país, inferiores a 500 m³ por ano e precipitação menores de 80 centímetros por ano com temperaturas altas e a evapotranspiração podendo chegar a mais de 118 centímetros por ano. A região do semiárido ocupa 87% do território da Paraíba, compreendendo 76% de seus municípios e 57% da sua população.

Do ponto de vista quantitativo, uma parte significativa do Estado tem um balanço hídrico crítico e sob o aspecto qualitativo, a situação predominante na maior parte do território é também crítica. As alterações climáticas e uma seca que desde 2012 se alastra no Nordeste, agravam ainda mais os problemas de escassez de água na Paraíba em particular.





Interessante apresentar a Figura 04, a qual expõe claramente o déficit hídrico nos últimos anos.

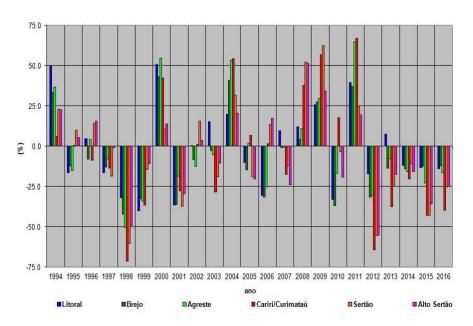


Figura 04 - Desvio anual de precipitação no Estado da Paraíba

Em julho de 2017, 196 das 223 cidades paraibanas estavam em situação de emergência por cerca de 180 dias devido à seca. Mesmo sistemas de reservação de grande porte, como o Açude Epitácio Pessoa, conhecido como Açude de Boqueirão, que abastece Campina Grande e outras 18 cidades do Agreste da Paraíba, atingiu o menor nível de água já registrado desde que a barragem foi construída, no fim da década de 1950. A Figura 05, apresenta o mapa demonstrando a situação de emergência por estiagem no ano de 2017 no Estado da Paraíba.

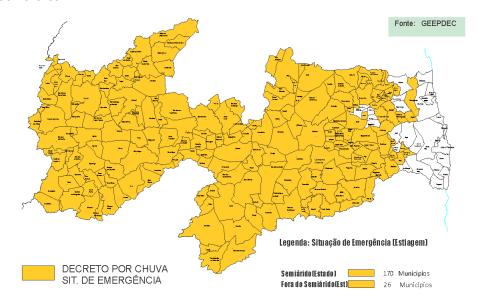


Figura 05 - Situação de Emergência - Ano 2017





A Companhia de Água e Esgoto da Paraíba que tem missão de atender as necessidades de Saneamento Ambiental da população, contribuindo para a melhoria de vida e da saúde pública dos paraibanos, opera e monitora os sistemas de abastecimento de 198 de 223 municípios paraibanos, a situação atual apresenta que 32 municípios estão em colapso, 72 em racionamento e 94 com situação normal de atendimento, conforme melhor demonstrado na Figura 06 abaixo. Vale salientar que este quadro mudou bastante com a chegada das águas do PISF.

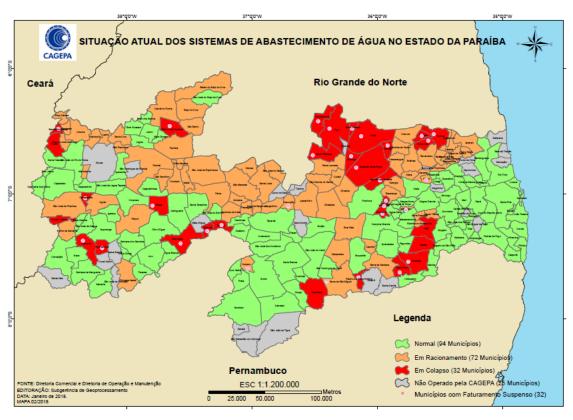


Figura 06 - Situação Atual dos Sistemas de Abastecimento de Água no Estado da Paraíba

7.2 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PISF) NA PARAÍBA

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Semiárido será possível com a retirada contínua de 26,4 m³/s de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1850 m³/s) no trecho do rio onde se dará a captação.





Este montante hídrico será destinado ao consumo da população urbana de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos quatro estados do Nordeste Setentrional. Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado poderá ser ampliado para até 127 m³/s, contribuindo para o aumento da garantia da oferta de água para múltiplos usos.

O Projeto foi dividido em dois Eixos: Leste e Norte.

O Eixo Norte operará com uma vazão contínua de 16,4 m³/s, destinados ao consumo humano. Em períodos de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida, que é de 99 m³/s. Os volumes excedentes transferidos serão armazenados em reservatórios estratégicos existentes nas bacias receptoras: Atalho e Castanhão, no Ceará; Armando Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte; Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, na Paraíba; e Chapéu e Entre Montes, em Pernambuco. A Figura 07 apresenta as entradas do PISF na Paraíba.

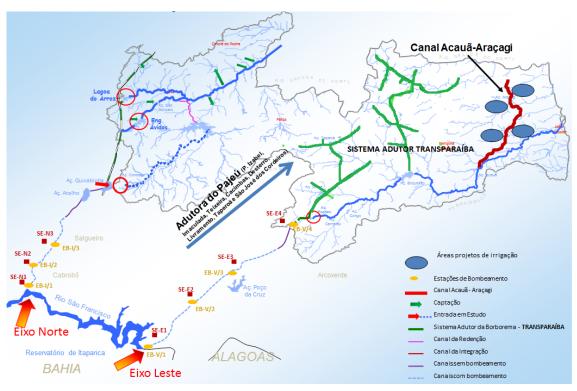


Figura 07 – Distribuição das Águas do PISF na Paraíba

O Eixo Leste funcionará com uma vazão contínua de 10 m³/s, disponibilizados para consumo humano. Periodicamente, em caso de abundância de água na bacia do São Francisco e de necessidade nas regiões beneficiadas, o canal poderá funcionar com a vazão máxima, que é de 28 m³/s. Este excedente hídrico será transferido para reservatórios existentes nas bacias receptoras: Poço da Cruz, em Pernambuco, e Epitácio Pessoa (Boqueirão) e Acauã, na Paraíba.





As águas oriundas da transposição do rio São Francisco, através do Eixo Norte chegarão a Paraíba pela cidade de São José de Piranhas e despejará suas águas da barragem Engenheiro Avidos, e de lá, pelo leito natural do Rio Piranhas chegará ao Açude de São Gonçalo. Esses dois mananciais atendem a população urbana das prosperas cidades de Cajazeira e Sousa, polos regionais de desenvolvimento no sertão da Paraíba, além de diversas outras cidades menores que se abastecem dessas barragens. Serão atendidas 300.000 pessoas nessas cidades, sendo necessário para tanto de uma vazão de 700 l/s.. Além disso, se faz necessária a perenização do Rio Piranhas, pois várias cidades se abastecem ao longo do rio e também é o leito natural que levará água ao Rio Grande do Norte.

Também pelo eixo norte, a Paraíba recebera água na Barragem Lagoa do Arroz, no município de Cajazeiras, assegurando assim o abastecimento das cidades de Santa Helena, Bom Jesus, São Jose de Piranhas e reforçando o abastecimento de Cajazeiras. Além disso, essa vazão irá perenizar o Rio do Peixe, afluente da bacia do Piranhas-Açu.

Destaca-se que as águas oriundas da transposição do rio São Francisco, através do Eixo Leste chegarão ao alto rio Paraíba na região de Monteiro, situada no Cariri Ocidental, que integra a Mesorregião da Borborema, sendo encaminhadas, por duas vias, parte das águas saíram pelo próprio rio Paraíba, até o Açude Boqueirão (Pres. Epitácio Pessoa), situado em seu curso médio, o qual abastecerá a região metropolitana de Campina Grande integrando-se ao Canal Acauã-Araçagi; e outra, destinar-se-á ao abastecimento de água de diversos municípios das regiões da Borborema e do Agreste, por meio do Sistema Adutor Transparaíba.

7.3.AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA

Nesse sentido o Governo do Estado da Paraíba está desenvolvendo diversas ações para mitigar os impactos da seca prolongada, com medidas de emergência para atender a população atingida, bem como ações estruturantes, visando aumentar a segurança hídrica do Estado.

Nas ações estruturantes que o Estado vem desenvolvendo podemos citar o Programa de Construção de Adutoras que já conta com mais de 1.300 km de extensão entre obras concluídas em operação, em andamento e a iniciar, levando água de qualidade a população urbana dos municípios. A Tabela 01 destaca um resumo dessas ações.





Tabela 01 – Resumo da Situação Atual do Programa de Construção de Barragens

RESUMO	EXTENSÃO
CONCLUÍDAS E EM OPERAÇÃO	464.687
ANDAMENTO	900.958
A INICIAR	21.106
TOTAL (m)	1.386.751

Destaca-se como ação estruturante e estratégica o Programa de Recuperação de Barragens. No início de 2011 foi realizada uma força tarefa para vistoriar os principais barramentos do Estado que em decorrência de vários anos e muitos deles sem nenhuma manutenção, e ainda a forças das intempéries naturais fizeram com que os mananciais sofressem preocupantes avarias em suas estruturas ao longo dos anos. Citamos também a construção de barragens que já totaliza em nove barragens, conforme demonstrado na Figura 08 abaixo.

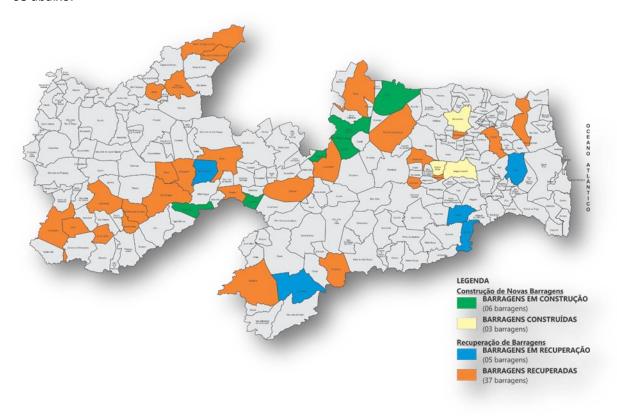


Figura 08 – Programa de Recuperação de Barragens (2011 a 2017)





A Figura 09 demonstra o antes e depois de uma barragem recuperada.



Figura 09 – Antes e depois da recuperação da Barragem Cachoeira dos Alves no município de Itaporanga

A partir da necessidade de se universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso, o Governo do Estado da Paraíba firmou convênios junto ao Governo Federal para ampliar e beneficiar essa população através dos Programas Água para Todos e Água Doce, serviços estes complementares as obras de Transposição do Rio São Francisco.

O Programa Água para Todos tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais. O Governo do Estado vem executando a construção de 177 pequenos barreiros e 203 sistemas simplificados de abastecimento. As Figuras 10 e 11 demonstram a atuação dessas duas ações em todo Estado.





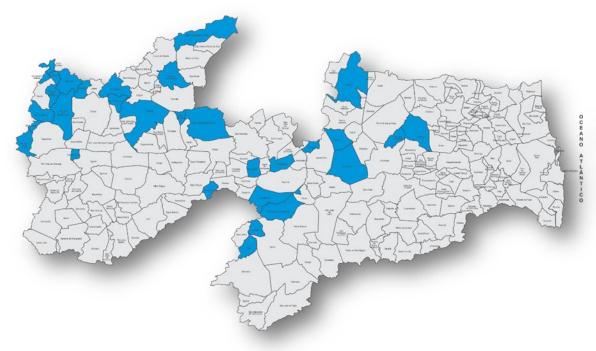


Figura 10 – Construção de 177 pequenos barreiros no âmbito do Programa Água para Todos

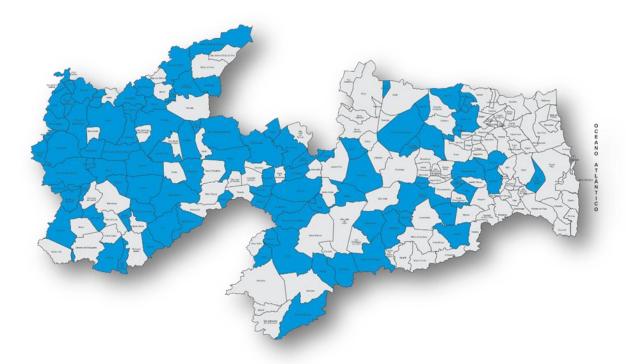


Figura 11 – Construção de sistemas simplificados de abastecimento no âmbito do Programa Água para Todos

A Figura 12 apresenta um exemplo dos sistemas simplificado de abastecimento e a Figura 13 traz exemplo dos pequenos barreiros.







Figura 12 – Sistema Simplificado de Abastecimento Rural – Programa Água para Todos



Figura 13 – Barreiros – Programa Água para Todos

Por reduzir as vulnerabilidades no que diz respeito ao acesso à água no Semiárido, o Programa Água Doce é considerado uma medida de adaptação às mudanças climáticas. Estudos indicam que a variabilidade climática na região poderá aumentar, acentuando a ocorrência de eventos extremos (estiagens mais severas) com consequências diretas na disponibilidade hídrica. Dessa forma, iniciativas como o Programa Água Doce, que promovem o uso sustentável da água, contribuem para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas. É um esforço do poder público em internalizar tais preocupações, disseminando boas práticas de uso sustentável da água.





O sistema de dessalinização é a estação de tratamento da água salobra do poço, onde existem etapas que vão tratando e adequando essa água ao Padrão de Potabilidade para consumo humano.

O dessalinizador utiliza o processo de osmose inversa no qual membranas semipermeáveis, que funcionam como um filtro, conseguem retirar da água salobra ou salina a quantidade de sais imprópria para consumo humano, produzindo dois efluentes, o permeado (água dessalinizada) e o concentrado.

A distribuição da água potável para a comunidade é realizada próxima ao abrigo do dessalinizador através de um chafariz construído em alvenaria com revestimento em cerâmica, iluminação, portão, conjunto de torneiras para distribuição da água ou equipamento eletrônico instalado dentro do chafariz onde as pessoas da comunidade têm acesso à água através de fichas ou cartões magnéticos. O Programa Agua Doce prevê o acesso mínimo de 10 litros de água potável por pessoa/dia nas localidades atendidas.

De acordo com os costumes locais e a qualidade do concentrado produzido, parte desse efluente pode ser utilizado em bebedouros para animais ou para uso secundário doméstico. Em localidades que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos pelo programa, esse concentrado pode ser utilizado no sistema produtivo integrado sustentável. O Governo do Estado está implantando 93 sistemas de dessalinização (Figura 14).

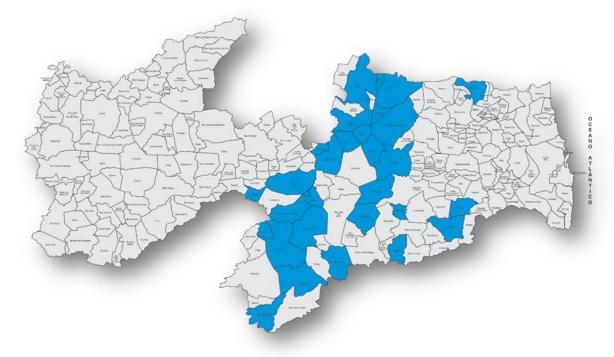


Figura 14 – Sistemas de Dessalinização no Estado da Paraíba





A Figura 15 apresenta um exemplo dos sistemas de dessalinização já implantados na Paraíba.



Figura 15 – Exemplo de Sistema de Dessalinização na PB

Já na área de esgotamento sanitário está em execução a construção e ampliação em 11 municipios sendo eles São Bento, Belém do Brejo do Cruz, São José de Piranhas, Coremas, Taperoá, São José dos Cordeiros, Caraúbas, Coxixola, Livramento, Serra Branca e Cabaceiras, além de mais 09 que estão em processos de contratação. A Figura 16 apresenta a localização dos sistemas de esgotamento sanitário, onde observa-se que todos estão localizados nas bacias receptoras do PISF.





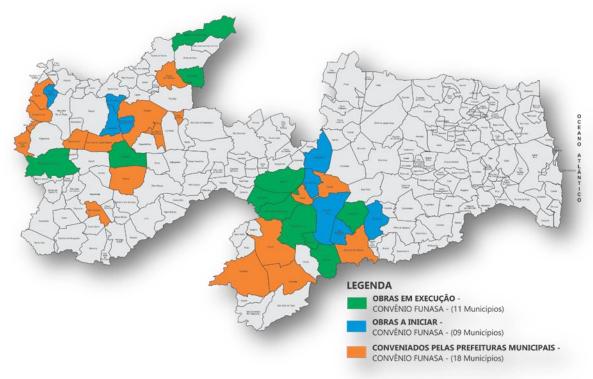


Figura 16 – Sistemas de Esgotamento Sanitário em execução na PB

O Canal Acauã-Araçagi – Adutor Vertentes Litorâneas, constituído de um sistema adutor de água bruta composto de canais, sifões invertidos e túneis adutores, visa à integração das bacias hidrográficas da vertente litorânea paraibana, como uma das formas de aproveitamento das águas oriundas do rio São Francisco, levadas pelo Eixo Leste do Programa de Transposição, garantindo o suprimento regular desse bem aos municípios das Vertentes Litorâneas do Estado da Paraíba, região com tradição de produção agrícola no Estado.

A obra do Canal Acauã/Araçagi – Adutor das Vertentes Litorâneas visa o atendimento e abastecimento de água para todos os municípios de sua área de influência, em caráter regular e continuo, durante todo o período seco, e ainda objetiva dar sustentabilidade hídrica para os 35 municípios, irrigação para mais 15 mil hectares, desenvolvimento da agricultura familiar e empresarial, piscicultura, viabilizando assim uma melhor qualidade de vida, emprego e renda no meio rural. O Canal foi projetado para transportar uma vazão máxima de 10 m³/s de água bruta e irá beneficiar direta e indiretamente uma população de aproximadamente 631 mil habitantes.

O seu traçado parte do Açude Acauã, localizado no Município de Itatuba, e se desloca, daí, até um pequeno afluente do rio Camaratuba, no extremo norte do Estado, no Município de Curral de Cima, perfazendo um trajeto de aproximadamente 122 km. Nesse caminhamento, o sistema adutor atravessa terras de mais 12 municípios, que são: Itatuba, Mogeiro, Itabaiana, São José dos Ramos, Sobrado, Riachão do Poço, Sapé, Mari, Cuité de Mamanguape, Araçagi,





Curral de Cima e Itapororoca. No entanto, sua área de influência abrange mais 38 municípios no Estado da Paraíba que são: Alagoinha, Araçagi, Belém, Caiçara, Caldas Brandão, Campo de Santana, Capim, Cruz do Espírito Santo, Curral de Cima, Cuité de Mamanguape, Cuitegi, Ingá, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Itatuba, Jacaraú, Juripiranga, Logradouro, Mamanguape, Mari, Mogeiro, Mulungu, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Pirpirituba, Riachão do Poço, Salgado de São Félix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Serra Raiz, Sertãozinho e Sobrado.

Em toda a extensão do Canal Acauã/Araçagi está sendo estudado a utilização e manejo dessas águas, como várias barragens intermediárias durante o percurso, sistemas adutores para complementação dos sistemas de abastecimento de água das populações das sedes municipais de Cajá, Boqueirão de Gurinhém, Gurinhém, Mulungu, Pirpirituba, Sertãozinho, Serra Raiz, Duas Estradas e Lagoa de Dentro, além de projetos de adução para abastecimento de comunidades rurais. Observando também a distribuição de água nos perímetros irrigados existentes e, ainda, a possibilidade de implantação da vasta área de irrigação.

A Figura 17 apresenta o avanço físico das obras do Canal Acauã/Araçagi que já se apresenta com mais 45% de obras concluídas.



Figura 17 - Canal Acauã/Araçagi





8.0 PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA DO ESTADO DA PARAÍBA – PSH-PB

O PSH-PB é um projeto de desenvolvimento e implantação de amplo plano de ação estratégico, que da condições técnicos, econômico-financeiros ao Controle na Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Água Potável e de Esgotos Sanitários no Estado da Paraíba, além de modernizar e fortalecer técnico-operativo as instituições como a AESA, CAGEPA e a própria Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), órgão que estabelece diretrizes políticas e estratégicas programáticas do Estado.

Na Figura 18 salienta-se os esforços desenvolvidos pela SEIRHMACT e a necessidade de captação de recursos para a viabilização do projeto, uma vez que o Governo do Estado não tem como arcar sozinho com todo os recursos financeiros necessário para a sua concretização do projeto.

Foram evidenciadas as múltiplas fontes em negociação ou já acordadas, incluindo-se o possível financiamento pelo Banco Mundial, cujo montante está orçado aproximadamente em U\$ 138 milhões (Cento e trinta e oito milhões de dólares), com contrapartida de U\$ 80 milhões (oitenta milhões de dólares) do governo da Paraíba, totalizando U\$ 218 milhões (duzentos e dezoito milhões de dólares) para o PSH-PB.

O PSH/PB contempla ações de aprimoramento das políticas e estratégias do Estado, reforço institucional, avanço do marco legal e organizacional do setor, medidas de suporte a uso de novas tecnologias e gestão de informação, além de investimentos massivos em obras de infraestrutura hídrica e de saneamento. A Proposta está estruturada em três componentes:

- Componente 1 Gestão de Recursos Hídricos
- Componente 2 Infraestrutura Hídrica
 - o Subcomponente 2.1 Sistema Adutor Transparaíba
 - o Subcomponente 2.2 Barragens na Bacia do Rio Piranhas-Açu
- Componente 3 Obras de Saneamento
 - o Subcomponente 3.1 Saneamento Urbano
 - Subcomponente 3.1.1 Sistema de Esgotos de João Pessoa

Sendo dado ênfase ao segundo componente por se tratar da segurança hídrica do Estado e por ser prioritária para o governo, para tanto justificando a relevância.







Figura 18 – Exposição da Coordenadora Virgiane Melo, sobre a concepção do PSH-PB.

9. APRESENTAÇÃO DOS COMPONENTES

Nesse momento foi apresentado a todos os participantes da consulta os componentes do projeto e seus itens com as suas respectivas finalidades que contemplam cada componente.

O projeto está dividido em três componentes, sendo o primeiro componente denominado Gestão de Recurso Hídricos, que tem como objetivo o aprimoramento da capacidade institucional e do arcabouço regulatório, por meio da implementação de novos instrumentos de gestão, reforço institucional das entidades envolvidas, e pelo aprimoramento da regulação de serviços públicos, a serem desenvolvidos nas entidades da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba — AESA, na Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba — CAGEPA e por fim na Secretaria de Estado da Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia — SEIRHMACT.

Foi argumentado a importância da modernização do sistema cadastral e a contratação de serviços de atualização da base cartográfica a partir de levantamentos aerofotogramétricos e perfilamento/recobrimento a laser em todo o território paraibano, o georreferenciamento de dados e informações destes registros será confiável, na medida em que os mapas referenciados resultem de uma base cartográfica digital atualizada e tecnicamente segura.

O Superintendente da Agencia Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, o Sr. João Fernandes, mostrou a relevância do projeto e o fortalecimento institucional e operacional da AESA, visando melhorar a rede de monitoramento hidrometeorológico do





Estado da Paraíba de um completo acervo de informações hidrometeorológicas da região de forma moderna, automática e que sirva de base para alimentar o banco de dados da AESA e subsidiar informações acerca do tempo, clima e recursos hídricos no estado.

De maneira geral, o melhoramento da rede de monitoramento da AESA ocorrerá com a aquisição e instalação de estações Termo Higro Pluviométrica automáticas, aquisição de Sistemas Automáticos de Levantamento Volumétrico de rios e reservatórios por DOPPLER, aquisição medidores portáteis de medição de vazão por sonda ADV e ainda aquisição de sondas multiparamétricas para monitoramento da qualidade da água no estado da Paraíba;

Já o Diretor Administrativo e Financeiro da CAGEPA, Sr. Jorge Gurgel, afirmou a necessidade de redirecionar prioritariamente atuação ás suas atividades fins e essenciais e consequentemente promover o fortalecimento institucional e o desenvolvimento do capital humano, qualificando e certificando seu quadro de pessoal profissional em suas habilidades e conhecimentos no exercício de funções, que conduzam a empresa, a uma excelência técnica na prestação dos serviços ás comunidades.

Foi demonstrado pelo palestrante que reestruturação organizacional e funcional da Empresa favorece a qualidade e eficiência da prestação dos serviços, a saúde financeira da instituição, a atenção o alcance de níveis aceitáveis de satisfação da população e usuários, tratando todas estas iniciativas com inovações técnico-administrativas e gerenciais que venham a ser definidas e implantadas, pois a atual estrutura da empresa se encontra ultrapassada e não consegue responder às necessidades de melhoramento da qualidade da prestação dos serviços prestados.

O segundo componente é o da Infraestrutura Hídrica, esse apresentado pela Coordenadora Eng. Virgiane da Silva Melo, a mesma apresentou o cenário atual da baixa disponibilidade hídrica, os estudos preliminares ainda demandam de complementação, os quais apontam a necessidade de construção e de ampliação de reservatórios na bacia hidrográfica de Piancó-Piranhas-Açu, no estado da Paraíba, como alternativa viável no abastecimento de água potável, dessedentação animal e irrigação para pequenos produtores agrícolas, beneficiando diversos municípios.

As barragens propostas pelo Governo do Estado estão localizadas, principalmente, no trecho de montante da bacia. A seleção dos barramentos foi preparada com base em estudos técnicos preliminares, que selecionou 16 sítios, dispersos em toda a bacia, como ilustrado na Figura 19, abaixo.





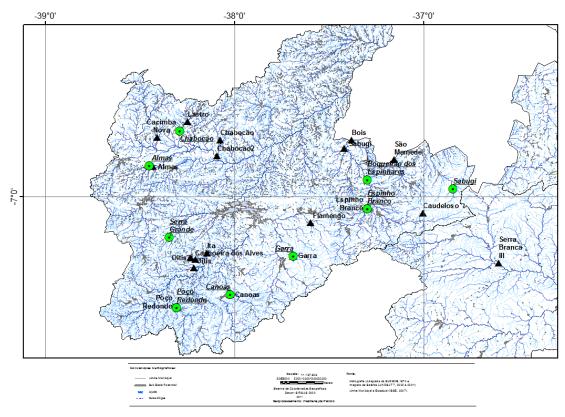


Figura 19 - Localização das Barragens Propostas pelo Governo da Paraíba

A proposta de construção de pequenos barramentos vem ao encontro do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, ANA (2014), que endossa a construção dos chamados reservatórios estratégicos, visando a perenização de trechos a jusante. Dentre os sítios pré-selecionados, o GovPb elencou nove barramentos prioritários para financiamento pelo PSH/PB, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Barragens Prioritárias na Bacia do Piranhas-Açu.

Barragem	Município
Sabugi	Santa Luzia
Garra	Olho d'Agua
Espinho Branco	Patos
Jatobá	Patos
Poço Redondo	Santana de Mangueira
Canoas	Nova Olinda
Almas	Cajazeiras
Serra Grande	Serra Grande
Chabocão	Sousa
Boqueirão dos Espinhares	Sousa





Parte dos barramentos está localizada em áreas de maciços e serras, (boqueirões de serra, próximo aos divisores de água), comumente, em rios de terceira ordem, e podem suprir municípios que têm sedes distantes dos principais rios perenizados. Os referidos barramentos atenderiam áreas de vazios hídricos, aonde o abastecimento ocorre comumente por sistemas isolados. Cinco entre os nove barramentos propostos têm estas características.

As demais barragens estão localizadas em áreas de planície, Depressão Sertaneja, aonde predomina topografia plana ou levemente ondulada, e vales abertos, com altimetria inferior a 300 m. Os barramentos nestes locais implicam em obras de maior porte, maior custo, reservatórios extensos e relativamente rasos. Apresentam maior vulnerabilidade a contaminação e perdas d'água por evaporação.

As cinco barragens, localizadas em serras, teriam prioridade para desenvolvimento, devido conformidade com o Plano de Bacia e menor nível potencial de impactos ambientais e sociais. A confirmação da prioridade depende, no entanto, da conclusão dos estudos de viabilidade técnica, necessários para subsidiar a avaliação de impactos sociais e ambientais.



Figura 20 – Locais das barragens na Bacia do Piancó/Piranhas/Açu

A implantação do Sistema Adutor Transparaíba, no Estado da Paraíba, também foi outro subcomponente apresentado e insere-se no Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em observância ao disposto na Portaria Ministerial nº 811/MI de 9 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10/11/2011, que projeta e materializa uma oferta em quantidade e qualidade de água, para o Semiárido Nordestino.

Também foi apresentada a região a ser contemplada pelo Sistema Adutor Transparaíba, uma área de aproximadamente 28.000 km², pertencente ao semiárido





paraibano e a qual possui os menores índices pluviométricos do estado, com população estimada de 346.422 hab. segundo (censo 2010), abrangendo os municípios nas Mesorregiões da Borborema e do Agreste Paraibano. Neste empreendimento deverão também ser atendidas as comunidades (distritos, vilas, povoados) agrupadas em habitações acima de 20 unidades (inclusive estas) distantes até 1 km dos eixos do sistema adutor.

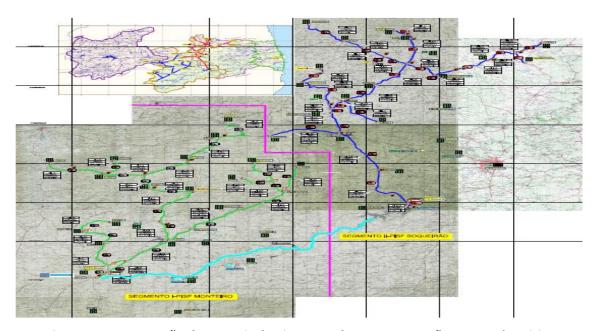


Figura 21 – Construção dos ramais do Sistema Adutor Transparaíba – Ramal Cariri e Curimataú

As águas a serem utilizadas pelo Sistema Adutor Transparaíba serão oriundas da Transposição do Rio São Francisco, através do Eixo Leste e chegarão ao alto rio Paraíba na região de Monteiro, situada no Cariri Ocidental, que integra a Mesorregião da Borborema e deverão serem encaminhadas a dois sub-eixos: o primeiro no ramal do cariri onde terá a captação na barragem de porções e o segundo eixo o ramal do curimataú o qual terá a captação na barragem de Epitácio Pessoa (Boqueirão).

O sistema adutor irá atender a população de 38 municípios, a previsão é de que o projeto beneficie, hoje, a 223.000 mil habitantes e no final do plano, daqui há 30 anos, um total de 353.000 mil habitantes e é compreendido por dois grandes segmentos, com vazão aproximada de 389 l/s para o Segmento I / Ramal Cariri e 544 l/s para o Segmento II / Ramal Curimataú. A rede adutora totaliza uma extensão de mais de com 723 km, com tubulação de diâmetro que varia de 150 mm até 600 mm.

Foi informado a plateia que o Governo do Estado da Paraíba, através da CAGEPA já deu início as obras de implantação de parte do Ramal Curimataú através de recursos financeiros





próprios, e inicialmente contemplará os municípios de Boqueirão, Boa Vista, Soledade, São Vicente do Seridó, Cubati, Sõssego, Baraúnas, Picuí e Frei Martinho.



Figura 22 – Execução da obra do Ramal do Curimataú

Quanto ao terceiro componente, os Engenheiros Luciano da Nobrega e Ricardo Benevides, apresentaram aos participantes do evento a necessidade de otimização do sistema de abastecimento e esgotamento da grande João Pessoa, pois o atual sistema de João Pessoa com mais de 43 anos de implantação, está necessitando urgentemente de modernização, adequação/reforma nas estruturas principais, haja visto que em alguns interceptores e elevatórias encontram-se com as vazões de projeto ultrapassadas, ocasionando inúmeros problemas ao meio ambiente, a população e ao turismo, não obstante, a ausência de recursos financeiros para atender ao crescimento vegetativo da coleta, tratamento e distribuição de águas da grande João Pessoa, incluindo além da capital, os municípios de Bayeux e Cabedelo.







Figura 23 – Apresentação do Eng, Ricardo Benevides, sobre o esgotamento sanitário de João Pessoa

Outro ponto exposto e contemplado foi o sistema integrado de abastecimento de água da região metropolitana de João Pessoa, que é operado de forma manual e portanto, sem um controle efetivo da água produzida e distribuída à população. Isto, por sua vez, tem gerado deficiências no abastecimento e falta de água em várias áreas da região e, não menos importante, proporciona perdas de faturamento na empresa.

Frente a esses desafios é imprescindível Implantação da setorização das redes de abastecimento das cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, com vistas à redução de perdas de água e melhoramento operacional do serviço de distribuição de água, automação dos procedimentos operacionais com operação a distância e um sistema integrado de abastecimento de água da região metropolitana de João Pessoa.

Os resultados esperados após a implantação é a redução dos custos operacionais, ter um Sistema de Cadastro Técnico georreferenciado (GIS) atualizado, aumento do faturamento com a redução de perdas e por fim uma melhor Gestão de Ativos e Gestão Operacional.

Foi colocado pelo Eng. Ricardo, a ampliação do polo de tratamento do baixo paraíba, com incorporação das pedreiras e especialmente das pedreiras nº 8 e 9 de mandacaru, as quais deverão tratar os esgotos por mais de 40 anos, também será contemplado o estudo e redimensionamento do cg-03, a preparação para recebimento dos efluentes do novo interceptor projetado do altiplano cabo branco, na direção do rio Jaguaribe até o polo de tratamento do baixo paraíba;







Figura 24 – Vista aérea das pedreiras 7, 8 e 9 e tanques de esgotamento do S

10. APRESENTAÇÃO DAS SALVAGUARDAS E POLÍTICAS OPERACIONAIS DO BANCO

A avaliação social e ambiental foi também item de apresentação, expondo as Políticas de Salvaguardas Sociais e Ambientais do Banco Mundial, que buscam assegurar a integridade e sustentabilidade social e ambiental de projetos de investimento. O Banco Mundial tem dez políticas operacionais que tratam das salvaguardas ambientais e sociais, determinando que os impactos ambientais e sociais negativos sejam identificados, evitados, atenuados, mitigados e monitorados, e os positivos, potencializados. A avaliação preliminar do PSH/PB indica que deverão ser acionadas, pelo menos, as seguintes Políticas de Salvaguardas:

OP 4.01 Avaliação ambiental

OP 4.04 Habitat Natural

OP 4.12 Reassentamento involuntário

OP 4.11 Recursos Físico-culturais

OP 4.37 Segurança de Barragens

As demais Políticas de Salvaguardas, (OP 4.20 Povos indígenas; OP 4.36 Florestas; OP 7.50 Projetos em vias navegáveis internacionais; OP 7.60 Projetos nas áreas em litígio; e OP 4.09 Gestão de Pragas), não seriam aplicáveis. A avaliação social e ambiental poderá rever o acionamento das Políticas de Salvaguardas, caso necessário.

Definindo as políticas operacionais, as mesmas foram apresentadas e conceituadas de maneira a identificá-las e conhecê-las.

Ainda foi apresentado que embora não estejam consubstanciados em políticas específicas, o Banco Mundial requer que se considere um conjunto de temas da atualidade em suas operações e tem claras diretrizes de como devam ser tratados, como por exemplo,





Mudanças Climáticas, Segurança e Saúde de Trabalhadores e Comunidades, Relacionamento com Partes Interessadas e Equidade de Gênero.

11. ESCOPO DA AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Por fim o Termo de Referência foi apresentado buscando-se especificar os itens e abordagens essenciais, tomando como referência o documento intitulado: TERMO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DO PROJETO DESAFIOS DE SEGURANÇA HÍDRICA NO ESTADO DA PARAÍBA – PSH/PB (Anexo 6).

O documento, com trinta e sete páginas, foi apresentado e colocado a disposição de maneira impressa e arquivo digital, o qual serviu de base para as discussões em seguida.

Após exposição dos temas por todos os apresentadores, aberta a palavra a plateia para tecer comentários e sugestões ao projeto.

Como descrito acima, as políticas operacionais do Banco Mundial requerem a avaliação social e ambiental dos projetos propostos para financiamento, visando assegurar que estes sejam ambiental e socialmente robustos e sustentáveis.

Foi apresentado que o Projeto requer uma análise social e ambiental global de todas ações propostas, especialmente as obras de infraestrutura que integram os Componente 2, infraestrutura hídrica, e o Componente 3, obras de saneamento. Esta avaliação demanda por um estudo completo, avaliando todas implicações ambientais das diferentes ações previstas, nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação.

O Projeto inclui obras com porte e nível de impactos distintos. As barragens previstas para a Bacia do Piranhas-Açu são de pequeno porte, as intervenções no sistema de esgoto de João Pessoa incluem obras de médio e grande porte, e o Sistema Adutor da Borborema constitui obra de porte significativo;

11.1 AVALIAÇÃO DO ARCABOUÇO LEGAL E REGULATÓRIO

Deverá ser elaborado a caracterização sintética do marco legal referente às questões ambientais e sociais, considerando as diversas intervenções propostas, e abordando os seguintes temas:

- Legislação ambiental federal, estadual e municipal;
- Marco legal e institucional para o licenciamento ambiental das obras;
- Avaliação do quadro institucional;
- Análise de lacunas, englobando legislação brasileira e Políticas de Salvaguardas do Banco
- Mundial;





 Identificação dos requisitos específicos para atender integralmente as Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial.

A Avaliação deverá conter uma análise global das legislações setoriais, especialmente de saneamento básico, infraestrutura e de recursos hídricos. A análise da legislação municipal aplica-se, principalmente, ao Município de João Pessoa, com diversas intervenções previstas.

11.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Foi apresentado que o licenciamento ambiental de todas intervenções, deverão está em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, e é condicionante para liberação de recursos, constituindo critério de elegibilidade para priorização de obras;

A caracterização do arcabouço legal e institucional para licenciamento das diferentes obras é, portanto, imprescindível para subsidiar o planejamento das atividades, bem como definir os processos e procedimentos necessários, o regime de consultas públicas e divulgação de informações, entre outras;

O estudo deverá detalhar os requisitos de licenciamento ambiental das intervenções propostas, considerando: (i) os tipos e modalidades de licenças ambientais aplicáveis, e as situações que dispensam o licenciamento; (ii) os requisitos e procedimentos para o protocolo, a análise e a aprovação dos pedidos e estudos ambientais; (iii) a estrutura institucional relacionada a todo o processo de licenciamento ambiental, incluindo órgãos e agentes intervenientes nas esferas federal, estadual e municipal, com a identificação das principais funções e competências.

11.3 DIAGNOSTICO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS INTERVENÇÕES

O estudo deverá avaliar as características ambientais e sociais das áreas que sofrerão intervenção direta, particularmente no Município de João Pessoa, e faixa de domínio de construção da Adutora da Borborema;

A caracterização das áreas indicadas para construção de barragens e implantação de sistemas de esgoto de pequeno porte poderá ser feita de forma sistemática, com menor nível de detalhe;

Os aspectos a serem considerados na análise do meio físico são: aspectos geológicos, hidrogeológicos, geomorfológicos, dos solos, caracterização dos recursos hídricos, e aspectos climáticos e regime.





11.4 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCAIS – METODOLOGIA

Os projetos e obras previstos no PSH/PB deverão ser organizados por tipologia para o enquadramento ambiental, com base na consideração de três fatores:

- Tipo das intervenções;
- Porte dos empreendimentos (área de implantação, custo, intensidade de utilização de recursos naturais);
- Situação da qualidade ambiental da área de influência do empreendimento.

A avaliação dos impactos ambientais deverá considerar o nível de detalhamento das intervenções propostas. O PSH/PB engloba obras definidas e obras ainda não definidas, e estudo deverá ser realizado com abordagem distinta para as duas situações.

Para as obras definidas será elaborado o Plano de Gestão Ambiental que deverá abordar de forma específica as medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias dos impactos ambientais e sociais negativos e as medidas potencializadoras dos impactos positivos, para os impactos identificados na avaliação ambiental;

O escopo deverá incluir: Planos de Mitigação de Impactos, Planos de Monitoramentos, Plano de Gestão (para reforço institucional), Cronograma e Estimativas de Custos, Plano de Integração da Gestão Ambiental e Monitoramento do Projeto e Manual Ambiental de Construção.

Para as obras não definidas será elaborado o Marco de Gestão Ambiental, obras que estão em concepção, que deverá abordar de forma sistemática as medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias dos impactos ambientais e sociais negativos e as medidas potencializadoras dos impactos positivos, para as diversas tipologias de intervenções previstas no Projeto;

As medidas serão definidas com base na avaliação ambiental realizada, e deverão ser reunidas em programas e planos, tratando, minimamente diversos aspectos:

- Caracterização sintética das tipologias das intervenções propostas;
- Plano de gerenciamento socioambiental do Projeto;
- Medidas mitigadoras e compensatórias;
- Programa de fortalecimento institucional;
- Programa de monitoramento ambiental;
- Programa de monitoramento das ações do projeto;
- Procedimentos de divulgação e consultas públicas;
- Plano de contingências e redução de riscos.





A Avaliação Ambiental, incluindo o Plano de Gestão Ambiental e o Marco de Gestão Ambiental, deverão ser objeto de divulgação e consulta pública, em acordo com os requisitos do Banco Mundial;

O processo deve incluir ao menos os seguintes passos:

- Identificação das partes interessadas, incluindo afetados, atores públicos, ONG'S interessadas, representantes de Academia, etc.;
- Processo de divulgação e convocação;
- Eventos de consulta; e
- Documento público com as conclusões e recomendações do processo de consulta.

Todo o processo deve ser documentado de forma adequada e publicado pela Internet, incluindo o portal do Governo e instituições executoras.

12.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final foi facultada a palavra a todos os participantes que tiraram suas dúvidas quanto aos componentes do projeto e quanto as avaliações sociais e ambientais que serão elaboradas, mitigando assim todas as dúvidas apresentadas.

Foi disponibilizado também aos participantes uma ficha para que todos pudessem fazer suas considerações/sugestões e ainda disponibilizado um prazo de oito dias, onde todos poderiam apresentar suas sugestões por e-mail. As sugestões recebidas encontram-se em anexo 3.

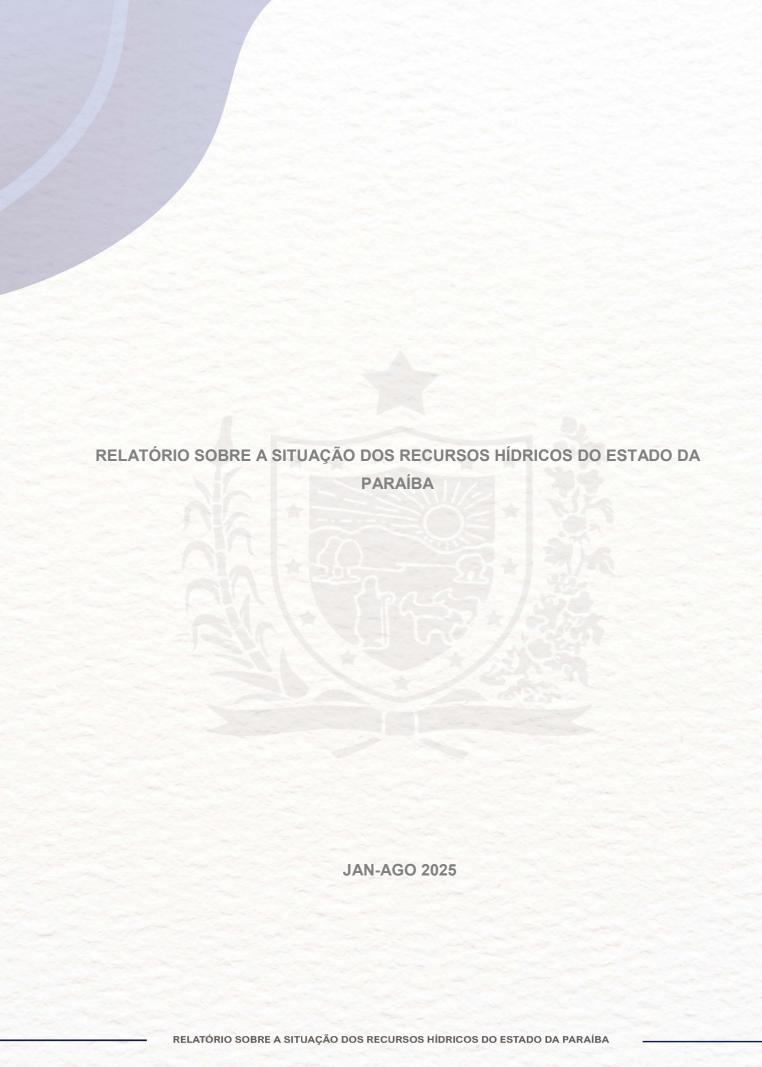
Ao passo que consideramos que a 1ª Consulta Pública atendeu aos objetivos específicos, pautando-se pela pontualidade, clareza de exposição dos temas, bom nível de participação dos presentes e busca coletiva em contribuir objetivamente com a construção do PSH/PB.





ANEXOS

- Anexo 1 Publicação em site, email, Oficio;
- Anexo 2 Relação dos participantes à Consulta Pública;
- Anexo 3 Ficha de Considerações e sugestões
- Anexo 4 Cobertura Figura gráfica do evento;
- Anexo 5 Cópia da apresentação sobre a concepção do PSH-PB;
- Anexo 6 Minuta de TR para o Programa de Segurança Hídrica da Paraíba;



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Governador: João Azevêdo Lins Filho
Vice-Governador: Lucas Ribeiro Novais de Araújo

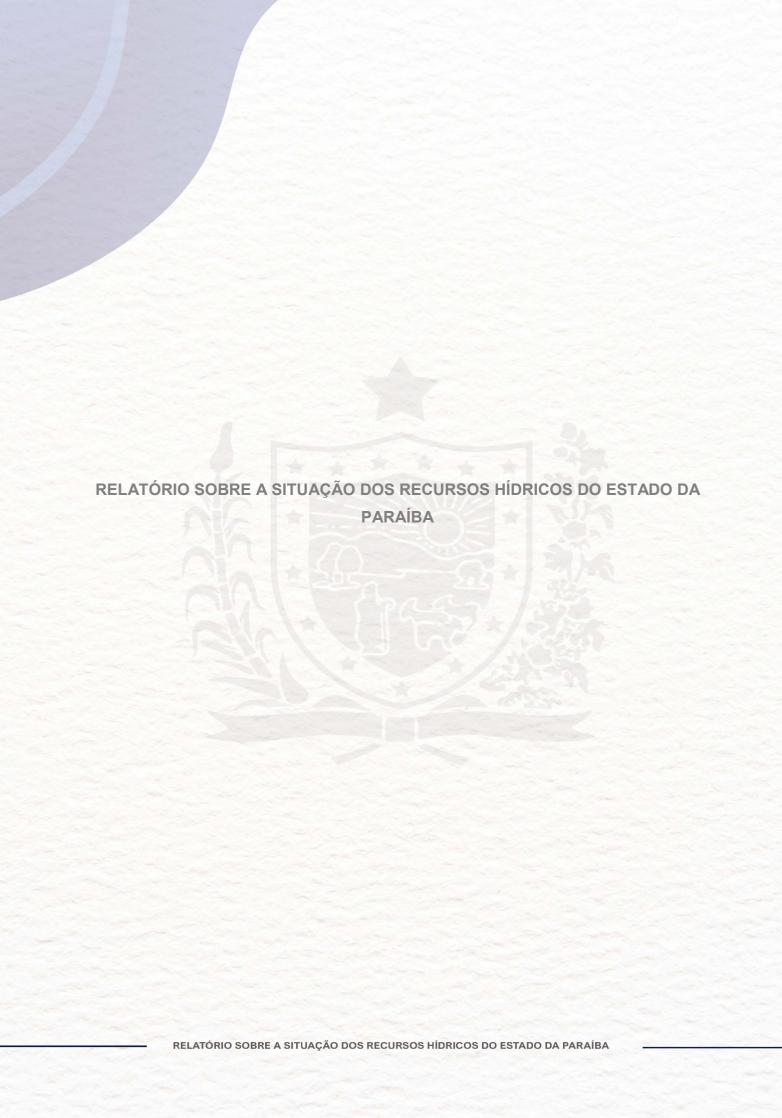
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS HÍDRICOS- SEIRH

Secretário: **Deusdete Queiroga Filho**Secretária Executiva: **Virgiane da Silva Melo**

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA – AESA

Diretor Presidente: **Porfírio Catão Cartaxo Loureiro**Diretor de Operação e Monitoramento dos Recursos Hídricos: **Beranger Arnaldo de Araújo**

Diretor Administrativo Financeiro: **Joacy Mendes Nobrega**Diretor de Gestão e Apoio Estratégico: **Waldemir Fernandes de Azevedo**



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO Erro! Indicador não definido.
2. DIVISÃO DO ESTADO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS Erro! Indicador não
definido.
3. PRINCIPAIS AÇÕES EM ANDAMENTO Erro! Indicador não definido.
3.1. Planos de Recursos Hídricos Erro! Indicador não definido.
3.2. Progestão Erro! Indicador não definido.
3.3. Projeto de Segurança Hídrica Erro! Indicador não definido.
4. SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA Erro!
Indicador não definido.
4.1. Pluviometria Erro! Indicador não definido.
4.2. Situação dos Açudes Erro! Indicador não definido.
4.3. Volumes Outorgados Erro! Indicador não definido.
5. LICENCIAMENTO DE OBRAS HÍDRICAS Erro! Indicador não definido.
6. SEGURANÇA DE BARRAGENS Erro! Indicador não definido.
6.1. Dano Potencial Associado (DPA) e Categoria de Risco (CRI) das barragens
Erro! Indicador não definido.
6.2. Plano de Segurança de Barragens Erro! Indicador não definido.
6.3. Índice de Completude da Informação Erro! Indicador não definido.
6.4. Fiscalização em Segurança de Barragens Erro! Indicador não definido.
7. FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS Erro! Indicador não
definido.
8. COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS Erro! Indicador não
definido.
9. CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS Erro! Indicador não definido.
10. APOIO A COMITÊS E CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS16

10.1. Comitês de Bacia Hidrográfica16	;
10.2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos	1
11. SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTADUAL DE GESTÃO DE RECURSOS	;
HÍDRICOS Erro! Indicador não definido	
12. SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RISCOS	;
AGROHIDROCLIMÁTICOS – SEIRA Erro! Indicador não definido	
13. PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS Erro! Indicador não definido	
14. GESTÃO ADMINISTRATIVA, JURÍDICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	•
Erro! Indicador não definido.	
14.1. Recursos humanos Erro! Indicador não definido	
14.2. Patrimônio Erro! Indicador não definido	
14.3. Jurídico Erro! Indicador não definido	
14.4. Orçamento e Finanças Erro! Indicador não definido	
14.5. Fundo Estadual de Recursos Hídricos Erro! Indicador não definido	
15. GERÊNCIAS REGIONAIS Erro! Indicador não definido	
15.1. Gerência Regional I – João Pessoa Erro! Indicador não definido	
15.2. Gerência Regional II - Campina Grande Erro! Indicador não definido	
15.3. Gerência Regional III – Monteiro Erro! Indicador não definido	
15.4. Gerência Regional IV – Patos Erro! Indicador não definido	
15.5. Gerência Regional V – Sousa Erro! Indicador não definido	•
15.6. Gerência Regional VI – Itaporanga Erro! Indicador não definido	•
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS Erro! Indicador não definido	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Órgãos do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de
Recursos Hídricos. Erro! Indicador não definido.
Figura 2 – Mapa de divisão do estado da Paraíba em bacias hidrográficas Erro!
Indicador não definido.
Figura 3 - Situação dos Planos de bacias hidrográficas da Paraíba Erro! Indicador
não definido.
Figura 4 - Distribuição das estações agrometeorológicas e climatológicas no estado
da Paraíba Erro! Indicador não definido.
Figura 5 - Boletim Mensal do Monitor de Secas Erro! Indicador não definido.
Figura 6 - Rede de monitoramento pluviométrico do estado da Paraíba Erro!
Indicador não definido.
Figura 7 - Climatologia média mensal da pluviometria (mm) para os períodos chuvosos
da Paraíba Erro! Indicador não definido.
Figura 8 - Precipitação pluviométrica média por unidade hídrica de janeiro a agosto de
2025 no estado da Paraíba comparada à sua respectiva climatologia (mm). (RAC -
Região do Alto Curso; RBC – Região do Baixo Curso; RMC – Região do Médio Curso)
Erro! Indicador não definido.
Figura 9 - Desvio percentual da pluviometria média por unidade hídrica de janeiro a
agosto de 2025 no estado da Paraíba comparada à sua respectiva climatologia (mm).
(RAC – Região do Alto Curso; RBC – Região do Baixo Curso; RMC – Região do Médio
Curso) Erro! Indicador não definido.
Figura 10 - Reservatórios da Rede de Monitoramento dos Reservatórios do Estado da
Paraíba Erro! Indicador não definido.
Figura 11 - Situação de todos os reservatórios monitorados, ao final do mês de agosto
de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 12 - Variação do volume final (%) dos principais reservatórios do estado, nos
meses de janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 13 - Variação do volume final (%) dos reservatórios da bacia do rio Paraíba, de
janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 14 - Volumes percentuais reservados nos açudes monitorados em cada
bacia/região hidrográfica no mês de agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 15 - Outorgas de uso de recursos hídricos emitidas por mês, em 2025 Erro!

Indicador não definido.

Figura 16 - Volumes outorgados (m²) de janeiro a agos	to de 2025, por sub-b	acia/bacia
hidrográfica	Erro! Indicador não	definido.
Figura 17 - Percentual do Volume outorgado por bacia	hidrográfica Erro!	Indicador
não definido.		
Figura 18 - Percentual de volume outorgado por tipo	de uso de janeiro a	agosto de
2025	Erro! Indicador não	definido.
Figura 19 - Percentual de volume de água outorgado c	le janeiro a agosto de	2025, por
tipo de manancial	Erro! Indicador não	definido.
Figura 20 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no alto curso do rio Paraíba	Erro! Indicador não	definido.
Figura 21 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no médio curso do rio Paraíba	Erro! Indicador não	definido.
Figura 22 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no baixo curso do rio Paraíba	Erro! Indicador não	definido.
Figura 23 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na Sub-bacia do rio Taperoá	Erro! Indicador não	definido.
Figura 24 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no alto curso do rio Piranhas	Erro! Indicador não	definido.
Figura 25 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no médio curso do rio Piranhas.	Erro! Indicador não	definido.
Figura 26 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na sub-bacia do rio Espinharas .	Erro! Indicador não	definido.
Figura 27 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) no Seridó	Erro! Indicador não	definido.
Figura 28 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na sub-bacia do rio Piancó	Erro! Indicador não	definido.
Figura 29 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na sub-bacia do rio do Peixe	Erro! Indicador não	definido.
Figura 30 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Abiaí	Erro! Indicador não	definido.
Figura 31 - Percentual de volume de água outorgado	por tipo uso (acima)	e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Gramame	Erro! Indicador não	definido.

Figura 32 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do Camaratuba Erro! Indicador não definido.
Figura 33 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Miriri Erro! Indicador não definido.
Figura 34 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Mamanguape Erro! Indicador não definido.
Figura 35 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Guaju Erro! Indicador não definido.
Figura 36 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Jacu Erro! Indicador não definido.
Figura 37 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Trairi Erro! Indicador não definido.
Figura 38 - Percentual de volume de água outorgado por tipo uso (acima) e por tipo
de captação (abaixo) na bacia do rio Curimataú Erro! Indicador não definido.
Figura 39 - Licenças de obra hídrica emitidas mensalmente em 2025 Erro! Indicador
não definido.
Figura 40 - Quantidade de licenças expedidas de janeiro a agosto de 2025, por bacia
hidrográfica Erro! Indicador não definido.
Figura 41 - Quantidade de licenças expedidas por tipo de obra no periodo de janeiro
a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 42 - Licenças expedidas no alto curso do rio Paraíba Erro! Indicador não
definido.
Figura 43 - Licenças expedidas no médio curso do rio Paraíba Erro! Indicador não
definido.
Figura 44 - Licenças expedidas no baixo curso do rio Paraíba Erro! Indicador não
definido.
Figura 45 - Licenças expedidas na Sub-bacia do rio Taperoá Erro! Indicador não
definido.
Figura 46 - Licenças expedidas no alto curso do rio Piranhas Erro! Indicador não
definido.
Figura 47 - Licenças expedidas no médio curso do rio Piranhas Erro! Indicador não
definido.
Figura 48 - Licenças expedidas na sub-bacia do Espinharas Erro! Indicador não

/	•			
$\boldsymbol{\alpha}$	efi	nı	$\boldsymbol{\alpha}$	\sim
ч	CII		ч	v.

- Figura 49 Licenças expedidas no Seridó...... Erro! Indicador não definido.
- Figura 50 Licenças expedidas na sub-bacia do rio Piancó**Erro! Indicador não definido**.
- Figura 51 Licenças expedidas na sub-bacia do rio do Peixe**Erro!** Indicador não definido.
- Figura 52 Licenças expedidas na bacia do rio Abiaí . Erro! Indicador não definido.
- Figura 53 Licenças expedidas na bacia do rio Gramame**Erro!** Indicador não definido.
- Figura 54 Licenças expedidas na bacia do Camaratuba**Erro!** Indicador não definido.
- Figura 55 Licenças expedidas na bacia do rio Mamanguape**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 56 Licenças expedidas na bacia do rio Miriri.. Erro! Indicador não definido.
- Figura 57 Licenças expedidas na bacia do rio Guaju Erro! Indicador não definido.
- Figura 58 Licenças expedidas na bacia do rio Curimataú**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 59 Licenças expedidas na bacia do rio Jacu .. Erro! Indicador não definido.
- Figura 60 Licenças expedidas na bacia do rio Trairi . Erro! Indicador não definido.
- Figura 61 Percentual de barragens por CRI cadastradas no SNISB da Paraíba

 Erro! Indicador não definido.
- Figura 62 Percentual de barragens por DPA cadastradas no SNISB da Paraíba Erro! Indicador não definido.
- Figura 63 Barragens com Plano de Segurança de Barragem (PSB) na Paraíba, destacando as estruturas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e demais barragens sob fiscalização da ANA e AESA... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 64 Quantitativo do ICI das barragens no estado da Paraíba em agosto de
- 2025 Erro! Indicador não definido.

- Figura 67 Principais anomalias identificadas nas barragens fiscalizadas de janeiro a

agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 68 - Sistema de Fiscalização de uso dos recursos hídricos da AESA Erro!
Indicador não definido.
Figura 69 - Aplicativo de fiscalização de uso de recursos hídricos da AESA Erro!
Indicador não definido.
Figura 70 - Quantitativo de ações de fiscalização realizadas de janeiro a agosto de
2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 71 – Quantidade de visitas por mês no ano de 2025 Erro! Indicador não
definido.
Figura 72 - Quantidade de autos de constatação emitidos mensalmente em 2025
Erro! Indicador não definido.
Figura 73 – Quantidade de autos de infração expedidos mensalmente em 2025 Erro!
Indicador não definido.
Figura 74 - Percentual de arrecadação Federal e Estadual na Paraíba Erro!
Indicador não definido.
Figura 75 - Valor arrecadado por bacia hidrográfica de janeiro a agosto de 2025 (em
R\$) Erro! Indicador não definido.
Figura 76 – Percentual arrecadado por tipo de uso no período de janeiro a agosto de
2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 77 - Arrecadação na bacia do rio Piranhas por tipo de uso Erro! Indicador
não definido.
Figura 78 - Arrecadação na bacia do rio Paraíba por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 79 - Arrecadação na bacia do rio Abiaí por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 80 - Arrecadação na bacia do rio Gramame por tipo de uso Erro! Indicador
não definido.
Figura 81 - Arrecadação na bacia do rio Miriri por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 82 - Arrecadação na bacia do rio Mamanguape por tipo de uso Erro!
Indicador não definido.
Figura 83 - Arrecadação na bacia do rio Camaratuba por tipo de uso Erro! Indicador
não dofinido

Figura 84 - Arrecadação na bacia do rio Guaju por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 85 - Arrecadação na bacia do rio Curimataú por tipo de uso Erro! Indicador
não definido.
Figura 86 - Arrecadação na bacia do rio Jacu por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 87 - Arrecadação na bacia do rio Trairi por tipo de uso Erro! Indicador não
definido.
Figura 88 - Quantidade de ações de capacitação ofertadas mensalmente pela AESA
em 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 89 - Quantidade de certificados de capacitação emitidos mensalmente por
ações de capacitação ofertadas pela AESA em 2025 . Erro! Indicador não definido.
Figura 90 - Quantidade de capacitados por ente do Sistema Integrado de
Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Paraíba, no período de
janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 91 - Capacitação de membros dos CBHs no período de janeiro a agosto de
2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 92 - Registros da Turma 2 da Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão
Sustentável de Recursos Hídricos Erro! Indicador não definido.
Figura 93 - Apresentação de Trabalhos Científicos - Simpósios AESA Erro!
Indicador não definido.
Figura 94 - Registro de palestra na Semana de Mobilização em Defesa da Água
Erro! Indicador não definido.
Figura 95 - Registro de Capacitações - STAND AESA - 2º Fórum Brasil das Águas
Erro! Indicador não definido.
Figura 96 - Investimento em gestão participativa por CBH no período de janeiro a
agosto de 2025
Figura 97 – Registros da mobilização para processo eleitoral do CBH-LN17
Figura 98 – Registros da posse dos membros do CBH-LN
Figura 99 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-
PB em 2025
Figura 100 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-
I N em 2025

Figura 101 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-
LS em 202519
Figura 102 - Registros de reuniões dos CBHs20
Figura 103 - Presença média dos setores nas reuniões dos CBHs no período de
janeiro a agosto de 202520
Figura 104 - Visita técnica dos membros do CBH-LS a Aldeia Indígrna Gramame21
Figura 105 -Visita técnica ao Laboratório de Hidraúlica da UFPB – Campus I22
Figura 106 - Visita técnica dos membros do CBH-LS à Barragem Cupissura22
Figura 107 - Registro de participação de representante do Fórum Paraibano de
Comitês de Bacias Hidrográficas na 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador
do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
Figura 108 - Sistemas da AESA Erro! Indicador não definido.
Figura 109 - Página Inicial do antigo GEOPortal AESA Erro! Indicador não definido.
Figura 110 - Nova interface do GEO Portal da AESA Erro! Indicador não definido.
Figura 111 – SIG das Bacias Hidrográficas Litorâneas da Paraíba Erro! Indicador
não definido.
Figura 112 - Painel inicial do Sistema de Gestão de Cursos, Formulários e Certificados
Erro! Indicador não definido.
Figura 113 – Painel de Certificados do Sistema de Gestão de Cursos, Formulários e
Certificados Erro! Indicador não definido.
Figura 114 - Página Incial do Novo Portal da AESA Erro! Indicador não definido.
Figura 115 – Rede de estações meteorológicas automáticas Erro! Indicador não
definido.
Figura 116 – Estações meteorológicas automáticas Erro! Indicador não definido.
Figura 117 - Interface do portal do SEIRA Erro! Indicador não definido.
Figura 118 – Produtos do SEIRA para cada município da Paraíba. Erro! Indicador
não definido.
Figura 119 – Painel de previsão do tempo - SEIRA Erro! Indicador não definido.
Figura 120 - Módulo de previsão do tempo: veranicos Erro! Indicador não definido.
Figura 121 - Módulo de previsão do tempo: alertas Erro! Indicador não definido.
Figura 122 – Módulo de previsaõ do tempo Erro! Indicador não definido.
Figura 123 - Módulo de previsão do tempo: meteograma Erro! Indicador não
definido.

Figura 124 - Módulo de previsão do tempo: gerador de meteograma Erro! Indicador
não definido.
Figura 125 – Mapa de pluviometria Erro! Indicador não definido.
Figura 126 - Mapa de climatologia Erro! Indicador não definido.
Figura 127 - Categorização de seca Erro! Indicador não definido.
Figura 128 – índice de precipitação padronizada Erro! Indicador não definido.
Figura 129 - Módulo zoneamento: zoneamento edafoclimático Erro! Indicador não
definido.
Figura 130 - Módulo zoneamento: zoneamento de risco climático Erro! Indicador
não definido.
Figura 131 - Tipos de atividades desenvolvidas pela equipe de Planejamento no
período de janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 132 - Formas de contratação dos servidores da AESA Erro! Indicador não
definido.
Figura 133 - Funções ocupadas pelos servidores em comissão Erro! Indicador não
definido.
Figura 134 - Formação dos colaboradores da AESA Erro! Indicador não definido.
Figura 135 – Evolução da situação dos bens da AESA ao longo do ano de 2025,
categorizados de acordo com sua situação física Erro! Indicador não definido.
Figura 136 - Valores das aquisições de bens permanentes mensalmente (R\$) em 2025
Erro! Indicador não definido.
Figura 137 - Valores de bens pertencentes ao patrimônio da AESA em 2025 Erro!
Indicador não definido.
Figura 138 - Quantidade de veículos disponíveis na AESA mensalmente por condição
de uso em agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 139 - Conteúdo das portarias publicadas de janeiro a agosto de 2025 Erro!
Indicador não definido.
Figura 140 - Despesas executadas com recursos do Progestão em 2025 (R\$) Erro!
Indicador não definido.
Figura 141- Percentuais das despesas com recursos do PROGESTÃO de janeiro a
agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 142 - Valores arrecadados pela cobrança por CBH no período de janeiro a
agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.

Figura 143 - Percentuais arrecados pelo FERH em cada Bacia Hidrográfica no período
de janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Figura 144 - Percentuais gastos por Ações/Atividades, no período de janeiro a agosto
de 2025, com recursos do FERH Erro! Indicador não definido.
Figura 145 – Áreas de atuação das Gerências Regionais da AESA Erro! Indicador
não definido.
Figura 146 - Visita técnica em Santa Rita Erro! Indicador não definido.
Figura 147 - Regularização dos usuários do rio Mucatu, no município de Pitimbu
Erro! Indicador não definido.
Figura 148 - Visita técnica no município de Mamanguape Erro! Indicador não
definido.
Figura 149 - Registro da reunião no município de Pitimbu para definição das ações de
limpeza do Rio Gramame Erro! Indicador não definido.
Figura 150 - Reunião de Alocação de Água do Sistema Hídrico Acauã, Município de
Itabaiana/PB Erro! Indicador não definido.
Figura 151 - Participação da reunião para o Conselho da APA das Onças, na cidade
de São João do Tigre-PB Erro! Indicador não definido.
Figura 152 - Reunião do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba, ocorrido
na cidade de Campina Grande Erro! Indicador não definido.
Figura 153 - Visita técnica à Barragem de Pocinhos, em Monteiro-PB Erro! Indicador
não definido.
Figura 154 - Visita téncica ao açude São José III,em São José dos Cordeiros-PB.
Erro! Indicador não definido.
Figura 155 - Visita Técnica no açude saco em Nova Olinda Erro! Indicador não
definido.
Figura 156 - Acompanhamento do trabalho realizado no açude capim grosso, no
município de Itaporanga, junto com o DER Erro! Indicador não definido.
Figura 157 - Serviço de recuperação do açude Taperoá II, mais conhecido como açude
Manoel Marcionilo, no município de Taperoá, PB Erro! Indicador não definido.
Figura 158 - Retirada da ensecadeira do açude Engenheiro Avidos Erro! Indicador
não definido.
Figura 159 – Visita técnica ao açude Engenheiro Avidos Erro! Indicador não
definido.

Figura 160 – Visita à construção de ponte sobre o Rio Piranhas.**Erro! Indicador não definido.**

Figura 161 – Visita à construção de ponte sobre o Rio Piranhas.**Erro! Indicador não definido.**

Figura 162 - Instalação de trena para medição de vazão no Canal da Redenção.

..... Erro! Indicador não definido.

Figura 163 - Visita técnica ao açude Capim Grosso.... Erro! Indicador não definido.

Figura 164 – Abertura de comporta - Açude Condado Erro! Indicador não definido.

Figura 165 - Limpeza dos drenos na Barragem Saco . Erro! Indicador não definido.



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação geral dos reservatórios (janeiro a agosto de 2025) Erro!
Indicador não definido.
Tabela 2 - Volume dos principais reservatórios do estado em janeiro a agosto de 2025.
Erro! Indicador não definido.
Tabela 3 – Volume reservado nos açudes monitorados, por bacia, nos meses de
janeiro e agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 4 - Volumes outorgados (m³) de janeiro a agosto de 2025, por sub-bacia/bacia
hidrográfica Erro! Indicador não definido.
Tabela 5 – Capacitações técnicas ministradas pelo corpo técnico da AESA no 2º
Fórum Brasil das Águas Erro! Indicador não definido.
Tabela 6 – Respostas a ofícios do Ministério Público Erro! Indicador não definido.
Tabela 7 - Relação de Processos Judiciais em agosto de 2025 Erro! Indicador não
definido.
Tabela 8 - Balanço dos Recursos do PROGESTÃO Erro! Indicador não definido.
Tabela 9 – Atividades realizadas pela Gerência Regional I - João Pessoa no período
de janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 10 – Atividades realizadas pela Gerência Regional I - João Pessoa no período
de janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 11 – Atividades realizadas pela Gerência Regional de Monteiro no periodo de
janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 12 – Atividades realizadas pela Gerência Regional de Patos no período de
janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 13 – Atividades realizadas pela Gerência Regional de Sousa no período de
janeiro a agosto de 2025 Erro! Indicador não definido.
Tabela 14 – Atividades realizadas pela Gerência Regional de Itaporanga em 2025
Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CRI - Categoria de Risco

DPA - Dano Potencial Associado

FERH - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

PNSB – Política Nacional de Segurança de Barragens

SEIRA – Sistema Estadual de Informações de Riscos Agrohidroclimáticos

SEIRH – Secretaria de Infraestrutura e dos Recursos Hídricos do Estado da

Paraíba

SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SIEGRH – Sistema de Informação Estadual de Gestão de Recursos Hídricos

SNISB – Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens

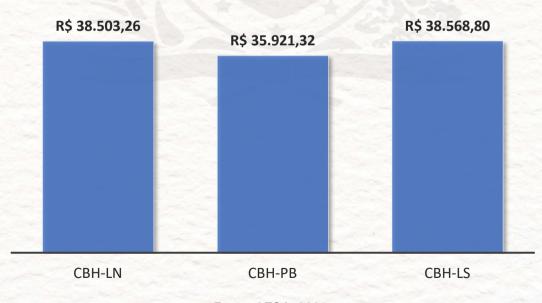
1. APOIO A COMITÊS E CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

1.1. Comitês de Bacia Hidrográfica

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) são instâncias colegiadas fundamentais da Política Estadual de Recursos Hídricos, responsáveis por promover a gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos. Constituídos por representantes do poder público, usuários de água e sociedade civil, os comitês atuam como fóruns deliberativos, propondo ações, acompanhando a execução de políticas e articulando interesses em prol da preservação e do uso racional das bacias hidrográficas.

A AESA tem desempenhado papel central na consolidação dos CBHs, apoiando sua estruturação, incentivando a participação dos diversos segmentos e investindo em sua operacionalização. Entre janeiro e agosto de 2025, foram destinados R\$ 112.993,38 à gestão participativa dos comitês estaduais. A Figura 96 apresenta a distribuição dos investimentos por CBH.

Figura 1 – Investimento em gestão participativa por CBH no período de janeiro a agosto de 2025



Processo eleitoral para renovação dos CBHs

Como parte da renovação da representação nos comitês, a AESA promoveu, entre 10 de fevereiro e 5 de maio de 2025, a mobilização para o processo eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN). A equipe percorreu os 51 municípios que compõem a bacia, realizando visitas a prefeituras, sindicatos, associações, ONGs e usuários de água com o objetivo de divulgar o processo e mobilizar os atores envolvidos. A posse dos novos membros foi efetivada no XIII Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba.



Figura 2 – Registros da mobilização para processo eleitoral do CBH-LN

Fonte: AESA, 2025.

Figura 3 – Registros da posse dos membros do CBH-LN.



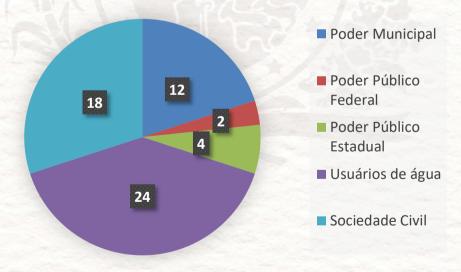
Fonte: AESA, 2025.

Composição dos CBHs

Durante o período de janeiro a agosto de 2025, foram empossados os membros dos CBHs estaduais. A seguir, detalha-se a composição por comitê:

CBH-PB: 60 membros empossados, com igual número de votantes.

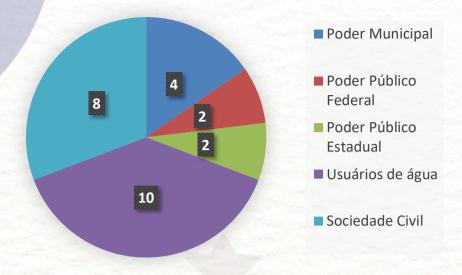
Figura 4 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-PB em 2025



Fonte: AESA, 2025.

CBH-LN: 26 membros empossados, com igual número de votantes.

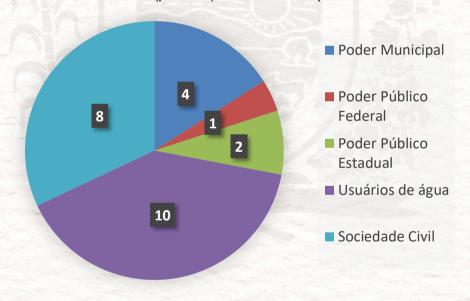
Figura 5 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-LN em 2025



Fonte: AESA, 2025.

CBH-LS: 25 membros empossados, com igual número de votantes.

Figura 6 - Quantidade de membros (por setor) efetivamente empossados no CBH-LS em 2025



Fonte: AESA, 2025.

Reuniões dos CBHs

No período, foram realizadas duas reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias do CBH do Litoral Sul (CBH-LS), além de duas reuniões ordinárias e uma extraordinária do CBH do Litoral Norte (CBH-LN) e uma reunião

ordinária do CBH do rio Paraíba (CBH-PB). A Figura 102 apresenta registros das reuniões realizadas.







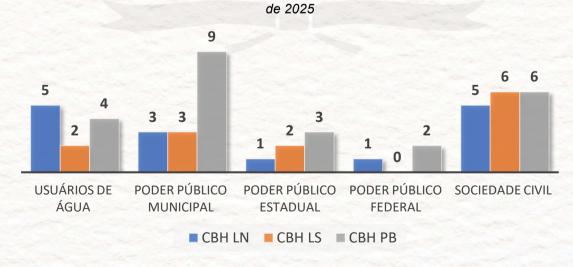




Fonte: AESA, 2025.

A frequência média dos membros de cada setor com direito a voto está representada na Figura 103. O setor que representa a sociedade civil organizada destaca-se como o que apresenta maior quantidade média de membros presentes nas reuniões ocorridas no período.

Figura 8 - Presença média dos setores nas reuniões dos CBHs no período de janeiro a agosto



Fonte: AESA, 2025.

Visitas Técnicas

Entre as ações complementares de articulação e fortalecimento dos comitês, destacam-se três visitas técnicas realizadas de janeiro a agosto de 2025.

A primeira foi promovida pelo CBH do Litoral Sul, com a ida de seus membros à Aldeia Indígena Gramame, no dia 25 de março de 2025 (Figura 1044). A atividade contou com a participação do indígena Jucelino, que apresentou aspectos culturais, históricos e ambientais do território, fortalecendo o diálogo entre os comitês e as comunidades tradicionais inseridas nas bacias.



Figura 9 - Visita técnica dos membros do CBH-LS a Aldeia Indígrna Gramame

Fonte: AESA, 2025.

A segunda visita técnica integrou as atividades do Projeto Comitês nas Escolas, com a participação dos alunos da Olho do Tempo Escola Viva em uma visita ao Laboratório de Hidráulica da UFPB - Campus I (Figura 105). Além das demonstrações técnicas conduzidas no laboratório, os alunos tiveram acesso a uma experiência imersiva com óculos de realidade virtual disponibilizados pela Cagepa, promovendo o aprendizado sobre os sistemas de abastecimento e tratamento de água de forma inovadora e interativa.

Figura 10 -Visita técnica ao Laboratório de Hidraúlica da UFPB – Campus I



Fonte: AESA, 2025.

A terceira visita técnica foi realizada na Barragem de Cupissura, no município de Caaporã, juntamente com os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Sul (CBH-LS) e técnicos da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA. (Figura 106).

Figura 11 - Visita técnica dos membros do CBH-LS à Barragem Cupissura



Fonte: AESA, 2025.

Nos dias 24 e 25 de julho de 2025, uma representante do Fórum Paraibano de Comitês de Bacias Hidrográficas participou da 4ª Reunião Ordinária do

Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

A participação teve como objetivo acompanhar as discussões nacionais relacionadas à gestão participativa dos recursos hídricos, fortalecer a articulação institucional entre os comitês estaduais e nacionais e contribuir com as deliberações estratégicas voltadas ao aprimoramento da política de recursos hídricos no país.

Figura 12 - Registro de participação de representante do Fórum Paraibano de Comitês de Bacias Hidrográficas na 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas



Fonte: AESA, 2025.

1.2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba (CERH-PB) é um órgão colegiado deliberativo, normativo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH). Atua na formulação, deliberação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos, funcionando como instância de articulação entre diferentes setores da sociedade na gestão das águas no estado.

No período de janeiro a agosto de 2025, o CERH-PB realizou duas Reuniões Ordinárias:

1ª Reunião Ordinária do CERH, em 26 de março, com a seguinte pauta:

- Posse dos novos conselheiros;
- Apresentação do Relatório do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO (3º Ciclo, Ano II);
- Apresentação do parecer técnico emitido pela Câmara Técnica de Gestão Integrada (CTGI), que avaliou a documentação exigida para a certificação do período.

2ª Reunião Ordinária do CERH, em 23 de julho, com a seguinte pauta:

- Posse de conselheiros;
- Apresentação da Minuta de Decreto de Regulamentação de Licenças de Obras Hídricas e Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos, para discussão e aprovação;
- Apresentação das Minutas de Resoluções do CERH para Disciplinamento das Licenças de Obras Hídricas e para Disciplinamento das Outorgas, para discussão e aprovação;
- Apresentação da Prestação de Contas do FERH, referente ao ano de 2024.

Além do plenário, destacam-se as atividades das câmaras técnicas, instâncias de assessoramento do Conselho:

- Câmara Técnica de Gestão Integrada (CTGI) composta por membros com expertise em gestão hídrica, a CTGI se reuniu no dia 24 de março de 2025. Na pauta, a análise e aprovação dos documentos do PROGESTÃO 3º Ciclo, como o Relatório de Certificação (2024), o Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos, o Formulário de Autoavaliação e a execução financeira do período. O parecer resultante foi apresentado na 69ª Reunião Ordinária do Conselho.
- Câmara Técnica de Temas Especiais (CTTE) voltada à análise de assuntos financeiros e administrativos, a CTTE se reuniu em 12 de junho de 2025, ocasião em que aprovou a prestação de contas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), referente ao exercício de 2024.

As deliberações da 1ª reunião ordinária foram formalizadas por meio da **Resolução CERH Nº 046/2025, de 26 de março de 2025** - aprova o Relatório PROGESTÃO 3º Ciclo - 2º Período de Certificação, correspondente ao ano de 2024.









Relatório da Consulta Pública do Plano de Reassentamento Involuntário - ETE Baixo Paraíba

CONTRATO PSH/PB N° 1-004/2022 - OS N° 07/2022

Contratação de empresa de consultoria para elaboração e de Tratamento de Esgotos - ETE Baixo Paraíba João Pessoa/PB





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO			
	OBJETIVOS DA CONSULTA PÚBLICA		
2.	MOBILIZAÇÃO	5	
3.	REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA	10	
4.	ALTERAÇÕES E AJUSTES NO PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO		
EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL			
ΑN	ANEXOS		



APRESENTAÇÃO

Este documento consolida informações relativas à Consulta Pública do Plano de Reassentamento Involuntário da ETE Baixo Paraíba, realizada no dia 02 de abril de 2024, enquanto atividade antevista no contrato PSH/PB N° 1-004/2022, estabelecido entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos (SEIRH) e o Consórcio Synergia — Colmeia, com a interveniência anuente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). O objeto do contrato supramencionado é a contratação de empresa de consultoria para elaboração e implementação de Plano de Reassentamento Involuntário da Estação de Tratamento de Esgotos — ETE Baixo Paraíba, localizada em João Pessoa, que receberá investimento de obra que visa à ampliação da sua capacidade de tratamento de efluentes. A intervenção faz parte do Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba (PSH/PB), no que tange ao componente II — Melhoria da Eficiência e da Segurança dos Serviços de Água e Saneamento e ao subcomponente — água e saneamento na Região Metropolitana de João Pessoa.

O PSH/PB conta com financiamento do Banco Mundial e possui um marco regulatório específico, atendendo a legislações federal, estadual e municipal, além das políticas operacionais do Banco Mundial. A Consulta Pública buscou atender aos princípios básicos da Política Operacional de Reassentamento Involuntário do Banco Mundial (OP.BP 4.12), sobretudo no que se refere ao aspecto de consultar as pessoas afetadas, conferindo-lhes todas as oportunidades para participar no planejamento e implementação das atividades de reassentamento, além de exercitar os mecanismos de participação das pessoas afetadas, conforme previsto no Marco de Reassentamento Involuntário do PSH/PB.

O relatório está composto por quatro capítulos que tratam: do objetivo da consulta pública; do processo de mobilização e chamamento do público-alvo que aconteceu através de metodologias distintas, conforme poderá ser observado no capítulo 02; da realização da Consulta Pública que contou a participação de um total de 83 (oitenta e três) pessoas, sendo representantes institucionais e público-alvo diretamente e indiretamente afetados, conforme poderá ser observado no capítulo 03; e, das alterações e ajustes no Plano de Reassentamento Involuntário, apresentado no capítulo 04.



1. OBJETIVOS DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública do Plano de Reassentamento Involuntário da ETE Baixo Paraíba teve com objetivo geral promover a participação social e garantir que as partes interessadas, considerando a população diretamente e indiretamente afetada; as organizações e instituições públicas e comunitárias locais; as instituições parcerias; e outras partes relevantes, tivessem oportunidade de conhecer o PRI e expressar suas preocupações, necessidades, preferências e sugestões em relação ao reassentamento.

Especificamente, objetivou-se:

- Apresentar a versão preliminar do Plano de Reassentamento Involuntário PRI, aumentando a conscientização dos participantes sobre o Plano e a obra de ampliação da ETE Baixo Paraíba:
- Apresentar de forma detalhada informações pertinentes à área de afetação, as pessoas afetadas e as medidas compensatórias estabelecidas para cada situação de afetação;
- Promover a transparência nas informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, sobretudo no que se refere ao planejamento de execução do PRI e as equipes envolvidas neste processo;
- Consultar os participantes sobre o Plano elaborado, em sua versão preliminar, dirimindo dúvidas e absorvendo considerações e sugestões de melhoria.

A atividade configura-se como um método democrático e participativo de envolver os cidadãos no processo de planejamento e de tomada de decisão, garantindo transparência e legitimidade ao PRI que se configura como uma intervenção pública.





2. MOBILIZAÇÃO

O processo de mobilização e chamamento para a Consulta Pública aconteceu através de metodologias distintas, em que para algumas situações foi utilizada a comunicação direta, através da interlocução face a face, e para outras adotou-se também a comunicação indireta utilizando-se de estratégias de divulgação ampliada de informações através de sites, redes sociais, ofícios encaminhados para instituições públicas e privadas, dentre outros.

Quanto à interlocução face a face revela-se a realização de abordagem individual e em grupo junto ao público-alvo direto do PRI. As pessoas diretamente afetadas pelo Plano de Reassentamento foram visitadas, momento em que se estabeleceu um diálogo explicativo sobre a etapa de desenvolvimento do PRI, o objetivo da consulta pública e a importância da participação de cada pessoa. Nesta ocasião também houve a entrega de um convite nominal salientando o local e data do evento, oferecendo também um telefone de contato para eventuais dúvidas, além de um link (QR-Code) para acesso ao documento preliminar. Ademais, no que tange a abordagem em grupo, foi estabelecido um momento de reunião com o grupo dos trabalhadores de cada pedreira, em seu ambiente de trabalho, ocasião em que os mesmos foram informados sobre a consulta e sensibilizados quanto à importância da participação, já respondendo algumas dúvidas pontuais sobre o processo de reassentamento.

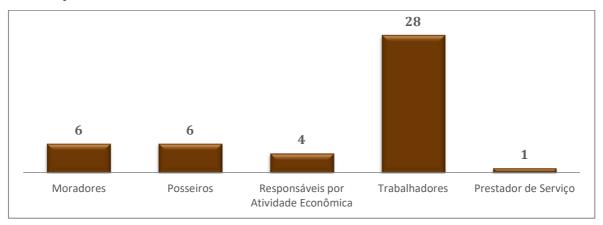
O processo de mobilização através da comunicação direta se deu nos dias 21, 23 e 25 de março de 2024 quando um total de 45 (quarenta e cinco) pessoas afetadas foi contatado. Justifica-se que 07 (sete) pessoas, herdeiras de espólios, não foram contatadas presencialmente, contudo seus familiares o foram, do mesmo modo que 03 (três) moradores, os quais seus familiares, também afetados, receberam o convite e as informações. Além disso, um trabalhador não foi mobilizado, tendo em vista que não desenvolve mais atividade para a pedreira.

Graficamente abaixo, apresenta-se o resumo das pessoas mobilizadas através de instrumentos diretos de comunicação.





Gráfico 01 – Panorama da mobilização das pessoas diretamente afetadas através da metodologia de comunicação direta – face a face.



Destaca-se que as pessoas diretamente afetadas que não foram contatadas presencialmente, foram mobilizadas através de contatos telefônicos e receberam o convite através de mensagens via aplicativo de comunicação.

Imagens 01 e 02 – Registro do processo de mobilização presencial das pessoas afetadas.



Arquivo: Consórcio Synergia Colmeia.

Imagens 03 e 04 – Registro do processo de mobilização presencial das pessoas afetadas.



Arquivo: Consórcio Synergia Colmeia.

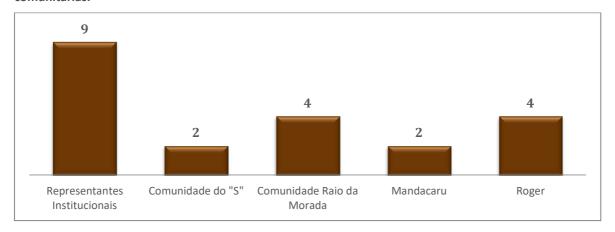




Ainda no âmbito da comunicação direta, foi realizada a mobilização de representações comunitárias das comunidades do entorno, através de reunião realizada no dia 07 de março de 2024. A reunião teve o objetivo precípuo de apresentar o PSH/PB, a obra de ampliação da ETE Baixo Paraíba, o Plano de Gestão Socioambiental (PGSA) e anunciar o processo de conclusão da elaboração do Plano de Reassentamento, apresentando o objetivo do PRI, a área de afetação direta e convocando as representações comunitárias para participar da consulta pública.

A reunião aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso, localizada no Baixo Roger, e na ocasião estiveram presentes 12 (doze) representantes comunitários, contemplando as comunidades: Roger, Mandacaru, Raio da Morada e Comunidade do "S". Além destes, também houve a presença de representantes institucionais da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Humano, CAGEPA, Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso, Secretaria de Participação Popular de João Pessoa e Unidade de Saúde da Família do Baixo Roger.

Gráfico 02 — Panorama dos participantes da reunião desenvolvida com as representações públicas e comunitárias.



Além de conhecer as intervenções previstas para realização no território, os representantes comunitários também tiveram a oportunidade de fala, quando apresentaram as seguintes questões/considerações:

Foi enaltecido o entendimento sobre o benefício da obra de ampliação da ETE para a cidade, no entanto com dúvidas sobre o valor disponibilizado para a obra e sobre a previsão de melhorias na infraestrutura do território como um todo, como exemplo a implantação da rede coletora de esgoto. Os lideres enfatizaram a sua disposição em receber os serviços com grande satisfação, desde que a comunidade também seja

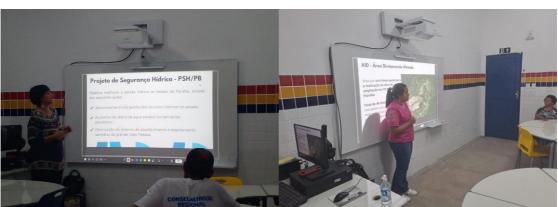




contemplada com serviços de melhoria das suas condições de vida. Foi destacado durante a fala, que até o momento a comunidade não está coberta pela rede coletora de esgoto, o que para eles torna-se contraditório, conviver com uma estação de tratamento de esgoto enquanto os seus próprios esgotos permanecem a céu aberto, sem serem coletados e tratados. Além das reclamações sobre a coleta de esgoto, os comunitários também expuseram a necessidade de melhorar o abastecimento de água para as comunidades do Bairro do Roger, alegaram que no bairro está faltando água constantemente e pediram uma resposta quanto à melhoria deste serviço;

- Surgiram dúvidas sobre se os trabalhadores das pedreiras localizadas no território de intervenção da obra serão devidamente atendidos, posto que estes vão perder os meios de subsistência em termos de renda permanente;
- As lideranças confirmaram o interesse em acompanhar as obras, tanto para auxiliar na mobilização, quanto para cobrar melhorias para o bairro;
- As lideranças declararam boa gestão municipal no Baixo Roger e receptividade em receber as obras de ampliação da ETE a serem desenvolvidas pelo Governo do Estado.

As perguntas foram esclarecidas e as demandas de melhorias para o bairro foram anotadas para serem respondidas devidamente. Finalizando a reunião foi informado que no dia seguinte todos poderiam acessar os planos (PGSA e o PRI na versão preliminar) para uma leitura prévia antes da consulta pública, de modo que na consulta pública já pudessem apresentar as suas dúvidas e contribuições.



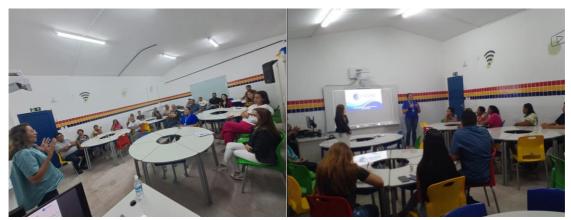
Imagens 05 e 06 - Registro da reunião realizada com as representações comunitárias.

Arquivo: Consórcio Synergia Colmeia.









Arquivo: Consórcio Synergia Colmeia.

Quanto à metodologia de mobilização através da comunicação indireta, evidencia-se o processo de ampla divulgação da consulta pública no site oficial do governo do estado, bem como em noticiários locais, como exemplo os sites: Paraíba Online e o Portal da Capital, além disso, houve a publicação através das redes sociais¹.

Menciona-se também o encaminhamento de ofícios através de e-mail² para as instituições públicas, representativas do poder público estadual e municipal e responsável pela operacionalização das políticas públicas, as quais se configuram como potenciais parcerias. De modo geral, os seguintes órgãos e instituições receberam e-mails convocatórios: Defesa Civil municipal; Sistema Fiep/PB — Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania municipal; Secretaria de Educação e Cultura Municipal; Secretaria de Desenvolvimento Social municipal; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho municipal; Secretaria de Meio Ambiente Municipal; Secretaria de Participação Popular Municipal; Secretaria Municipal de Saúde; Companhia Estadual de Habitação Popular; Empresa Paraíba de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano; e, Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado.

¹ Em anexo segue algumas evidências da divulgação da consulta pública através de sites e redes sociais.

² Em anexo segue evidência do encaminhamento dos ofícios através de e-mail.



3. REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

A preparação da Consulta Pública foi realizada pela equipe do Consórcio Synergia Colmeia com apoio da equipe da CAGEPA. Através desses pontos focais, foram estabelecidas articulações com parceiros de modo que a atividade fosse desenvolvida de forma adequada, atendendo a critérios de acessibilidade, organização, conforto e transparência nas informações.

Lista-se a seguir, tópicos específicos do processo de preparação e desenvolvimento da atividade:

3.1 DEFINIÇÃO DO LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

A definição do local para desenvolvimento da atividade considerou os critérios de acessibilidade e o conforto. No que diz respeito à acessibilidade partiu-se do pressuposto de definir um local que pudesse ser facilmente utilizado por pessoas com diferentes habilidades, necessidades e condições físicas. Um local equipado de forma a permitir a entrada, circulação e uso por pessoas com deficiências físicas, idosos, crianças, gestantes e qualquer outra pessoa que pudesse ter dificuldades de locomoção. Além disso, considerou-se também a proximidade do local em relação ao território de intervenção, facilitando o deslocamento do público-alvo. Para o que tange ao critério de conforto, buscou-se por um espaço capaz de comportar de maneira adequada no mínimo 100 (cem) pessoas, ademais, buscou-se a estruturação de mobiliário e equipamentos que pudessem garantir acento com segurança, condições adequadas de ventilação, iluminação e sonorização.

Partindo-se desses pressupostos, foram realizadas visitas a equipamentos públicos e comunitários da região, sendo identificada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso como uma boa oportunidade, visto atender aos critérios de acessibilidade e conforto e também, ser um equipamento público de referência para a população que está habituada utilizá-lo para as questões educacionais e também para eventos públicos, posto que a prefeitura já tenha desenvolvido outras consultas públicas neste mesmo local.

A Escola supracitada está localizada a 1 km de distância da área de intervenção, especificamente na Via Expressa Ayrton Senna, nº 250, Baixo Roger, João Pessoa-PB. Para a reserva do local, designadamente a utilização da quadra poliesportiva, foi necessário um processo de articulação com a Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa e com os gestores da Escola, sendo encaminhados ofícios e realizados contatos telefônicos.



Imagens 09 e 10 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso – local de realização da Consulta Pública.



Arquivo: Consórcio Synergia Colmeia.

3.2 INFRAESTRUTURA UTILIZADA

Toda a infraestrutura utilizada foi contratada pelo Consórcio Synergia Colmeia, esta foi dimensionada para garantir o acesso à informação de maneira adequada, sendo para tanto alugada a seguinte estrutura:

- Telão de Grid oportunizando uma boa visualização da apresentação exibida durante a reunião;
- Estrutura de som com operadores oportunizando uma boa comunicação;
- Equipamentos de Multimídia permitindo a apresentação das informações de maneira ampliada para todos os presentes;
- Aluguel de cadeiras para a acomodação dos participantes;
- Aluguel de mesas para a acomodação dos equipamentos e para o atendimento dos participantes quando da assinatura da lista de frequência;
- Coffee Break elemento de acolhida para os participantes.

Relativo aos recursos humanos destaca-se a mobilização de uma equipe técnica pelo Consórcio Synergia Colmeia a qual realizou a recepção das pessoas participantes, acolhendo-as e registrando a sua presença em instrumental específico. Ademais a equipe também desenvolveu a apresentação e organizou o processo de inscrições das falas e respostas aos questionamentos, considerações e sugestões proferidas durante o evento.

A equipe da CAGEPA e da SEIRH também esteve presente, compondo a mesa de abertura, realizando a apresentação do PGSA e acompanhando todo o evento.

Também se registra a presença dos técnicos de áudio e os profissionais disponibilizados para servir o Coffee Break.





3.3 PERFIL DO PÚBLICO PARTICIPANTE

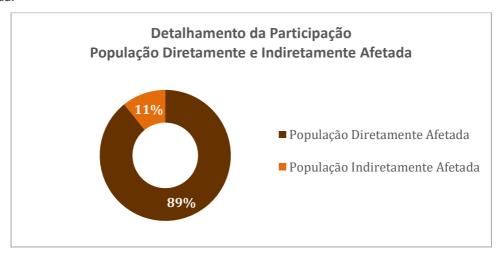
A Consulta Pública contou com um total de 79 (setenta e nove) participantes que assinou a ata de frequência, dos quais:

POPULAÇÃO AFETADA DIRETA E INDIRETAMENTE	65
REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS	4
EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PSH/PB – PRI E PGSA	10

Afora o quantitativo apresentada na tabela acima, outras 04 (quatro) pessoas estiveram presentes na atividade, mas não assinaram a lista de presença, pois estavam na organização e desenvolvimento do evento.

A seguir, apresentamos graficamente o perfil dos participantes a partir de cada grupo representativo.

Gráfico 03 – Panorama dos participantes que fazem parte da população diretamente e indiretamente afetada.

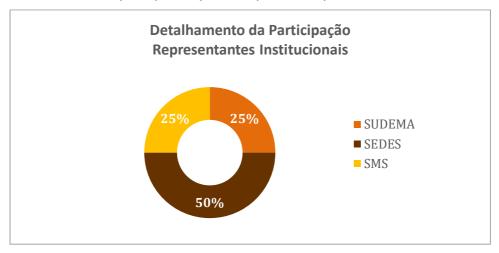


Da população diretamente afetada, estima-se que 38% foram de trabalhadores, 29% de familiares/acompanhantes, 16% de moradores, 14% de posseiros e 3% de responsáveis pelas atividades econômicas.



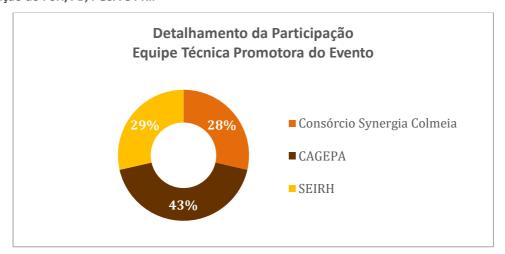


Gráfico 04 - Panorama dos participantes que fazem parte dos representantes institucionais.



Registra-se que a abreviações significam: Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES); e Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Contudo, registra-se a presença de representante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Afonso e da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), os quais estiveram presentes, mas não assinaram a lista de presença.

Gráfico 05 – Panorama dos participantes que fazem parte da equipe técnica responsável pela execução do PSH/PB, PGSA e PRI.



3.4 PROGRAMAÇÃO

- 18h Início da acolhida dos participantes;
- 18h30 Abertura da Consulta Pública;
- 18h35 Apresentação do PSH/PB através da fala da Secretaria Executiva de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos;



18h40 – Apresentação do PGSA através da fala da Gerente de Meio Ambiente da CAGEPA;

19h – Apresentação do PRI através da fala da Especialista em Reassentamento do Consórcio Synergia Colmeia;

19h30 — Abertura para questões, considerações e sugestões, sendo prevista respostas para todas as colocações realizadas durante o evento.

3.5 ABORDAGEM TÉCNICA DOS CONTEÚDOS

Conforme programação o evento foi faseado em abordagens específicas, sendo iniciado com a apresentação do PSH/PB, pela Secretária Executiva da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos, através de exposição dialogada. Esta, apresentou o Projeto de Segurança Hídrica falando sobre os seus objetivos e componentes, sobretudo, destacando a intervenção a ser realizada no Bairro do Roger, pertinente a obra de ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos do Baixo Paraíba.

Durante a fala foi destacada a importância da obra para a promoção da saúde pública na cidade de João Pessoa e em outras cidades da Região Metropolitana, bem como registrado o compromisso da gestão pública com a melhoria da qualidade de vida da população. Enfatizouse o planejamento para o atendimento adequado a população residente no território aonde se realizará a obra, seja no âmbito do Plano de Reassentamento, ou seja, nas ações de convivência com a obra e com a ETE em funcionamento.

Enquanto prosseguimento da programação foi iniciado a apresentação do PGSA através da fala da Gerente de Meio Ambiente e da Assistente de Diretoria da CAGEPA. Esta apresentação foi realizada de forma dialogada auxiliada pela utilização de uma *slides*³, seguindo os seguintes tópicos:

- O que é um Plano de Gestão Socioambiental;
- Qual o Objetivo do Plano de Gestão Socioambiental;
- Quem são os envolvidos na elaboração, implementação e fiscalização do PGSA;
- Características do projeto da obra de ampliação da ETE Baixo Paraíba;
- Identificação das áreas de influência da obra;
- Diagnóstico ambiental das áreas de influência da obra;
- Impactos ambientais da obra;
- Licenciamento ambiental do projeto da obra de ampliação da ETE Baixo Paraíba;

_

³ Apresentação consta dentre os anexos deste documento.



Programas do PGSA – Programa de Controle Operacional e Ambiental das Obras, Programa de Informação e Comunicação em Obra, Canais de Comunicação, Programa de Ações Socioeducativas e de Gênero, Programa de Proteção à Área de Preservação Permanente e Programa de Monitoramento da Qualidade de Efluente.

Em prosseguimento iniciou-se a apresentação do Plano de Reassentamento Involuntário, seguindo a mesma metodologia de exposição dialogada auxiliada pela utilização de *slides*⁴ sendo abordadas as seguintes informações:

- O que é o reassentamento involuntário;
- O que é o Plano de Reassentamento Involuntário;
- Princípios Básicos da Política Operacional de Reassentamento do Banco Mundial;
- Como se deu o processo de elaboração do PRI ETE Baixo Paraíba;
- Itens que compõem o PRI Área Diretamente Afetada, Tipo de Afetação, Pessoas
 Diretamente Afetadas e Medidas Compensatórias;
- Detalhamento das medidas compensatórias relacionadas à reposição da moradia –
 Compra Assistida, Indenização Financeira e Assistência para Acomodação Temporária;
- Detalhamento das medidas compensatórias relacionadas ao deslocamento econômico
 indenização por Restauração da Renda, Indenização Financeira de Bens e
 Benfeitorias Reprodutivas, Assistência com Base na Recuperação de Subsistência com
 Base na Terra;
- Detalhamento das medidas compensatórias relacionadas à reposição de postos de trabalho — Compensação Monetária com Base em Salário, Auxílio para Recolocação Profissional, Treinamento Profissionalizante, Apoio na Obtenção de Documentação e Acesso aos Direitos Trabalhistas, Apoio ao Acesso às Políticas Públicas;
- Detalhamento das medidas compensatórias relacionadas à indenização da terra nua –
 Indenização da Terra Nua;
- Mapa das afetações;
- Plano de atendimento;
- Canais de comunicação Fale Conosco.

Destaca-se que durante toda a abordagem a equipe técnica importou-se com a utilização de uma linguagem acessível, do mesmo modo que os conteúdos que foram expostos através da apresentação visual, o objetivo foi repassar as informações de forma compreensível.

⁴Apresentação consta dentre os anexos deste documento.





pós as apresentações técnicas, foi deflagrado o momento de participação do público presente, sendo iniciado o processo de perguntas, considerações e sugestões, seguido por respostas e esclarecimentos por parte da especialista em reassentamento e da analista social do Consórcio Synergia Colmeia. Todo este diálogo estabelecido foi gravado com a finalidade exclusiva de auxiliar na posterior relatoria do evento.







Arquivo: SEIRH e Consórcio Synergia Colmeia.





3.6 MANIFESTAÇÕES DO PÚBLICO PARTICIPANTE

Detalha-se a seguir todas as questões, considerações e sugestões apresentadas durante a consulta pública pelo público participante. Destaca-se um total de 24 (vinte e quatro) colocações para as quais foram apresentados os devidos esclarecimentos.

A partir da participação do público foi possível identificar oportunidades de ajustes e melhorias no Plano de Reassentamento Involuntário de modo a constituir um programa de atendimento mais alinhado as preocupações, necessidades e preferências da população diretamente afetada, atendendo as políticas e normativas do reassentamento involuntário no âmbito do Banco Mundial e do PSH/PB. Sendo assim, a versão final do PRI apresenta complementações nas medidas compensatórias, além do registro detalhados de outras informações favorecendo a compreensão de todos os que acessarem o documento.

PERGUNTAS E/OU CONSIDERAÇÕES DOS PARTICIPANTES DA CONSULTA PÚBLICA

Questão 01 – Prestador(a) de Serviço da Pedreira.

Receber pelo justo né? Pelo que a gente trabalhou.

Eu cheguei naquela pedreirinha ali foi 10 anos (se referindo a idade que tinha). A gente cavou, mas até agora a gente não tem o Projeto que a empresa fosse cavar um buraco daquele, quanto é que gastaria hoje para fazer um projeto desse aí (referindo-se as cavas atualmente existentes no território devido às atividades da pedreira). Porque ninguém quer o terreno lá não, ninguém está atrás de terreno não, está atrás da fundação, do que a gente cavou.

A gente somos herdeiros do avô da gente, do pai da gente, então a gente tem direito né? O direito é pelo trabalho que a gente fez, o buraco que a gente fez, a CAGEPA lá não quer terreno não. A CAGEPA quer o buraco que a gente cavou, então é justo a gente receber pelo trabalho da gente, né?

Uma indenização de R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) dá para que? Só eu com meus irmão é nove irmão, tem minha mãe ali. Nove irmãos, R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) dá para quê? Eu tenho dois caminhões e meus caminhões vai dormir na rua é? Porque meu pai deixou um terreno lá que dá para parar 20 (vinte) caminhão, aí vou pegar meus dois caminhão para tá na rua, fechando a rua, para a CPTRAN vim e multar o meu caminhão, porque o governo está precisando da área, tá certo, mas tem que ser justo com a gente. Tem que pagar o justo, pagar pelo buraco que a gente cavou, o trabalho que a gente

RESPOSTAS

Bom, quanto à fala do valor de negociação né, que tanto surgiu na fala do Participante 01 quanto do Participante 02.

A questão do valor que está previsto ali no... hoje atualmente previsto, é um valor inicial para uma negociação, ok? A partir daí a gente vai sentar cada um, cada caso, vai ler os documentos, pegar todos os componentes. A pedreira não é só o valor lá da terra, tem todo também, todas as outras compensações. Eu pus aqui inclusive o slide para lembrar que é a soma de mais de um valor, do ponto de vista do deslocamento econômico.

Então tem o valor a terra, tem o valor da terra que realmente foi colocado pelo Participante 01, mas tem também, a indenização por restauração da renda, indenização dos bens e benfeitorias... Então os recursos é talvez maior do que o senhor está colocando.

Então assim, esse valor é o que a gente vai sentar à mesa com cada um dos componentes, e aí, a partir daí a gente vai negociar. A gente não né, CAGEPA e o Governo do Estado, vai ser esse momento onde vai trazer na mesa o que é direito de um e de outro... vai explicar a divisão. Então tudo isso vai ter o momento aonde vocês todos vão levar as argumentações de vocês e a CAGEPA e o Governo vão levar todos os itens, todas as metodologias e começar o debate.

Gente, a gente está começando a trabalhar agora, foi estipulado um valor e a partir de agora a gente começa o diálogo. Como eu disse, é princípio





cavou.

10 anos (referindo-se a sua idade), cheguei do colégio, chegava do colégio e meu pai "vá, vamos quebrar pedra, vamos simbora, vamos cavar o buraco", tá lá o buraco hoje né?

A obra bonita, projeto bonito (apontando e referindo-se a obra de ampliação da ETE), ela fez um projeto muito bonito, mas a indenização meu filho, não dá para nada, não dá para nada, não dá para indenizar ninguém lá. E os trabalhador? E os trabalhador que meu irmão tem quase 15 (quinze) trabalhador com carteira assinada, com R\$116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) para repartir com no mínimo 10 irmão e ainda indenizar os trabalhador, tem que indenizar os trabalhador que ele não vai tirar da casa dele, do sítio dele para indenizar trabalhador não, tem que tirar da pedreira, do serviço que a gente fez, da escavação.

A senhora era para dizer agora, um projeto, a empresa para cavar aquele buraco gastaria tanto hoje, aí a gente estava de acordo com a senhora, mas esse projeto aí... Esse projeto aí é só de beneficiar a empresa... Eu quero saber o valor da obra, se a empresa viesse hoje e cavasse aquele buraco todinho.

T. S., fala aqui T.S.

Questão 02 — Professor(a), servidor(a) público e vereador(a) de João Pessoa no período de 1992 a 2012.

Bom gente, boa noite. Acho que a comunidade me conhece, aos que são aqui elaboradores do Projeto, eu fui vareador em cinco mandatos em João Pessoa, nasci e me criei aqui em João Pessoa, e fui coordenador do... aqui de toda a organização de João Pessoa ao lado de George Cunha, que é um dos maiores conhecedores de saneamento. E o plano diretor da cidade de João Pessoa eu conheço tudo, todos os pontos de estação elevatória e sabia de que ia acontecer isso aqui (indicando a obra de ampliação da ETE), porque João Pessoa tem 375 anos agui em baixo, 375 anos, Roger, Tambiá, Cruz das Armas, Ilha do Bispo, Varadouro, Cruz das Armas até Oitizeiro, Torre. Depois é que veio a zona leste, nos anos 60 / 50 e depois é que, o governo militar veio a zona sul e zona oeste.

Bem, eu estou historiando isso para dizer que, essa previsão disso aqui, de expansão (referindo-se a ampliação da ETE) já era esperado, e no Plano Diretor, eu já sabia, conversei muito com o Dr. George Cunha, sei toda a história de Saturnino de Brito, que é um dos maiores nomes a nível mundial em saneamento básico e quero dizer a vocês que

deste trabalho o diálogo permanente. Então ninguém vai impor para vocês um valor, não se preocupem vai ser um processo de negociação.

Então quero que acalmem o coração de vocês porque ainda tem muita conversa pela frente. Acho que vocês podem ficar tranquilos em relação a isso, porque ainda vai ter muita negociação pela frente até a gente chegar a um bom termo, tá?

Algumas questões que foram levantadas pelo participante 02.

Primeiro, com relação ao auxílio aluguel, ninguém vai receber o auxílio aluguel aqui. Todo mundo vai receber diretamente uma casa né. Uma casa no valor de até R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) dá escolha de vocês, se vocês quiserem ou não. E também se caso vocês disserem "eu quero uma casa e a casa ainda não está pronta, está construindo" aí sim, a gente paga o aluguel, mas é até ficar pronta a casa, tá? Então não é assim, ninguém vai oferecer bolsa aluguel. Aquilo lá é um projeto da Prefeitura e não tem nada a ver com o Governo do Estado, com o projeto, a CAGEPA, então a gente não se deixou contaminar por essa experiência que aconteceu lá, ok?

Aqui é um projeto especial, da CAGEPA, do Banco Mundial. Então fiquem tranquilos, aos moradores porque ninguém vai receber auxílio aluguel.

E aos trabalhadores, eu vou reiterar e vou deixar mais claro que há um acompanhamento, que é um recurso de 6 (seis) meses, porém mais 6 (seis) meses caso ainda, depois da gente estar acompanhando, tá dando auxílio para recolocação profissional, a gente vai pegar cada um, cada caso,





antes de vir para cá, eu conversei com algumas pessoas, que inclusive estão coordenando o Parque do Roger e trabalham também para o Banco Mundial. Conversei com ele e quero dizer a vocês que estão a frente do Projeto, que, vocês fizeram todo o levantamento ambiental, levantaram: árvores; morcegos; as aves; mas deixaram uma coisa mais essencial, quanto a empresa iria pagar para fazer toda aquela área, do diâmetro e profundidade daquilo ali?

Até porque se vocês sabem ali do lado da pedreira tem dois tanques que a prefeitura fez, vocês sabem disso quem mora no Roger (apontando para o público) ao lado ali, em frente aquelas casas do "S" têm dois tanques que a Prefeitura, na época de Chico Franca iria fazer as duas estações lá e não fizeram por falta de viabilidade técnica, e agora estão pegando de mão beijada, de mão beijada, duas pedreiras, ou quatro pedreiras, e querem pagar uma indenização que não dá nem para pagar aos empregados.

Então vocês levem, porque eu irei levar, vou levar para assembleia legislativa, vou levar para a câmera municipal, se possível, já falei até com o presidente para fazer uma cessão especial, mas leve para Marcos Vinícius, presidente da CAGEPA. Vou levar ao governador, porque eu tenho acesso a ele, dizer que isso não é possível, que é dinheiro do Banco Mundial.

Porque essa questão de dizer "seis meses dos trabalhadores" e seis meses depois eles vão fazer o que se eles só sabem fazer o que eles faziam? Agora essa de dizer gente, só para vocês terem uma ideia, a prefeitura derrubou as casas de quem morava no "S" e deram aluguel, bolsa aluguel, muitos estão atrasados três meses e até agora as casas não saíram. Essa de dar bolsa aluguel não dá certo, o povo aqui está cansado de ser enganado. Pergunte aqui, quantos de nós conhece quem vive de bolsa aluguel, atrasam dois três meses e são sempre jogados para serem colocados para fora, é mentira ou é verdade (questionando ao público presente)?

Então gente, eu não vou me alongar, só quero pedir a vocês do projeto, não pensem que esse projeto tão bem feito que vocês fizeram vai ficar assim do jeito que a empresa quer, pagar R\$120.000,00 ou R\$130.000,00 apenas para os donos das pedreiras. Não, mandem eles fazer a avaliação, eu digo isso porque eu conversei e vocês conhecem quem é ele, conversei ontem com ele, Dr. Eliseu, que é um dos técnicos mais renomados.

T. S., mande eles fazerem uma avaliação de quanto

tentar ver um emprego, quais são os seus desejos de trabalho novo, se precisar de treinamento a gente vai oferecer, se precisar de documentação a gente vai oferecer, se precisar de direitos (referindo-se a orientação para acesso aos direitos trabalhistas) a gente vai oferecer e se precisar de apoio, cesta básica, apoio para conseguir alguma coisa, também a gente vai oferecer. Tudo isso para que nenhum trabalhador fique desamparado.

Então não é 6 (seis) meses e vai e acabou, ok gente? É 6 (seis) meses, mais 6 (seis) meses e todo o apoio a vocês, até vocês conseguirem alguma recolocação profissional.

Tudo bem gente, está respondido? Mais alguma dúvida, sobre isso?





eles iriam pagar para abrir um buraco daqueles, mande eles saberem quantos eles iam pagar.

É dinheiro do Banco Mundial minha gente, o Banco Mundial tem dinheiro.

Então olha, nos queremos apenas isso, ninguém é contra, até porque isso aqui já estava previsto.

João Pessoa nasceu da margem do Rio para o Mar. João Pessoa não tem poluição no mar, porque toda estação de tratamento é aqui e a outra em Mangabeira. Eu digo por que eu nasci aqui no Baixo Roger, alias no Alto Roger, mas vivi mais aqui.

Para vocês terem uma ideia o Alto Roger é mais antigo do que o Baixo Roger, o Baixo Roger era só sítio, era só vacaria e aqui o braço do Rio Sanhauá chegava no Roger, a gente ia para o Rio Sanhauá de Barco, o lixão é que veio aterrando o Rio Sanhauá e agora nós vamos desassorear, vamos ter um parque, que aqui são 100 hectares, 100 hectares, mas só se aproveita 30, por causa dos mangues e de toda a área do ecossistema lá e da água, então minha gente, era só isso.

Pedir a vocês (apontando para a equipe técnica) que levem para a CAGEPA, porque nós não vamos aceitar essa indenização do que vocês estão pretendendo, não vocês, claro, vocês são técnicos, vocês estão seguindo a orientação. Mas eles não estão desamparados (apontando para o público), eu seguirei uma orientação que nós temos advogados, nós vamos procurar o poder público não por questões da área porque a área... E outra coisa, a lei mudou viu, não existe esse negócio não, o direito de posse é de quem está na terra. Hoje a lei diz quem tá na terra é que é o dono. Agora nós sabemos que hoje o governo do estado se quiser desapropriar, na Epitácio Pessoa uma mansão, o governo tem direito porque é para o bem da coletividade, isso é lei, é fato, se quiser fazer um viaduto para pegar a melhor casa de João Pessoa, se for para fazer um viaduto o governo tem direito. E aqui muito mais, porque aqui é área do estado.

Então fica somente isso aqui para vocês.

Parabéns pelo Projeto, mas leve essa mensagem, tá bem.

Obrigado.

Questão 03 - Trabalhador(a) da Pedreira.

Boa noite a vocês todos, olha, o dinheiro que está sendo oferecido a esse menino aí, ao Jailton Brito de Lima aí, não dá nem para indenizar a gente. Porque a gente, aquele buraco que a gente É... Então, acho que só reiterar que esse valor, né, que esse valor a gente vai começar uma negociação, então não se preocupem com relação a este valor. E, a partir daí, a gente vai levar em consideração também que a empresa, as pedreiras vão precisar indenizar os trabalhadores,





trabalhou lá, a gente não vai sair desamparado não viu, tem que sair com alguma coisa na mão, porque desse jeito não dá não meu filho, tem 25 anos que eu trabalho lá dentro, vai fazer 26 viu.

E os outros que quiser oportunidade para falar, podem falar.

então os trabalhadores, eles precisam receber uma indenização, né? Porque a lei trabalhista existe. Se não vai prejudicar os donos, assim, então não há problema com relação a isso, na empresa São Jorge eles deixaram bem claro que isso não vai ser esquecido.

É, o valor espanta um pouco agora, mas a gente vai considerar tudo isso na negociação e a gente vai sentar na mesa e em nenhum momento vocês vão ficar desamparados, ok?

Questão 04 – Morador (a) do Território de Intervenção.

Para a compra assistida será feita a compra da casa e dos móveis da casa?

E, se o valor da casa é de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), se a pessoa gostar de uma casa que seja menos, por exemplo, R\$90.000,00 (noventa mil reais), se o restante do valor para complementar os R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) será recebido pela família?

Eu vou mostrar mais ou menos, cadê aqui (referindo-se ao slide da apresentação e mostrando o slide).

Na verdade o que acontece com na compra assistida, o morador afetado ele escolhe uma casa, de bom proveito né, "ah eu quero aqui porque é mais próximo da escola"; se não "eu não quero mais morar nesta região quero morar perto da família então vou para outra região"; "ah, eu quero morar em outro lugar né, qualquer, que não seja onde eu estou morando".

Ele escolhe até esse valor, só que assim, a partir daí a gente vai lá, avalia se realmente a casa tem condição de morar, se os documentos estão todos Ok, porque a gente tem está com o documento tinindo né, não pode faltar nada. E aí quem vai receber o dinheiro é o proprietário né, então não é um dinheiro na mão do morador que vai lá comprar, então a gente vai ter que... Por lei, inclusive, como regra, o Governo do Estado tem que pagar o direito, o valor que foi do laudo né, de quanto vale aquela casa, o valor de mercado, então não pode ser maior. Então a casa se for R\$90.000,00 (noventa mil reais) vai receber R\$90.000,00 (noventa mil reais), o a mais não tem como nem pagar, porque a compra assistida é paga diretamente para o proprietário, não tem como depois remunerar o morador, tá, ok?

Ficou claro então?

A casa é até R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) se for menos vai pagar o valor menor, ok? E além da casa vai também receber o recurso extra para pagar o registro, tá? Então é os R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) mais o valor do registro, ok? Tudo bem?

Dos móveis a gente paga a mudança, vai ter dinheiro para a mudança dos móveis que vocês têm hoje, tá? Então os móveis que vocês têm hoje levam para a casa nova e com o tempo, conforme vai se acomodando, aí vai mobiliando a casa conforme o interesse de vocês e as condições



financeiras de cada um



Questões 05 e 06 – Trabalhadores(as) da Pedreira.

Tivemos duas questões inscritas, que falam sobre trabalhadores que adquiriram problemas de doenças ocupacionais e aí estão afastados do trabalho ou estão realizando algum outro tipo de atividade, o que é que o PRI está prevendo para nessas situações?

A gente vai fazer o acompanhamento caso a caso. Então quem tem afastamento se for o caso de fazer aquilo que a gente chama de adaptação né? Porque existem algumas profissões, algumas atividades, que são adaptadas para quem tem algum problema de saúde, que não pode carregar peso... tem que ver qual que é o problema de saúde, porque tá afastado e a gente vai acompanhar um por um, para ver qual o tipo de atividade, a gente vai tentar encaminhar essas pessoas para alguma atividade. Então assim, mesmo que esteja afastado, vai também orientar de como é que são os direitos, se for o caso tem aposentadoria também por invalidez...

Então todas as orientações com relação a isso vocês vão ter, como eu disse, a gente tem 29 (vinte e nove) trabalhadores, todos eles, a gente vai falar com os 29 (vinte e nove), um por um. Cada caso é um caso e a gente vai cuidar exatamente do caso de cada um de vocês, tá bom?

Se alguém está afastado e está dentre os 29 (vinte e nove) a gente vai acompanhar esse caso até o final.

Questões 07 – Trabalhador(a) da Pedreira.

Quem vai se responsabilizar pelo pagamento da indenização trabalhista, são as pedreiras ou é a CAGEPA?

Bom, sobre a indenização eu acabei de comentar né? (referindo-se a resposta da questão 03), acho que está respondido.

Se ficou de permanecer com a dúvida, mas quem deve pagar a indenização é a pedreira e eu acho que o J. e J. estão aqui, eles sempre disseram isso gente. A gente fez uma reunião lá né, com todos, os proprietários e lá a gente já esclareceu...

Vocês mesmo (referindo-se aos responsáveis de uma das pedreiras) afirmaram para todo mundo lá, a gente viu, eu estava de prova, que a pedreira que vai pagar a indenização.

Questão 08 – Morador(a) do território de intervenção.

Quando vai iniciar o processo de desocupação da área?

Então, hoje a consulta pública é onde a gente vai ter oportunidade de vocês falarem, de vocês tirarem as dúvidas, se a gente identificar alguma questão que a gente já precise mudar neste documento a gente já vai mudar, né, a partir da fala de vocês. E aí a gente pública o resultado desta audiência pública, vai fazer um novo documento e aí vai publicar novamente. A partir do momento desta publicação a gente começa a trabalhar com cada um de vocês... e aí a gente vai começar a executar essa desocupação.

A gente tem 6 (seis) meses, tá previsto 6 (seis) meses de trabalho antes de desocupar e de





terminar as atividades, tá?

Então a partir, possivelmente de maio até outubro, mais ou menos, a gente já quer ter todo o reassentamento resolvido. Está bem?

Questão 09 – Morador(a) do território de intervenção.

As casas que ficam ali no entorno, no início da entrada do "S", no início da entrada da outra ETE que já está em funcionamento, o que é que vai acontecer com elas?

Elas vão ser afetadas ou não vão ser afetadas?

Na verdade as casas do entorno, é como eu disse, só a área em que a gente está atuando é que vai ser reassentada diretamente, é que vai ser objeto do PRI, no qual a gente vai conversar com todo mundo.

As casas do entorno elas vão ser tratadas, elas vão ser trabalhadas pelo PGSA, né? Que ela explicou antes (apontando para Carolina), no começo. Que são todos aqueles programas, que é o acompanhamento durante as obras, os planos que vão ser oferecidos, assim que a empresa começar a obra vai ter uma Assistente Social que vai trabalhar com o pessoal do entorno. E a gente sabe também que para parte da área lá tem um empreendimento da prefeitura que vai fazer um conjunto habitacional lá, então alguns ainda vão ser beneficiados com moradia, mas não são todos, são somente aqueles que já foram cadastrados pela prefeitura lá atrás e fazem parte do projeto, mas aqueles que estão no entorno não serão afetados, não precisam ser removidos, mas eles serão trabalhados, serão acompanhados pela equipe do PGSA, com todos aqueles planos e todos aqueles projetos.

O que é importante também lembrar é que todo mundo, todos os imóveis que estão previstos na área para sair já foram cadastrados e a gente já conversou com as famílias. Então se vocês moram no entorno e não receberam a equipe para fazer o cadastro ou nenhum outro tipo de conversa sobre a desocupação da área, não é um imóvel que está previsto para sair, certo?

E só complementando, e nenhum outro que entrar lá agora vai ser atendido né? Então só vão ser atendidos aqueles que foram cadastrados em fevereiro. Entrou agora, tem nova situação, tudo que não estiver cadastrado em fevereiro do ano passado não vai ser atendido. Esse Plano foi feito só, somente só, para quem a gente encontrou e estudou em fevereiro de 2023.

Questão 10 - Posseiro(a) da área de intervenção.

Foi ou será feito algum estudo para saber quanto custa para cavar aquele buraco das pedreiras? Quanto que foi gasto ou se gastaria para fazer uma escavação naquela amplitude que a gente tem lá hoje?

Com relação ao estudo de quanto foi gasto né? O valor da escavação, não foi feito nenhum estudo, isso vai ser, é... Isso não fez parte do estudo, tá?

Não teve nenhum estudo desse valor não.

Respondendo, realmente não teve.





Questão 11 - Posseiro(a) da área de intervenção.

Como vai se dá o processo de indenização do viveiro de peixe? Porque não foi observado esse item no Plano de Reassentamento que foi lido.

Com relação ao viveiro de peixe se na hora da remuneração a gente perceber que algum item a gente deixou de considerar, por uma falha de acompanhamento ou alguma coisa, se for uma falha nossa, de observar que em fevereiro isso aí já estava lá e a gente deixou de observar, a gente vai rever. Se for o caso a gente até antes né, da publicação do próximo (referindo-se a versão final do PRI) a gente, vamos pensar, já podemos rever a questão do viveiro, caso a gente identifique isso. Realmente isso ficou de fora, mas ainda tem tempo da gente colocar para dentro, tá?

Questão 12 – Trabalhador(a) da Pedreira.

Se passar os 06 meses da indenização com base em salário e o trabalhador não arranjar outro trabalho, como é que fica a situação dele?

Só explicando novamente, a partir dos 6 (seis) meses, de todo o acompanhamento de recolocação e tudo mais, de capacitação, se a pessoa não receber a gente tem uma prorrogação por mais 6 (seis) meses e continua todo o acompanhamento até conseguir, ninguém vai ser realmente desamparado tá?

Quem quiser empreender também vai ter apoio para empreender. Se for o caso a gente tem esse recurso né, de 6 (seis) meses somados que vocês podem aplicar na abertura de um negócio, né? De repente um negócio até informal e a gente auxilia na formalização depois, com toda a documentação para todo mundo poder empreender, caso não queira ser empregado novamente, queira ser patrão.

Então aí pode também receber todo o apoio para isso.

Questão 13 – Trabalhador(a) da Pedreira.

Como é que fica a questão de um acompanhamento psicológico para os trabalhadores e para as famílias que estão passando por esse processo?

Sobre apoio psicológico realmente a gente não... Não existe uma medida compensatória pensada neste sentido, mas se for o caso né, a gente vai considerar essa sugestão e a gente pode incorporar ele no Plano, algum tipo de apoio já que vocês surgiram aqui com essa questão e a gente acha interessante.

Vamos avaliar junto com a CAGEPA se a gente introduz também essa medida compensatória para vocês, tá bem?

Questão 14 - Trabalhador(a) da Pedreira.

Se o trabalhador não quiser ser recolocado no mercado de trabalho formal se ele tem oportunidade de receber um apoio para empreender?

Quem quiser empreender também terá apoio para empreender, se for o caso, esse recurso de 06 meses pode ser liberado para a abertura do próprio negócio.

Questão 15 – Posseiro(a) da área de intervenção.

Se não houvesse nenhum buraco lá, se aquela área ia ser utilizada para essa obra?

Aqui está a Virgiane e a Carol (fazendo referencia as representantes institucionais da CAGEPA e da Secretaria do Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos) está esclarecendo que no





Plano Diretor da cidade, né? Plano Diretor de João Pessoa, já está previsto que aquela área é definida como a área para o saneamento né?

Tem interesse da própria prefeitura de João Pessoa já considerou aquela área como área prevista para fazer esse projeto, então não tinha nem como não fazer lá, né?

É lá mesmo, não tem jeito.

Questão 16 - Posseiro(a) da área de intervenção.

Considerando que no Plano Diretor aquela área já está prevista para a questão do tratamento, deposição de esgoto, então quer dizer que se não tivesse o buraco a CAGEPA precisaria fazer o buraco para utilizar aquela área para esse fim?

Olha, não necessariamente. Existiriam outras formas, outros projetos que pudessem também ser utilizados para fazer outro tipo de obra, para outro tipo de infraestrutura, para outro tipo de tratamento de esgoto, não necessariamente no buraco existente lá.

Então o buraco ele gerou o projeto, aproveitando o buraco, e se ele não tivesse buraco, existiria outro projeto que não consideraria e consideraria só o terreno. Tá?

Então, de qualquer forma o Plano Diretor já definiu aquela área para o tratamento, com o buraco ele vai ser adaptado ao buraco e se não tivesse o buraco ele seria feito outro projeto adaptado a terra lisa (referindo-se a área plana).

Questão 17 - Trabalhador(a) da Pedreira.

Já existem duas "bacias" de tratamento de esgoto lá e que joga o esgoto tratado para o Rio. O pessoal trabalha com pesca esportiva e verifica que aquela área do Rio está bastante poluída, com o surgimento de mais duas bacias essa situação de poluição vai se agravar?

Não gente, esse projeto é justamente a gente vai melhorar o tratamento, a eficiência dele e ainda a gente vai tratar mais esgoto. Então vai melhorar muito mais aquilo ali. Tá certo?

Agora deixa só eu dizer uma coisa a vocês, que a Elisangela falou do Plano gente. Monitoramento (referindo-se ao conteúdo apresentado do PGSA), nos já fazemos um Plano de Monitoramento mensalmente porque a gente tem uma estação de tratamento lá, inclusive nós coletamos no ponto que nós lançamos no tambor de Tambiá Grande e a gente faz coleta também no ponto antes do rio e depois, e a gente observa, muitas vezes que antes da gente lançar já tá muito poluído e às vezes a gente percebe que quando a gente lança o esgoto tratado já há uma diluição, tá entendendo?

Então a poluição já vem antes do tambor de lançamento, mas com certeza a gente vai melhorar, a gente vai entregar um efluente, que a gente chama de efluente o esgoto tratado né, um efluente tratado muito melhor. Tá certo?

Questão 18 - Posseiro(a) da área de intervenção.

Quais foram os critérios e a metodologia utilizada para avaliação da Terra Nua?

NBR 14.653 e a legislação fundiária com relação à posse, porque existe uma norma técnica também que remunera a posse. Como disse, foi quem que falou aqui, o senhor né (apontando para um dos participantes), que quem mora lá é que tem o





direito né?

Então assim, existe a legislação e realmente quem está lá vai receber pelo que está lá, mas ela não é a remuneração completa porque não é propriedade, tem um percentual né de 40% - 60% de remuneração com relação à propriedade, tá?

Tem uma queda porque a propriedade vale mais e a posse vale um pouquinho menos...

Cada terreno é um, cada metragem é diferente e tudo isso a gente vai esclarecer quando chamar um por um. Porque é assim a gente considerou o preço do metro quadrado de mercado, mais a metragem, né, teve alguns descontos nessa metragem, aí foi aplicado um percentual nesse valor total em função da posse e não da propriedade. Então esse valor a gente inicialmente remunerou em 40%, mas é para o início de negociação tá? Em relação à posse e não a propriedade, tá?

Ficou claro? Então assim não tem um valor fixo, tem um valor de metro quadrado e depende do tamanho da área.

Questão 19 – Posseiro(a) da área de intervenção.

Qual o valor do metro quadrado, porque assim, pelo que eu vi no Plano, tudo bem que você está falando aí que vai ter uma reavaliação, vai ajustar o valor, mas assim, pelo que eu vi mais ou menos aqui né... que eu estava lendo o projeto, porque eu peguei o projeto e li (referindo-se ao PRI), no caso a gente, a gente vai receber R\$30.000.00 (trinta mil reais) quer dizer, com R\$30.000,00 (trinta mil reais) você não compra um terreno em João Pessoa em canto nenhum. Então assim, é por isso que eu estou querendo saber qual o valor que foi calculado né? Do metro quadrado. Porque esse metro quadrado, quer dizer o terreno do meu pai é menos do que 1 (um) hectare, tudo certo, dá 700 (setecentos) e poucos metros, mas o que é que eu vou comprar com R\$30.000,00 (trinta mil reais) sabe?

Eu espero que realmente não se veja aquele valor, porque aquele valor é realmente um valor que não...não existe é um valor fora de cogitação, até mesmo porque o metro quadrado dentro de João Pessoa eu tenho certeza que não é aquilo ali.

Gente cada terreno, cada metragem tem um valor, porque assim, o tamanho da área também influencia no valor do metro quadrado, quanto maior a área maior tem o valor, quanto menor a área também...

O que vocês viram lá (referindo-se ao PRI) como valores não está identificado que este é de fulano, de sicrano ou de beltrano, e também tem que identificar se está tudo lá incluindo naquele custo ou se está faltando...

Então antes da gente tomar alguma decisão com relação ao valor eu acho que a gente vai começar a conversar sobre isso e todo o debate vai ser assim, sentado à mesa explicando quanto é o metro quadrado para se ter um debate gente. Né... aplicando os 40%, aplicando a metragem devida, tudo isso a gente só vai conseguir conversar caso a caso. Agora a gente não conseguiria falar o valor de cada um, principalmente porque a gente não pode expor né? Ninguém precisa saber o valor de ninguém aqui. A gente não pode falar beltrano vai receber tanto, a gente tem uma proteção né...

Então assim, a gente tem um valor mais ou menos definido e assim, eu quero que vocês se acalmem com relação aos valore estipulados lá porque eles podem levar a um entendimento equivocado.

E a gente assim, não é que a gente vai reavaliar os valores, a gente vai negociar né? Não existe uma





	reavaliação de metodologia, a metodologia está lá, o que a gente pode é negociar, tira aqui bota ali e qual itens que a gente pode rever, mas não existe mudança de reavaliação ou coisa desse tipo.
Questão 20 – Morador da área de intervenção. O pessoal que mora lá hoje e que cria algum tipo de animal tipo galinha, vaca, cavalo e que não queira se desfazer desses animais, como vai fazer para levar o animal para a nova moradia?	Vai ter transporte especializado para isso tá bom. Vocês indicam a compra assistida e a gente tem recurso para mudança, inclusive mudança de animais se for necessário.
Questão 21 — Responsável por atividade econômica — Pedreira São José. O que a gente aguarda enquanto donos das pedreiras é que marque uma reunião só com os donos das pedreiras, para começar a negociar esses valores e o necessário. Hoje aqui a gente está com a população todinha, os trabalhor, aí o negócio que ela não tem resposta para a gente né. Então era para tá num canto só os donos de pedreiras, os advogados para negociar e chegar em um acordo. Porque ela não tem resposta para algumas perguntas, quanto é que vale uma pedreira daquela se a empresa fosse cavar hoje. Então era para fazer uma reunião só os donos de pedreiras e advogados, eu acho que o justo era esse.	Isso aí, falou tudo. É exatamente isso. É isso mesmo tá? A gente não vai poder aqui dizer que vale tanto, tanto, tanto se a gente não sentar à mesa e explicar item a item, pegar item a item e conversar sobre isso, tá bom? Eu sei que tá todo mundo bastante ansioso porque a gente sabe que Como a gente disse o nome é Plano de Reassentamento Involuntário, ninguém está aqui porque quer, ninguém gostaria de estar acontecendo isso, mas como existe uma necessidade, um projeto, a gente vai tentar o máximo possível não causar tantos transtornos.
Questão 22 - Morador do entorno da área de intervenção. Para o pessoal que mora no entorno, essas lagoas que serão feitas vão afetar de alguma forma o pessoal que vai continuar morando lá, seja com mau cheiro ou com algum outro problema?	Não gente, a tendência é justamente é esse o odor ainda diminuir. Existe aquele "odorzinho" da lagoa de hoje a anaeróbia, mas nas outras já não vai ter mais, tá entendendo? Não vai afetar mais não. E também o projeto tá previsto eu não sei de que lado vocês moram, mas o lado que dá o vento tem uma cortina de eucalipto que é justamente para minimizar qualquer odor que possa vir a ocorrer. Tá bom?
Questão 23 - Posseiro(a) da área de intervenção. Quando é que inicia o processo do diálogo com cada grupo? O processo de negociação?	A gente tem agora, como eu falei, a gente vai ter a consulta pública, vamos refazer né, o que for necessário, acrescentar, mudar, fazer o relatório e a gente tem o documento final Aí a gente vai ter aí um novo documento, documento final. A partir da aprovação desse documento final a gente vai poder começar a executar o plano. Então a gente vai fazer o que a gente planeja. O primeiro mês a gente vai ter o trabalho interno
	né, de fazer todo o processo de como vai ser o funcionamento, de como que vai ser o





pagamento, que documento vai precisar apresentar e tudo mais... Então possivelmente a gente vai voltar a falar com todos vocês, iniciar entre maio, no final de maio e começo de junho. Então é mais ou menos, a expectativa é essa.

Vocês têm, por isso eu até coloquei aqui (referindo a um slide da apresentação — FALE CONOSCO), a gente tem um telefone que inclusive está no convite tá, é o mesmo. Não se esqueçam de salvar porque eventualmente a gente liga e vocês vão saber que somos nós, então o WhatsApp de vocês já tem. Se quiserem podem vir até aqui na frente fotografar, também pode.

A gente tem uma linha telefônica da CAGEPA gratuita que pode ser ligado também e tem a ouvidoria caso vocês achem, e tem o site também se quiserem se comunicar. E a Secretaria de Infraestrutura tem um telefone disponível e o email caso vocês queiram mandar e-mail.

Então tem todos esses canais de fale conosco, caso vocês queiram alguma informação extra antes da gente começar a chamar um por um, tá bem?

Mas pelo WhatsApp sempre que vocês forem mandar mensagem vocês observem, às vezes a gente também vai estar fora do horário comercial, então fora do horário comercial a gente vai começar a atender no dia seguinte.

Questão 24 - Trabalhador(a) da Pedreira.

No caso dos trabalhadores que está sendo prevista aquela medida compensatória com base em salário que pode chegar até 12 meses, o trabalhador pode optar por receber o valor desses 12 meses para investir em um negócio próprio?

Eu acho que a gente vai conversar caso a caso gente, vamos trabalhar caso a caso. Se a gente identificar que a melhor solução é essa para cada trabalhador a gente vai poder estudar essa oportunidade sim, tá?

A gente não vai afirmar aqui porque se não a gente vai dizer que todo mundo é igual e nem todo mundo é igual, então a gente vai trabalhar um por um e aí a gente conversa sobre essa possibilidade também.

Tá bem?



4.ALTERAÇÕES E AJUSTES NO PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

A partir das manifestações das pessoas afetadas que, na rodada de participação e diálogo, solicitaram melhores esclarecimentos, oferecendo, em muitos casos, algumas sugestões de ajuste, foi redigida a versão final do Plano de Reassentamento Involuntário com algumas alterações, absorvendo o que foi considerado pertinente. A análise de pertinência foi validada em reunião de avaliação de pós consulta pública, realizada entre as equipes técnicas da CAGEPA e do Consórcio Synergia Colmeia. Estas alterações serão expostas a seguir.

4.1 INDENIZAÇÃO DA TERRA NUA: METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO VALOR

Foram salientadas, por diversos participantes do evento, dúvidas em relação aos cálculos dos valores da terra nua, considerados muito baixos, o que demandou melhores esclarecimentos sobre a metodologia utilizada. Desta forma, com o objetivo de dar transparência para a memória de cálculo deste componente da indenização da terra nua, foi acrescentado no item 6.3. EIXO 3 - CUSTOS RELACIONADOS A TERRA NUA, subitem 6.3.1. Indenização financeira de terra nua o seguinte texto de esclarecimento:

"Para a aplicação do método comparativo direto, o requisito fundamental foi a seleção de uma pesquisa de elementos comparativos em que pôde ser extraída, estatisticamente, uma amostra do mercado imobiliário.

Após amplo levantamento efetuado em imobiliárias, corretores e pessoas ligadas ao mercado, comparou-se o imóvel avaliando com a amostra de mercado de semelhantes, situados na mesma região, utilizando-se o tratamento estatístico das variáveis influenciantes para aferição do valor de mercado em função das mesmas.

As variáveis estudadas no modelo estatístico foram:

- ✓ Área do terreno: área do terreno, medida em metros quadrados. Variável independente quantitativa contínua;
- ✓ Localização: Variável qualitativa (código alocado) aplicada para indicar a localização setorial de cada dado pesquisado em relação à distribuição geográfica do município. Para definir o atributo de cada amostra pesquisada foi consultado o documento "Perfil de Bairro" elaborado pela Prefeitura de João Pessoa, que apresenta uma análise ampla de cada bairro do município. Juntamente com esse



documento, foram realizadas averiguações no entorno de cada amostra para identificar acesso, característica dos imóveis vizinhos e infraestrutura urbana.

- Localização ruim = 1
- Localização média = 2
- Localização boa = 3
- ✓ Topografia: Variável qualitativa (código alocado) aplicada para indicar a inclinação dos terrenos pesquisados. Essa inclinação foi verificada conforme informações coletadas com as fontes pesquisadas (imobiliárias e corretores) e com o uso da ferramenta Google Earth Pro.
 - Terreno com inclinação elevada = 1
 - Terreno com inclinação moderada = 2
 - Terreno plano = 3
- ✓ Potencial Construtivo: Variável quantitativa que representa o potencial construtivo do terreno em metros quadrados. Esse potencial foi calculado multiplicando a área do terreno pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido pelo Plano Diretor de João Pessoa.
- ✓ Distância ao Polo Desvalorizante (DPD): distância entre o terreno pesquisado até o polo desvalorizante mais próximo. Como polo desvalorizante foram considerados os elementos que tem o potencial de desvalorizar os imóveis no seu entorno. Foram mapeados: penitenciárias, ETEs, cemitérios e áreas de alta suscetibilidade de erosão e alagamento (definidas no Plano Diretor de João Pessoa).
- √ Valor Unitário: variável dependente, ou seja, aquela a qual se busca conhecer através da análise estatística. Será representado em R\$/m².
 - Como todas as amostras pesquisadas se referem a valores de oferta, foi realizado o tratamento prévio dos preços coletados, aplicando o fator de homogeneização de 0,90 para tornar os valores de oferta mais próximos de valores de imóveis transacionados.

Foi utilizado o programa TS-Sisreg para realização da modelagem estatística do modelo, que permite a identificação do valor unitário do terreno (R\$/m²) conforme as variáveis consideradas por meio de uma equação de regressão linear. O modelo que se apresentou mais consistente considerou as variáveis, 'Área do terreno', 'localização' e 'Potencial Construtivo'. Não se mostrou influenciante a variável 'topografia', sendo essas expurgadas do modelo. O relatório com a



memória de cálculo da inferência estatística encontra-se nos anexos dos laudos de avaliação.

Após a determinação da equação de regressão linear que definirá o valor da terra nua, foi avaliada o fato de que em uma parcela do terreno avaliando existe uma cava de uma pedreira de calcário em exploração. Essa cava possui uma extensa profundidade e o preenchimento dela para retornar o terreno nas suas características naturais despenderá investimentos elevados.

Serão necessárias obras de engenharia como: drenagem da água presente no local, estabilização dos taludes e preenchimento da cava com material externo. Trata-se de intervenções de alta complexidade, pois a pedreira possui profundidade média em torno de 20 metros. Destaca-se que mesmo com a recomposição do terreno, provavelmente não será permitido a construção de edificações na área recomposta, afinal existe uma alta possibilidade da ocorrência de recalques no terreno, o que comprometeria as estruturas. Logo, tendo em vista que essa área de pedreira não possui valor econômico, a aplicação do valor da terra nua será realizada apenas na parcela de terreno remanescente, conforme demonstra o exemplo a seguir:

- Imóvel com 1.000 m² e valor unitário de R\$50,00/m²
- Área de escavação da pedreira = 400 m²: Valor nulo
- Área remanescente = 600 m^2 : $600 \times R$50 = R$30.000,00"$

4.2 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS: APOIO AO ACESSO AOS PROGRAMAS DE SAÚDE E COMPENSAÇÃO MONETÁRIA COM BASE EM SALÁRIO

Alguns dos trabalhadores presentes pediriam a palavra questionando as medidas compensatórias oferecidas, o que suscitou a necessidade de realizar ajustes no Plano inicial. Foi introduzida uma nova medida compensatória de apoio no âmbito da saúde e foi modificada a forma de pagamento da composição monetária, conforme a seguir:

4.2.1 Inserção da medida compensatória *Apoio ao acesso aos programas de saúde do trabalhador e de saúde mental* em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde

Um dos trabalhadores afetados indagou sobre qual a medida prevista no PRI para o apoio aos trabalhadores que adquiriram problemas de doenças ocupacionais e se encontram afastados do trabalho ou estão realizando algum outro tipo de atividade. Esta questão evidenciou que para esta natureza de afetação não foi proposta uma medida compensatória adequada para os





trabalhadores, motivando a equipe da SEIRH e da CAGEPA a agendar uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde, como também a do município de João Pessoa, em busca de uma parceria para o acolhimento desta questão. Nesta reunião foi acordada nova parceria de apoio na execução do PRI, com inclusão da oferta de programas de saúde do trabalhador e de saúde mental. Este programa será oferecido a todos os trabalhadores que demonstrarem interesse em acessar programas e atendimento de saúde relacionados à relação de trabalho, como também ao acolhimento e atendimento para o impacto na saúde mental ocasionado pela interrupção das atividades laborais.

Desta forma, foi introduzido no item 5.3.3. Soluções Aplicáveis para Reposição de Postos de Trabalho — Desativação das Atividades Econômicas e no capítulo 10. RESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS os seguintes textos respectivamente

"(vi) Apoio ao acesso aos programas de saúde do trabalhador e de saúde mental Todos os trabalhadores poderão, conforme o interesse, serão acompanhados e encaminhados aos serviços oferecidos pelo poder público voltados à saúde do trabalhador, além de também obterem acesso aos programas de saúde mental.

O acompanhamento deverá ser realizado pela Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador da Paraíba (CEREST-PB), vinculado à Gerência Executiva de Vigilância em Saúde do Estado da Paraíba da Secretaria de Estado da Saúde (SES), a partir dos programas disponíveis, buscando, quando necessárias, parcerias com o poder público municipal de João Pessoa.

PÚBLICO-ALVO: Este tipo de compensação será disponibilizado para todos os trabalhadores das pedreiras cuja renda for interrompida por motivos relacionados ao reassentamento e que tiverem necessidade ou interesse em acessar essa medida compensatória. De acordo com o levantamento realizado, 29 (vinte e nove) trabalhadores são elegíveis a essa compensação."

"10. RESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS

• • •

APOIO

...

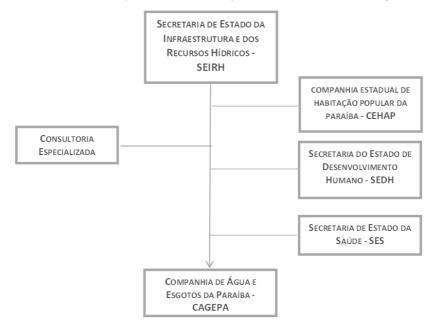
Órgão responsável: Secretaria de Estado da Saúde - SES Atribuições:

- ✓ Encaminhamentos para os serviços públicos de saúde do trabalhador;
- ✓ Apoio aos trabalhadores em atendimento de saúde mental;



✓ Reconhecimento e notificação dos agravos e doenças relacionados à saúde do trabalhador promovendo a habilitação profissional na promoção da atenção integral à saúde dos trabalhadores na rede de atenção à saúde dos municípios."

Esta última inserção foi acompanhada pela revisão do organograma, que agregou a Secretaria de Estado da Saúde -SES como parceira na execução do PRI, conforme a seguir:



4.2.2. Ajustes na medida compensatória Compensação monetária com base em salário

Alguns trabalhadores presentes na consulta pública indicaram o interesse em empreender e iniciar uma atividade autônoma como fonte de renda após a interrupção de suas atividades, necessitando de um investimento financeiro inicial. Uma das manifestações sugeriu que o trabalhador pudesse optar por receber o valor dos 12 meses previstos na medida *Compensação monetária com base em salário* para investir em um negócio próprio.

Durante o processo de elaboração do PRI já foi discutida a possibilidade de um adiantamento de até dois meses das parcelas previstas para esta finalidade, desde que acompanhado por um auxílio para relocação profissional e pelo treinamento profissionalizante de empreendedorismo. Desta forma, perante a manifestação de interesse de alguns trabalhadores e conforme já previamente discutido, foi alterado o texto na alínea (i) Compensação monetária com base em salário do item 5.3.3. Soluções Aplicáveis para Reposição de Postos de Trabalho — Desativação das Atividades Econômicas com a introdução do seguinte parágrafo:

"Conforme o interesse do trabalhador em se tornar um empreendedor, a compensação monetária poderá ser oferecida a este de forma acumulada no valor



resultante da soma das duas primeiras parcelas ou, excepcionalmente, de outras mais parcelas conforme estudo social, sempre atrelada ao auxílio para relocação profissional e a um treinamento profissionalizante de empreendedorismo. Este valor deverá viabilizar a abertura de novos negócios, substituindo a renda recebida pela atividade que será desativada."

4.3 BENFEITORIAS SEM AVALIAÇÃO: TANQUE DE CRIAÇÃO DE PEIXES E RAMPA DE LAVAGEM DE VEÍCULOS

Durante a consulta pública, um dos responsáveis por uma das pedreiras questionou sobre a falta de avaliação e valoração de uma criação de peixes na lagoa formada pela água que acumula no fundo da cava, uma vez que não constou como item a ser indenizado.

Em vistoria ao local foi comprovada a existência desta criação de peixes, apenas para o consumo dos responsáveis pela pedreira, não se configurando como fonte de rendimentos mediante comercialização. Nesta visita também foi verificada uma plataforma utilizada para a lavagem de veículos em uma estrutura rudimentar na rampa de acesso dos caminhões, que igualmente não foi avaliada.

Foram colhidas informações necessárias para o cálculo destas benfeitorias, resultando em um valor adicional de indenização relacionado às benfeitorias desta pedreira. No documento do PRI foram realizadas alterações no item 6.2. EIXO 2 - CUSTOS RELACIONADOS AO DESLOCAMENTO ECONÔMICO, especificamente no subitem 6.2.1. Indenização financeira de bens e benfeitorias produtivas, acrescentando subitens indicando a metodologia de cálculo utilizada para a criação de peixes, sendo que as novas benfeitorias e o valor a ser acrescido relacionado ao indexador R02002 passou a integrar a Tabela 16 (anteriormente numerada como Tabela 14). O valor total a ser oferecido em indenizações financeiras de bens e benfeitorias produtivas passou a ser R\$ 664.475,36, considerando a afetação das duas pedreiras. As alterações realizadas seguem abaixo.

Metodologia de cálculo Criação de Peixes

"6.2.1.1 Estimativa da quantidade de peixes nos viveiros

Em levantamento complementar realizado junto à Pedreira São Jorge, foi informado que ele criava peixes em área escavada da pedreira e dentro da cisterna existente no imóvel. As principais informações coletadas foram:

- ✓ Espécies de peixes: Robalo, Tilápia, Tucunaré, Pema e Traíra;
- ✓ Local do viveiro dos peixes: Área alagada dentro da pedreira e cisterna;





- ✓ Existe algum equipamento específico no viveiro: Não;
- ✓ Quantidade de peixes: não sabe;
- ✓ <u>Destinação dos peixes</u>: pesca recreativa/esportiva
 Com base nas informações coletadas, a valoração dos peixes seguiu a seguinte metodologia:
- ✓ Estimativa da quantidade de peixes nos viveiros;
- ✓ Determinação do valor unitário médio dos peixes
- √ Cálculo do valor total referente aos peixes

Devido à ausência de informações sobre a quantidade de peixes nos viveiros será estimada a quantidade de peixes conforme a referência estabelecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) no livro "Piscicultura: manejo da produção de peixes em viveiros" de 2017.

Esta literatura apresenta na página 13 os seguintes valores:

Figura 5 – Tabela de Referência de Produtividade da Criação de Peixes

Sem uso de aerador e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. Com uso de aerador e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. Sem uso de aerador e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. Sem uso de aerador, com		Cdi-~-di~-	Produtividade	em quilos	por 1.000 m ²	
e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. Com uso de aerador e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. 140 a 180 280 a 330 800 a 1.0		Condição da criação	Alevinagem Recria		Engorda	
e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação. Sem uso de aerador, com 280 a 330 800 a 1.0	1	e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e	100 a 120		500 a 600	
•	2	e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e	140 a 180		800 a 1.000	
por dia.	3	5 a 10% de troca de água				

Fonte: "Piscicultura: manejo da produção de peixes em viveiros", SENAR, 2017

Essa tabela apresenta a produtividade recomendada pelo SENAR considerando:

- Qualidade da água do ambiente, principalmente pH e oxigênio dissolvido;
- Quantidade de resíduos depositados (fezes dos peixes e restos de ração);
- Troca de água ou sistema artificial de oxigenação, conhecido como aeração.
- As diferentes condições de criação dos peixes;



Com base nas informações levantadas com o Sr. Jaílton, foi considerada a produtividade de $600 \text{ kg por } 1.000 \text{ m}^2 \text{ de viveiro}$.

Figura 6 – Produtividade da Criação de Peixes atribuída para a Pedreira

	Candia a da avia a a	Produtividade em quilos por 1.000 m²				
	Condição da criação	Alevinagem	Recria	Engorda		
1	Sem uso de aerador e sem troca de água, repondo apenas as perdas por infiltração e evaporação.	100 a 120	200 a 250	500 a 600		

Fonte: "Piscicultura: manejo da produção de peixes em viveiros", SENAR, 2017

O próximo passo foi definir a área superficial do viveiro, em metros quadrados. No caso da cisterna, foi informado que ela possuía 2 metros de largura por 2 de comprimento, possuindo então $4\ m^2$. No caso da área da pedreira, foi utilizado o programa Google Earth Pro para estimar a área superficial de 2.677 m^2 , conforme figura a seguir:

Figura 7 – Mapa do perímetro da área destinada à criação de peixes



Fonte: Consórcio Synergia Colmeia, 2023





Logo, a quantidade de peixes (em kg) será a que segue apresentada na Tabela 14:

Tabela 14 – Quantidade estimada de Peixes na Pedreira São Jorge

Viveiro	Área superficial (m²)
Pedreira	2.673
Cisterna	4
TOTAL	2.677
Kg por 1.000 m²	600
TOTAL Kg	1.606,2

Fonte: Consórcio Synergia Colmeia, 2023

Portanto, foram estimados 1.606,2 Kg de peixes nos viveiros

6.2.1.2 Determinação do valor unitário médio dos peixes

Para definir o valor médio do kg do peixe foi considerada a "PESQUISA DE PREÇOS DE PESCADOS" realizada pelo Procon-Paraíba nos supermercados atacadistas de João Pessoal e Cabedelo em março de 2024.

A pesquisa do Procon foi ampla e considerou 150 produtos em diversos atacadistas. Entre os produtos pesquisados, será considerada a categoria "Peixes Inteiros" e deste agrupamento serão considerados apenas os peixes de água doce, que é condição mais semelhante com a criação realizada pelo Sr. Jaílton.

Diagrama 2 – Pesquisa de Preços para valoração da Piscicultura



Fonte: Consórcio Synergia Colmeia, 2023





Tabela 15 – Pesquisa de Preços de Peixes da Água Doce em João Pessoa e Região

Nº	Produto	Peso	Marca	Assaí Atacadista (Geisel)	Atacadão (Geisel)	Mix Mateus (Cabedelo)	Novo Atacarejo (Cabedelo)	Super Fácil Atacado (Água Fria)	Média de Preços	Tipo	Valor conside- rado
124	Corvina	1Kg	-			R\$ 16,99	R\$ 13,80	R\$ 16,99	R\$ 15,93	Água doce	R\$ 15,93
125	Corvina	1Kg	Costa Sul	R\$ 24,50	R\$ 19,90				R\$ 22,20	Água doce	R\$ 22,20
126	Corvina	1Kg	Fish	R\$ 16,75					R\$ 16,75	Água doce	R\$ 16,75
127	Corvina	1Kg	Vitalmar		R\$ 23,90				R\$ 23,90	Água doce	R\$ 23,90
131	Panga	1Kg	-			R\$ 17,99			R\$ 17,99	Água doce	R\$ 17,99
139	Tilápia Eviscerada	1kg	-			R\$ 19,99			R\$ 19,99	Água doce	R\$ 19,99
140	Tambaqui Eviscerada	1kg	-			R\$ 21,99			R\$ 21,99	Água doce	R\$ 21,99
141	Tucunaré	1kg	-			R\$ 24,29			R\$ 24,29	Água doce	R\$ 24,29
148	Surubim	1kg	-			R\$ 39,99			R\$ 39,99	Água doce	R\$ 39,99
124	Corvina	1Kg	-			R\$ 16,99	R\$ 13,80	R\$ 16,99	R\$ 15,93	Água doce	R\$ 15,93
125	Corvina	1Kg	Costa Sul	R\$ 24,50	R\$ 19,90				R\$ 22,20	Água doce	R\$ 22,20

Fonte: Consórcio Synergia Colmeia, 2023

Conforme pesquisa do Procon-PB o valor médio dos peixes de água doce é R\$22,56/kg.

6.2.1.3 Cálculo do valor total referente aos peixes

Conforme os itens 1 e 2, o valor total será calculado da seguinte forma:

VALOR DOS PEIXES=QUANTIDADE(KG)X VALOR MÉDIO(R\$/KG)

VALOR DOS PEIXES=1606,2 KG ×R\$22,56=R\$36.234,09





Valor das indenizações financeiras de bens e benfeitorias produtivas

Tabela 16 – Valores Previstos - Indenização financeira de bens e benfeitorias produtivas

INDEXADOR	VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO (R\$)	ÍTEM AVALIADO – RACIONAL DE CÁLCULO	VALOR DE REPOSIÇÃO (R\$)
		Depósito alvenaria - Área: 42,00 m² - Valor unit.: R\$ 894,56 / m² Alojamento alvenaria - Área: 66,40 m² - Valor unit: R\$1.047,82/m²	105.675,63
R03 003	116.959,56	Galinheiro - Área: 10,00 m² - Valor unit.: R\$ 404,64 / m² Coco - 13 unidades - Valor unitário: R\$ 354,48 / und; Mamão - 08 unidades - Valor unitário: R\$ 156,18 / und; Cajá - 04 unidades - Valor unitário: R\$ 117,04 / und; Oliveira - 01 unidade - Valor unitário: R\$ 267,50 / und; Goiaba - 02 unidades - Valor unitário: R\$ 111,03 / und; Maracujá - 01 unidade - Valor unitário: R\$ 79,13 / und; Ingá - 10 unidades - Valor unitário: R\$ 51,63 / und;	11.283,93
	547.515,80	Banana - 70 unidades - Valor unitário: R\$ 55,33 / und Vestiário - Área: 67,99 m² - Valor unit.: R\$ 1.657,74/ m² Depósito alvenaria - Área: 16,53 m² - Valor unit.: R\$ 1.429,41 / m²	112.726,32 23.628,15
		Almoxarifado alvenaria - Área: 38,54m² -Valor unit.: R\$ 1.429,41/m²	55.089,46
		Oficina (edificação) – Área: 100,4m² -Valor unit.: R\$ 1.429,41/m²	143.569,94
R02002		Oficina (cobertura) – Área: 32,3m² - Valor unit.: R\$ 109,47	3.540,26
		Semoventes de peixes – Peixes – Quantidade: 1.606,2 – Valor unit.: R\$ 22,56 kg	36.234,09
		Plataforma para lavagem de veículos – Volume: 8,8m³ – Valor unit.: R\$ 1.205,30	10.606,64
		Garagem – Área: 52,0m² - Valor unit.: R\$ 1.429,41	74.343,61
		Escritório – Área: 53m² - Valor unit.: R\$ 1.657,74	87.777,33
TOTAL			664.475,36

4.4 CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS PARA PROVISÃO DE GASTOS NÃO PREVISTOS

Considerando que a consulta pública foi marcada pela contestação dos valores de terra nua, considera-se importante que o percentual de contingenciamento na provisão de gastos eventuais passe de 3% para 15% em relação ao orçamento total, já cautelarmente garantindo uma margem confortável de negociação, evitando que o processo de indenização e desocupação do terreno se prolongue em razão de um litígio judicial. Desta forma, o subitem



6.4.2.2. Custos eventuais do item 6.4.2. Custos transacionais associados ao reassentamento passou a figurar com a seguinte redação:

"A estimativa aqui apresentada refere-se a provisão de gastos eventuais não previstos. Poderá ser considerado cenário inflacionário, bem como imprevisibilidades relacionadas a dinâmica da área de abrangência do projeto, além da necessidade de se prover um contingenciamento para sustentar a negociação com os afetados dos valores que venham a ser contestados. Foi adotado o percentual de 15% sobre o valor total de atendimento, o que definiu o valor de R\$ 669.819,03 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e três centavos)."

Eventuais (15% sobre o valor total de atendimento)	669.819,03
--	------------

4.5 ORÇAMENTO DO PRI

Considerando os ajustes de valores mencionados nos itens 4.3 e 4.4, a Tabela 29 (anteriormente numerada como Tabela 26) do no capítulo 12. ORÇAMENTO ESTIMADO precisaram ser atualizados. A tabela passou a ser a seguinte:

	ESTIMATIVA DE		
ÍTEM EXECUÇÃO PRI - ETE Baixo Paraíba	VALORES GLOBAIS		
	R\$		
Reassentamento monitorado com compra de imóvel	1.124.536,17		
Indenização financeira benfeitorias (impacto físico)	541.065,62		
Assistência para acomodação temporária	64.000,00		
Indenização pela restauração de renda / compensação por afetação	184.524,48		
Indenização financeira benfeitorias (impacto econômico)	664.475,36		
Compensação monetária com base em salário (12 meses)	776.160,00		
Indenização financeira de terra nua	1.084.031,89		
Acompanhamento Social para execução do PRI	293.249,81		
Custos transacionais associados ao reassentamento (emolumentos,	56.226,81		
escrituras, cartórios de notas e de registro)			
Eventuais (gastos não previstos:15% sobre valor total estimado)	669.819,03		
Total geral	5.454.089,18		





EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

SYNERGIA COLMEIA

DIRETOR DE REASSENTAMENTOFABIO MARÇAL

COORDENADOR

JOÃO EDUARDO DE OLIVEIRA

ESPECIALISTA EM REASSENTAMENTO

MÁRCIA MARIA FARTOS TERLIZZI

ESPECIALISTA EM AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS

DEISE NUNES

ANALISTA SOCIAL

JULIANA DE OLIVEIRA GOMES

CAGEPA

GESTORES DO CONTRATO

MARIA MADALENA LIMA CELIA DALVA ALVES SERAFIM DANIEL CAHINO DE SÁ

CONTRIBUIÇÕES NO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - PSH II REUNIÕES COM STAKEHOLDERS/PARCEIROS

1) Secretaria Municipal de Educação (06/10/2025) - 9h:

1.1 Desafios/Demandas/Situações apontadas:

- Baixa conscientização dos estudantes com relação ao saneamento básico;
- Falta de integração efetiva de conteúdos relacionados à educação sanitária e ambiental nos currículos escolares;

1.2 Soluções sugeridas:

- Articulação intersetorial;
- Realização de atividades educativas nas escolas com estudantes e profissionais da educação.

1.3 Principais resultados ou pontos de interesse identificados:

- Incluir ações de educação sanitária e ambiental realizadas pela CAGEPA no cronograma das escolas inseridas nas localidades afetadas/beneficiadas;
- Articulação/Capacitação dos profissionais da educação para que se tornem multiplicadores socioambientais.

Participantes da Reunião:

Membros da Secretaria de Educação:

- Auxiliadora Dantas Seção de Educação Ambiental
- Lucian Souza da Silva Divisão de diversidade curricular
- Herbert Uchôa Seção de Educação Ambiental

Assistentes Sociais - CAGEPA:

- Kellyane de Santana Ricardo
- Maria José de Souza Gomes Galvão
- Nádia Maria de Macedo Rodrigues Alves



2) Secretaria Municipal de Saúde - 07/10/2025 - 10h

2.1 Desafios/Demandas/Situações apontadas:

- Déficit de saneamento básico em territórios mais vulneráveis que impacta na qualidade de vida e saúde da população;
- Baixa conscientização populacional sobre a relação entre saneamento básico e saúde pública;
- Iniquidades em saúde/desigualdades de acesso a serviços e informações.

2.2 Soluções sugeridas:

- Articulação intersetorial;
- Apoio da secretaria para realização de atividades junto aos usuários da saúde e os profissionais.
- Ações que contemplem a diversidade para promover equidade.

2.3 Principais resultados ou pontos de interesse identificados:

- Oficinas e palestras nos serviços da atenção especializada (Centros de atenção psicossocial, Policlínicas, Centro de Reabilitação e Cuidados da Pessoa com Deficiência, Policlínica Municipal da Pessoa Idosa, entre outros), de modo a promover diversidade na participação e equidade no acesso às ações e serviços a serem ofertados;
- Reuniões nos distritos sanitários com os Agentes Comunitários de Saúde e Agente de combate a endemias para formar multiplicadores;
- Oferta do espaço físico dos serviços de saúde para a realização das atividades e para a afixação e distribuição de panfletos e cartazes de caráter informativo.

Participantes da Reunião:

Membros da Secretaria de Saúde:

- David Feitosa Chefe de Gabinete
- Rochelle Caramuru Gerente da Atenção Especializada
- Rosselle Leite Gerente da Atenção Básica

Assistentes Sociais - CAGEPA:

- Kellyane de Santana Ricardo
- Nádia Maria de Macedo Rodrigues Alves.



3) Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - 09/10/2025 - 9h30

3.1 Desafios, Demandas e Situações Apontadas:

- Cobertura insuficiente de serviços de saneamento básico em áreas periféricas/mais vulneráveis;
- Dificuldades na inclusão e acesso à tarifa social.

3.2 Soluções Sugeridas:

- Busca Ativa para orientação e inclusão na tarifa social;
- Atividades de educação sanitária e ambiental nas áreas mais vulneráveis.

3.3 Principais Resultados e Pontos de Interesse Identificados:

- Ações em conjunto com a secretaria nas comunidades para orientações e inclusão na tarifa social, garantindo mais alcance das informações e dos atendimentos relacionados ao benefício:
- Reuniões com as equipes dos equipamentos sociais do território afetado/beneficiado;
- Ações socioeducativas nos equipamentos sociais para educação sanitária/ambiental;
- A CAGEPA pode integrar a 'Caravana do Cuidar' promovida pela Secretaria nas comunidades.

Participantes da Reunião:

Membros da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania:

Humberto Pontes - Chefe de Gabinete Diego Tavares - Secretário de Direitos Humanos e Cidadania

Assistentes Sociais da CAGEPA:

Kellyane de Santana Ricardo Nádia Maria de Macedo Rodrigues Alves



Informações sistematizadas por:



Kellyane de Santana Ricardo Assistente Social CRESS/PB 13ª Região Nº 109 sec. Mat. CAGEPA: 147125 SGAS - Subgerência de Ação Social